

CONTRATO N.º 65/2012

Revisão do Contrato de “Concessão do Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes”

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e doze nesta Cidade de Abrantes, na Câmara Municipal de Abrantes, compareceram como outorgantes:-

Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque, como Primeiro Outorgante, adiante designada de Concedente, natural da Freguesia de S. João, Concelho de Abrantes, residente na Freguesia de S. Vicente, Concelho de Abrantes, com os poderes de representação estabelecidos pela alínea f) do n.º 2 do artigo 68º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redação de Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, na qualidade de Presidente da Câmara e em representação do **MUNICÍPIO DE ABRANTES**, sito na Praça Raimundo Soares, Abrantes, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva de Direito Público número 502 661 038, e-----

Jesus Rodriguez Sevilla, natural de Madrid, residente em Alcobendas - Madrid, portador do Bilhete de Identidade número 08036609-H, emitido em 21 de novembro de 2005, emitido pelo Ministério do Interior de Espanha válido até 21 de novembro de 2015, e **Júlio de Jesus Bento**, casado, natural da freguesia de S. Vicente, concelho de Abrantes, residente na freguesia de Lumiar, concelho de Lisboa, portador do Bilhete de Identidade número 2287601, emitido em 9 de fevereiro de 2005, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, contribuinte fiscal número 101824009, como Segundos Outorgantes, adiante designada de Concessionária, na qualidade de administradores e em representação da **ABRANTAQUA – SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ABRANTES, S.A.**, pessoa coletiva número 508 112 680, com

sede no Parque Lena, freguesia de Alferrarede, concelho de Abrantes, conforme decorre de cópia da certidão permanente disponibilizada em suporte eletrónico no sítio da Internet pelo Ministério da Justiça, ao abrigo do artigo 75º nº 5 do Código do Registo Comercial, válida até 22 de fevereiro de 2013.----- .

Tendo em conta:-----

- As decisões, da Câmara Municipal de Abrantes de 4 de outubro de 2012 e da Assembleia Municipal de Abrantes de 12 de outubro de 2012, que aprovam e autorizam a revisão do contrato de "Concessão do Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes", conforme proposta de revisão do contrato integrante das referidas deliberações.-----

O presente contrato consta da revisão ao contrato nº 17/2007, celebrado no primeiro dia do mês de agosto de dois mil e sete. -----

O presente contrato fica submetido às cláusulas constantes dos capítulos abaixo enunciados e respetivos anexos, que dele fazem parte integrante. -----

Índice

CAPÍTULO I	9
DISPOSIÇÕES GERAIS	9
Cláusula 1. ^a	9
Definições.....	9
Cláusula 2. ^a	13
Anexos	13
Cláusula 3. ^a	13
Capítulos, títulos e epígrafes	13
Cláusula 4. ^a	14
Disposições e cláusulas por que se rege a Concessão	14
Cláusula 5. ^a	14



Lucília



2
CT

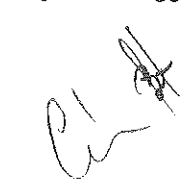
Regras de interpretação de documentos	14
Cláusula 6. ^a	16
Responsabilidade pela Concessão	16
Cláusula 7. ^a	17
Responsabilidade da Concessionária	17
Cláusula 8. ^a	18
Alienação ou oneração da Concessão	18
CAPÍTULO II	18
OBJETO E DURAÇÃO DA CONCESSÃO	18
Cláusula 9. ^a	18
Objeto	18
Cláusula 10. ^a	19
Perímetro territorial da Concessão	19
Cláusula 11. ^a	19
Exclusividade	19
Cláusula 12. ^a	20
Revisão do Contrato de Concessão	20
Cláusula 13. ^a	21
Prazo de Vigência do Contrato	21
CAPÍTULO III	21
SOCIEDADE CONCESSIONÁRIA	21
Cláusula 14. ^a	21
Sociedade Concessionária	21
Cláusula 15. ^a	22
Transmissão ou oneração das ações da Concessionária	22
Cláusula 16. ^a	22
Dos serviços da Concessionária	22
CAPÍTULO IV	22
PESSOAL	22
Cláusula 17. ^a	22
Estrutura de pessoal	22

h



Lucia

CAPÍTULO V	23
BENS E DIREITOS AFETOS À CONCESSÃO	23
Cláusula 18. ^a	23
Utilidade pública	23
Cláusula 19. ^a	23
Bens e direitos afetos à Concessão	23
Cláusula 20. ^a	25
Aquisição de terrenos	25
Cláusula 21. ^a	25
Transmissão ou reversão dos bens da Concessionária	25
Cláusula 22. ^a	27
Utilização de vias públicas e privadas	27
CAPÍTULO VI	27
DESENVOLVIMENTO DA CONCESSÃO	27
Cláusula 23. ^a	28
Consignação	28
Cláusula 24. ^a	28
Período de Transição	28
Cláusula 25. ^a	28
Período de Funcionamento	28
CAPÍTULO VII	28
GESTÃO E EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS	28
Cláusula 26. ^a	28
Obrigações Gerais da Concessionária	28
Cláusula 27. ^a	32
Trabalhos com dispositivos de medição	32
Cláusula 28. ^a	32
Qualidade	33
Cláusula 29. ^a	34
Sistemas de controlo	34
Cláusula 30. ^a	35

W

 Lucio P.

Interrupções de Serviço.....	35
Cláusula 31. ^a	36
Manutenção do armazém e oficinas	36
CAPÍTULO VIII.....	36
MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E RENOVAÇÃO	36
Cláusula 32. ^a	36
Trabalhos de manutenção e reparação	36
Cláusula 33. ^a	37
Inobservância	37
Cláusula 34. ^a	37
Trabalhos de renovação	37
CAPÍTULO IX.....	38
Trabalhos associados à construção	38
Cláusula 35. ^a	38
Responsabilidade	38
Cláusula 36. ^a	38
Plano de Investimentos	38
Cláusula 37. ^a	40
Revisão do Plano de Investimentos	40
Cláusula 38. ^a	40
Início e fim de obras	41
Cláusula 39. ^a	41
Estudos e projetos	41
Cláusula 40. ^a	42
Projetos de Execução.....	42
Cláusula 41. ^a	43
Execução das Obras	43
Cláusula 42. ^a	44
Fiscalização dos Trabalhos	44
CAPÍTULO X.....	45
RELAÇÃO COM OS UTILIZADORES	45

W


 Luciana

Cláusula 43. ^a	45
Regulamento dos Serviços.....	45
Cláusula 44. ^a	45
Alteração do regulamento.....	45
Cláusula 45. ^a	46
Atendimento ao público	46
Cláusula 46. ^a	46
Emergências.....	46
Cláusula 47. ^a	46
Faturação e cobrança.....	46
CAPÍTULO XI	47
FINANCIAMENTO DA CONCESSÃO	48
Cláusula 48. ^a	48
Meios de financiamento.....	48
Cláusula 49. ^a	48
Tarifas a cobrar pelos serviços prestados pela Concessionária.....	48
Cláusula 50. ^a	49
Tarifas de saneamento de águas residuais	49
Cláusula 51. ^a	49
Tarifas por outros serviços	49
Cláusula 52. ^a	50
Revisão e alteração do tarifário	50
CAPÍTULO XII	50
RETRIBUIÇÃO DA CONCESSÃO	50
Cláusula 53. ^a	50
Retribuição	50
CAPÍTULO XIII	51
CONTRATO COM TERCEIROS	51
Cláusula 54. ^a	51
Inoponibilidade	51
Cláusula 55. ^a	51

h

 Luciana

Subcontratação e outras obrigações a firmar	51
CAPÍTULO XIV	52
FISCALIZAÇÃO	52
Cláusula 56. ^a	52
Disposições gerais	52
Cláusula 57. ^a	53
Relatórios	53
Cláusula 58. ^a	54
Atividade social	54
Cláusula 59. ^a	54
Ações de fiscalização específicas	54
Cláusula 60. ^a	55
Determinações	55
CAPÍTULO XV	56
CONDIÇÃO FINANCEIRA DA CONCESSÃO	56
Cláusula 61. ^a	56
Caso Base	56
Cláusula 62. ^a	56
Assunção de riscos	56
Cláusula 63. ^a	57
Reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato	57
CAPÍTULO XVI	59
GARANTIAS DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA ...	59
Cláusula 64. ^a	59
Seguros	59
CAPÍTULO XVII	60
CAUÇÃO DEFINITIVA	60
Cláusula 65. ^a	60
Montante e forma	60
Cláusula 66. ^a	61
Reposição do valor da caução	61

Cláusula 67. ^a	61
Execução da caução	61
CAPÍTULO XVIII	62
INCUMPRIMENTO E CUMPRIMENTO DEFEITUOSO DO CONTRATO	62
Cláusula 68. ^a	62
Casos de Força Maior	62
Cláusula 69. ^a	62
Sanções	62
Cláusula 70. ^a	63
Sequestro	63
CAPÍTULO XIX	65
EXTINÇÃO DA CONCESSÃO	65
Cláusula 71. ^a	65
Caducidade	65
Cláusula 72. ^a	65
Resgate	65
Cláusula 73. ^a	67
Rescisão por facto imputável à Concessionária	67
Cláusula 74. ^a	70
Rescisão por facto imputável à Concedente	70
CAPÍTULO XX	70
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO	70
Cláusula 75. ^a	70
CAPÍTULO XXI	72
RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	72
Cláusula 76. ^a	72
Comissão Paritária	72
Cláusula 77. ^a	74
Foro competente	74
CAPÍTULO XXII	74
DISPOSIÇÕES FINAIS	74

h


 Lucie

Cláusula 78. ^a	74
Dever de confidencialidade	74
Cláusula 79. ^a	75
Comunicações entre as Partes.....	75
Cláusula 80. ^a	76
Prazos	76
Cláusula 81. ^a	77
Vícios do Contrato	77

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Definições

No presente Contrato, incluindo nos seus anexos, são aplicáveis as seguintes definições: -----

ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS: Águas residuais domésticas ou a mistura destas com águas residuais industriais e/ou com águas pluviais. -----

BENEFICIAÇÃO: Substituição dos equipamentos mecânicos e/ou eletromecânicos nas instalações existentes, bem como as obras de reparação, ampliação e renovação das instalações existentes.-----

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO: A comissão prevista na cláusula 76^a do Contrato de Concessão;-----

CONCEÇÃO/CONSTRUÇÃO: São todas as obras de construção civil incluindo os equipamentos (elétricos, mecânicos e eletromecânicos), necessários para a obtenção de infraestruturas destinadas à recolha, drenagem, tratamento e rejeição no meio natural de águas residuais (assim como o arranjo e a manutenção dos espaços envolventes às ETAR e EE) cujo estudo prévio será

apresentado pelo concorrente. O estudo prévio e o projeto de execução apresentados pela Concessionária serão previamente sujeitos à aprovação pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional ou organismo com as suas atuais atribuições;-----

CONCEDENTE ou ENTIDADE ADJUDICANTE: Câmara Municipal de Abrantes;

CONCESSÃO: Concessão da exploração e gestão do serviço público de recolha, drenagem, tratamento e rejeição de efluentes, bem como a execução das obras constantes do plano de investimentos da Concessionária, no Município de Abrantes; -----

CONCESSIONÁRIA: "ABRANTAQUA – SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ABRANTES, S.A.: pessoa coletiva número 508112680, com sede no Parque Lena, freguesia de Alferrarede, concelho de Abrantes, a quem é cometida a exploração e gestão do serviço público de saneamento, bem como a execução das obras constantes do seu plano de investimentos, por meio do contrato de concessão;-----

CONCURSO PÚBLICO: Concurso público para a concessão da exploração e gestão do serviço público de saneamento, bem como a execução das obras constantes do plano de investimentos da Concessionária; -----

CONSERVAÇÃO: Execução de obras nos órgãos depuradores, edifícios de apoio, vedações, pavimentos, arborizações e restantes áreas ou construções existentes nos recintos das EE e das ETAR;-----

CONTRATO DE CONCESSÃO ou CONTRATO: Contrato celebrado entre Concedente e a Concessionária através do qual esta assume o compromisso de gerir e explorar o serviço concessionado, bem como de executar as obras constantes do plano de investimentos da Concessionária, nos termos e



Lucia

6
at

condições nele constantes;-----

EQUIPAMENTOS: Todos os equipamentos elétricos, mecânicos e eletromecânicos e quaisquer outros dispositivos afetos à Concessão; -----

ERSAR: Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, IP, cujas atribuições se encontram previstas no Decreto-lei n.º 277/2009, de 2 de Outubro.

EXPLORAÇÃO: Conjunto das atividades, direitos e obrigações emergentes do contrato pelo qual a Concessionária assegurará a operação e manutenção inerentes ao normal funcionamento dos serviços públicos municipais de recolha, drenagem, tratamento e rejeição de efluentes do Município de Abrantes, bem como as decorrentes da ampliação, beneficiação, conservação, renovação e manutenção de obras e equipamentos e respetiva melhoria; -----

GESTÃO: Integração dos conhecimentos, das capacidades e das atividades relativas às componentes da gestão orçamental, gestão comercial, gestão financeira, gestão de *stocks*, gestão técnica e gestão do pessoal, inerentes ao normal funcionamento dos serviços públicos a concessionar, bem como as necessárias à ampliação, beneficiação, conservação, renovação e a manutenção de obras e equipamentos e respetiva melhoria; -----

INFRAESTRUTURAS: Construções civis, eletromecânicas e telegestão, interceptores, emissários, estações de tratamento, estações elevatórias e rede de coletores;-----

INSTALAÇÕES: Conjunto dos edifícios, nomeadamente, a sede da empresa, escritórios, delegações, armazéns, oficinas e outros locais de trabalho, utilizados pela Concessionária; -----

MANUTENÇÃO: Procedimentos de operacionalidade de todos os equipamentos das instalações, incluindo monitorização e vigilância; -----

h
at
Lucia

OBRAS: Obras necessárias para realizar o plano de investimentos da Concessionária, bem como quaisquer outras obras de construção, ampliação, renovação, reparação, manutenção e melhoria do serviço concessionado;-----

PARTES: Concedente e a Concessionária, no exercício dos direitos e cumprimento das obrigações emergentes do contrato de concessão; -----

PLANO DE INVESTIMENTOS DA CONCESSIONÁRIA: Documento do qual constam todas as infraestruturas, instalações, equipamentos e quaisquer outras obras a realizar pela Concessionária, com indicação das respetivas datas de início e conclusão;-----

PROPOSTA: Proposta apresentada no concurso, que serviu de base à adjudicação e à elaboração do contrato de concessão (proposta técnica, proposta económica e "documento proposta"); -----

RENOVAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO: São todas as melhorias que seja necessário realizar para que as infraestruturas, equipamentos e instalações estejam em perfeitas condições de operacionalidade ao longo de todo o período da Concessão;-----

SERVIÇOS: Conjunto de atribuições que a Concessionária se obriga a desenvolver por força do contrato de concessão;-----

SISTEMAS: Sistema de recolha, drenagem, tratamento e rejeição de efluentes do concelho de Abrantes;-----

UTILIZADOR: Qualquer pessoa singular ou coletiva, pública ou privada, que utilize o sistema concessionado, de forma temporária ou permanente e que estabeleça uma relação contratual com a Concedente.-----

u
Lucifia

el

7
C

Cláusula 2.^a

Anexos

Fazem parte integrante do Contrato para todos os efeitos legais e contratuais os seguintes anexos: -----

ANEXO I – Contrato de sociedade da concessionária -----

ANEXO II – Descrição da estrutura acionista da concessionária -----

ANEXO III – Lista das infraestruturas, instalações e equipamentos postos à disposição da concessionária com a consignação-----

ANEXO IV – Plano de investimentos-----

ANEXO V (1) – Tarifário-----

ANEXO V (2) – Tarifário de limpeza de fossas sépticas-----

ANEXO VI – Processo de revisão das tarifas -----

ANEXO VII – Garantias bancárias -----

ANEXO VIII – Caso base -----

ANEXO IX – Estrutura de pessoal -----

ANEXO X – Sanções-----

ANEXO XI – Informação constante dos relatórios a disponibilizar pela concessionária -----

ANEXO XII – Níveis de serviço -----

ANEXO XIII – Perímetro da concessão – concelho de Abrantes-----

ANEXO XIV – Infraestruturas a executar pela concessionária-----

Cláusula 3.^a

Capítulos, títulos e epígrafes

1. A divisão do presente Contrato em capítulos, bem como a organização das suas cláusulas em títulos, são adotadas apenas com o intuito de facilitar a

h
BT
C
Lucilio

sua consulta, pelo que não fazem parte do regime contratual, não devendo ser consideradas para efeitos de interpretação, integração ou aplicação das disposições contratuais.-----

2. As epígrafes das cláusulas do Contrato e dos Anexos foram incluídas por razões de mera conveniência, não fazendo parte da regulamentação aplicável às relações contratuais deles emergentes, nem constituindo suporte para a interpretação do presente Contrato.-----

Cláusula 4.ª

Disposições e cláusulas por que se rege a Concessão

1. Na execução do presente contrato observar-se-ão:-----
  - a. As cláusulas do presente contrato de concessão e quaisquer aditamentos que venham a ser estabelecidos de comum acordo entre a Concedente e a Concessionária;-----
  - b. As disposições constantes do caderno de encargos e do programa de concurso e respetivos esclarecimentos, incluindo todos os documentos que deles façam parte integrante, designadamente a deliberação da Câmara Municipal de Abrantes de 30.10.2006, naquilo que não estiver previsto neste contrato de concessão, designadamente elementos patenteados a concurso;-----
  - c. A proposta apresentada pela Concessionária;-----
  - d. A legislação portuguesa e comunitária em vigor. -----

Cláusula 5.ª

Regras de interpretação de documentos

1. As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato, se não puderem solucionar-se pelas

W
P
Lucília

regras gerais de interpretação, resolver-se-ão de acordo com os seguintes critérios:-----

- a. O estabelecido no presente contrato, dele fazendo parte estas cláusulas e respectivos anexos, prevalecerá sobre o que constar de todos os demais documentos; -----
  - b. O estabelecido na proposta prevalecerá sobre todos os restantes documentos, salvo naquilo em que tiver sido alterado pelo título contratual; -----
  - c. O estabelecido nos esclarecimentos prestados no processo de concurso, será atendido depois da proposta;-----
  - d. Nos casos de conflito entre este contrato e os projetos, prevalecerá o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução de infraestruturas da Concessão e o segundo em tudo o que respeita à definição do objeto da Concessão; -----
  - e. O programa de concurso e caderno de encargos serão atendidos em último lugar. -----
2. Se nos projetos de execução das obras a executar existirem divergências entre as várias peças e não for possível solucioná-las pelas regras gerais de interpretação, resolver-se-ão nos seguintes termos: -----
- a. As peças desenhadas prevalecerão sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais e à disposição relativa das suas diferentes partes; -----
  - b. As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respetivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecerão sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos;-----





- c. Em tudo o mais prevalecerá o que constar da memória descritiva e restantes peças do projeto. -----

Cláusula 6.^a

Responsabilidade pela Concessão

1. A responsabilidade perante a Concedente pela correta exploração e gestão da Concessão e pela execução do plano de investimentos, incumbe única e exclusivamente à Concessionária, ainda que esta recorra a outras empresas subcontratadas ou tarefeiros nos termos previstos nos números seguintes. ---
2. No caso de a Concessionária necessitar de realizar qualquer parte dos serviços concessionados por subcontratação ou por tarefa, informará previamente a Concedente, indicando a entidade a que pretende recorrer e fazendo acompanhar tal solicitação dos elementos necessários à caracterização daquela. -----
3. A Concedente reserva-se o direito de aceitar, ou não, a utilização dos subcontratados ou tarefeiros propostos segundo o estipulado no ponto anterior não acarretando a aceitação da Concedente a diminuição da responsabilidade da Concessionária, tal como se encontra definido no presente contrato de concessão e designadamente no nº 1 desta cláusula.
4. A ausência de resposta por parte da Concedente no prazo de 10 dias úteis, significa a não aceitação da proposta apresentada pela Concessionária. -----
5. As empresas responsáveis pela exploração e gestão do serviço e/ou pela execução das obras que, nas condições da proposta figuram no contrato de concessão, não poderão ser substituídas pela Concessionária sem a prévia aprovação da Concedente. Igual regra vale para a inclusão da nova empresa.
6. A Concessionária pode recorrer à utilização de subcontratadas ou tarefeiros

para a realização dos trabalhos incluídos na Concessão, sem que tal implique diminuição da sua responsabilidade, designadamente, pelas deficiências ou vícios de construção que venham a detetar-se nas obras incluídas na Concessão.-----

7. A Concedente reserva-se o direito de ordenar a substituição de qualquer uma das empresas subcontratadas ou tarefeiros acima referidos, ainda que por si previamente aceites, quando entenda que não existem garantias de boa execução técnica dos serviços que lhe foram cometidos ou, ainda, no caso de por si ou pelos seus agentes, ter comportamento que comprometa a boa execução dos trabalhos.-----

Cláusula 7.^a

Responsabilidade da Concessionária

1. A Concessionária responde pela culpa ou pelo risco, nos termos da lei geral, por quaisquer danos causados no exercício das atividades que constituem o objeto da Concessão. -----
2. A Concessionária é responsável perante terceiros, pelos prejuízos causados pelos serviços concessionados, incluindo danos materiais e morais, continuados ou não, e lucros cessantes, resultantes, nomeadamente, de doença, intoxicação, envenenamento e poluição proveniente dos efluentes rejeitados. -----
3. Constitui especial dever da Concessionária promover e exigir a qualquer terceiro com quem venha a contratar, que tome as medidas necessárias para salvaguarda da integridade física do público em geral e do pessoal afeto à Concessão, devendo ainda cumprir e zelar pelo cumprimento das regras de higiene e segurança aplicáveis. -----

LuciRe

Cláusula 8.^a

Alienação ou oneração da Concessão

1. A Concessionária não pode transmitir por qualquer forma, total ou parcialmente, a Concessão.-----
2. Os atos praticados em violação do disposto no parágrafo anterior são nulos, sem prejuízo de outras sanções que, ao caso, sejam aplicáveis.-----

CAPÍTULO II

OBJETO E DURAÇÃO DA CONCESSÃO

Cláusula 9.^a

Objeto

1. O objeto do contrato compreende: -----
  - a. A exploração, gestão, manutenção e conservação do sistema de drenagem de águas residuais urbanas (domésticas, pluviais e industriais), estações de tratamento de águas residuais (incluindo o sistema de cogeração da ETAR da Fonte Quente) e estações elevatórias (Anexo III);
  - b. Limpeza de fossas sépticas;-----
  - c. Execução de infraestruturas de modo a concretizar o objetivo proposto pela Concessionária de alcançar 93% da população servida com rede de drenagem e sistemas de tratamento de águas residuais até 6 anos após a data do início da Concessão, nela se incluindo a população efetivamente contabilizada onde realmente existe e se prevê nos lugares abrangidos pelos estudos de estimativa da evolução da população de fls. 103 e seguintes do plano de investimentos constante da "proposta técnica", referente à alínea a) do ponto 10.2 do programa de concurso, em conformidade com o projeto apresentado pela Concessionária e com o

Anexo XIV, e manter o mínimo de 90% da população servida com rede de drenagem e sistemas de tratamento de águas residuais a partir daquele prazo; -----

i) - Entende-se por população a servir, a partir de 6 anos após a data do contrato de concessão, a definida e indicada em notificação anual pela Concedente, tendo em conta os últimos censos à época da celebração do contrato e subsequentes em vigor à data de comunicação; -----

ii) A percentagem de população servida deve manter-se ou atingir um nível superior e bem assim as infraestruturas criadas e edificadas devem reunir os requisitos de bom desempenho nos anos subsequentes da Concessão; -----

d. A execução de todas as obras necessárias à concretização do plano de investimentos constitui o Anexo IV; -----

2. Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se abrangidas no objeto da Concessão, a construção, ampliação, beneficiação, conservação, renovação, manutenção e melhoria de todas as obras, instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas, de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros de qualidade legalmente exigidos. -

Cláusula 10.^a

Perímetro territorial da Concessão

O perímetro territorial da Concessão corresponde aos limites do concelho de Abrantes, conforme planta anexa ao presente Contrato (Anexo XIII). -----

Cláusula 11.^a

Exclusividade

O contrato de concessão confere à Concessionária o direito exclusivo, perante

os utilizadores e a Concedente, de assegurar a recolha, a drenagem, o tratamento e rejeição de águas residuais, dentro do perímetro territorial definido neste contrato.-----

Cláusula 12.^a

Revisão do Contrato de Concessão

1. Não pode ser objeto de revisão do contrato:-----
  - a. O conteúdo da concessão, quando tal conduza a um aumento de proveitos tarifários da concessão superior a 30%;-----
  - b. O âmbito territorial da concessão, quando tal conduza a um aumento dos proveitos tarifários da concessão superior a 50%;-----
  - c. O plano de investimentos a cargo da concessionária, quando o valor das novas obras exceder em 25% o montante dos investimentos inicialmente previsto; -----
  - d. O prazo da concessão;-----
  - e. O modelo de partilha de riscos. -----
- 2.--A concedente pode modificar o objeto da concessão mediante parecer da ERSAR.-----
- 3.--No caso de se verificar uma alteração do objeto do contrato referente ao âmbito do serviço geográfico ou material, a Concessionária tem direito ao reequilíbrio económico-financeiro do contrato, sem prejuízo do direito de fazer cessar o mesmo. -----
- 4.--Sem prejuízo no disposto no nº 1 desta cláusula, a Concedente pode incluir e excluir do objeto da Concessão serviços relacionados com o saneamento.
- 5.--Caso sejam realizados, no âmbito da alteração do objeto mencionada no número anterior, investimentos não previstos inicialmente, cabe à

W
Cid

Concedente decidir a modalidade da sua execução, após consulta prévia à Concessionária. -----

- 6.--Sempre que seja modificado o âmbito do Contrato, por iniciativa unilateral da Concedente, esta será obrigada a promover a reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato. -----
- 7.--Para se determinar a existência de alteração do equilíbrio económico-financeiro do contrato serão tidos em consideração, por um lado, os investimentos realizados pela Concessionária que não estavam inicialmente previstos e, por outro, os benefícios que esta retire da prestação de novos serviços públicos cuja obtenção não implicou para a Concessionária a realização de qualquer investimento e que, não fazendo parte do anterior objeto da Concessão, foram integrados na mesma. -----
- 8.--A revisão do contrato é preparada, ouvida a Comissão de Acompanhamento, depois de auscultadas ambas as partes seguindo os procedimentos e obedecendo aos limites previstos na lei. -----

Cláusula 13.ª

Prazo de Vigência do Contrato

1. O período de vigência do contrato de concessão é de 30 anos (trinta anos). --
2. O prazo conta-se a partir da data de início do "período de funcionamento" da Concessão. -----

CAPÍTULO III

SOCIEDADE CONCESSIONÁRIA

Cláusula 14.ª

Sociedade Concessionária

1. A Sociedade Concessionária é a "ABRANTAQUA – SERVIÇO DE ÁGUAS

Lucia

RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ABRANTES, S.A.", pessoa coletiva nº 508112680, com sede no Parque Lena, freguesia de Alferrarede, concelho de Abrantes, cujo objeto social, ainda que acessório, se circunscreve à prossecução da atividade concessionada, nos termos do ponto 1.4.1 do caderno de encargos.-----

2. A Sociedade Concessionária rege-se pelos estatutos constantes do Anexo I.
3. A estrutura acionista da Concessionária é a constante do Anexo II. -----
4. A Concessionária manterá a relação entre os capitais próprios, acrescidos de dívida subordinada, e o ativo líquido do balanço a 31 de Dezembro de cada ano, superior a 25% (vinte e cinco por cento).-----

Cláusula 15.^a

Transmissão ou oneração das ações da Concessionária

Sem prejuízo das onerações de ações eventualmente efetuadas para Financiamento das operações da sociedade, a transmissão ou oneração das ações representativas do capital social da Concessionária carece de autorização prévia por parte da Concedente. -----

Cláusula 16.^a

Dos serviços da Concessionária

A Concessionária obriga-se a manter, na área do Município de Abrantes, a sede dos serviços técnicos e administrativos. -----

CAPÍTULO IV

PESSOAL

Cláusula 17.^a

Estrutura de pessoal

1. A Concessionária obriga-se a estabelecer uma estrutura de pessoal que

permita dar satisfação aos objetivos propostos e às exigências deste contrato. A estrutura de pessoal constitui o Anexo IX a este contrato. -----

2. A Concessionária deve promover a formação profissional dos seus funcionários de acordo com um programa devidamente adaptado e que vise a sua conveniente integração na estrutura da Concessionária e a mais adequada formação técnica que garanta o seu melhor desempenho.-----

CAPÍTULO V

BENS E DIREITOS AFETOS À CONCESSÃO

Cláusula 18.ª

Utilidade pública

1. A Concessionária goza dos direitos de, no estabelecimento e exploração do sistema, utilizar o domínio público afeto ao Município de Abrantes a título gratuito, requerer a constituição de servidões, a expropriação por utilidade pública, a constituição de zonas de proteção e o acesso a terrenos privados.
2. A Concedente, em caso de litígio, prestará à Concessionária, a requerimento fundamentado desta, todo o apoio necessário para o exercício dos direitos referidos no número antecedente.-----

Cláusula 19.ª

Bens e direitos afetos à Concessão

1. Ficam afetos à Concessão os seguintes bens, nela se integrando para os devidos e legais efeitos: -----
  - a. Todas as infraestruturas, instalações, equipamentos que constam no ANEXO III deste contrato, assim como todos os bens que vierem a ser adquiridos, desde que diretamente relacionados com a exploração dos serviços concessionados. -----

- b. Todas as máquinas, equipamentos, aparelhos e respetivos acessórios, utilizados na exploração, manutenção e gestão dos sistemas, incluindo os necessários às operações de controlo de qualidade, adquiridos pela Concessionária.-----
  - c. Todos os imóveis adquiridos pela Concessionária e por esta utilizados na sua atividade.-----
  - d. Todos os direitos de propriedade intelectual e industrial de que a Concessionária seja ou venha a ser titular e que estejam afetos à Concessão.-----
  - e. Quaisquer outros bens afetos à Concessão, desde que diretamente relacionados com a exploração dos serviços concessionados, nomeadamente terrenos e servidões. -----
2. Com a outorga do contrato, a Câmara Municipal de Abrantes coloca à disposição da Concessionária os bens e equipamentos que constam do ANEXO III, obrigando-se a Concessionária a desenvolver todas as atividades necessárias e convenientes para a correta manutenção, ampliação, beneficiação, conservação, renovação e melhoria desses bens e equipamentos. -----
3. Enquanto durar a Concessão, a propriedade dos bens, equipamentos, infraestruturas e instalações integrados no sistema e afetos à Concessão e que tiverem origem em investimentos da Concessionária, pertence à Concessionária, revertendo para a Concedente finda a Concessão, quaisquer que sejam as obras de melhoramento ou os novos equipamentos integrados, de acordo com os termos e condições referidas neste contrato. Todas as infraestruturas e equipamentos postos à disposição pela Concedente manter-



se-ão propriedade da Concedente sendo a sua posse transferida para a Concessionária com o auto de consignação.-----

4. A Concessionária não poderá ceder, arrendar, alienar, hipotecar, penhorar, ou por qualquer outra forma transmitir ou onerar, os bens imóveis, os equipamentos, as infraestruturas e as instalações integradas ou afetas à Concessão, sem prévia autorização da Concedente.-----

Cláusula 20.^a

Aquisição de terrenos

1. Os terrenos adquiridos pela Concessionária para implantação de infraestruturas consideram-se integrados no sistema concessionado e a sua propriedade pertence à Concessionária enquanto durar a Concessão.-----
2. A Concessionária não pode transmitir ou onerar os terrenos adquiridos, sem prévia autorização da Concedente.-----
3. Findo o contrato de concessão a propriedade dos terrenos referidos no número 1 desta Cláusula, adquiridos pela Concessionária, durante o contrato de concessão, reverte sem qualquer encargo para a Concedente.-----
4. Sempre que o atraso na aquisição de qualquer terreno impossibilite o cumprimento pontual do plano de investimentos, a Concessionária proporá à Concedente as alterações que entenda necessárias para respeitar, tanto quanto possível, os prazos previstos e o equilíbrio económico-financeiro do contrato.-----

Cláusula 21.^a

Transmissão ou reversão dos bens da Concessionária

1. No final do contrato de concessão, a posse/propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos, integrados nos sistemas

h
[assinatura]

Lucia Pica

concessionados ou a estes afetos, serão transmitidos/reverterão para a Concedente, sem qualquer encargo, em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo embora em consideração os anos de serviço efetuado (excetuam-se os *stocks* de consumíveis e substituíveis, do “equipamento básico”, do “equipamento de transporte”, do “equipamento administrativo” e das “ferramentas e utensílios”). -----

2. Nomeadamente, serão transmitidas/reverterão para a Concedente, nos termos do disposto no número anterior, as instalações, equipamentos, infraestruturas e quaisquer outros bens: -----
  - a. Que foram postos à disposição da Concessionária pela Concedente, nos termos do disposto do número 2 da cláusula 19ª. deste contrato; -----
  - b. Que se integrem ou estejam afetos aos sistemas concessionados em virtude da execução do plano de investimentos da Concessionária; -----
  - c. Que tenham sido postos à disposição da Concessionária pela Concedente ou por quaisquer outras entidades públicas ou privadas, durante o prazo da Concessão e se tenham integrado ou estejam afetos aos serviços concessionados; -----
  - d. Que tenham sido construídos ou adquiridos pela Concessionária e se tenham integrado ou estejam afetos aos serviços concessionados;-----
3. No final do contrato, se a Concedente assim o entender, reverterão ainda para esta os *stocks* de consumíveis e substituíveis, o “equipamento básico”, “o equipamento de transporte”, o “equipamento administrativo” e as “ferramentas e utensílios” diretamente afetos à prestação dos serviços concessionados em estado de funcionamento e conservação que permita a prestação do serviço, sem quebra de qualidade e continuidade;-----

W
CL
Lucília

4. A reversão dos bens referidos no número anterior far-se-á a título oneroso, sendo o valor dos bens dela objeto determinado por acordo entre as partes, e estabelecido com base no valor líquido contabilístico.-----

Cláusula 22.^a

Utilização de vias públicas e privadas

1. A Concessionária obriga-se ao estabelecimento de um adequado planeamento dos seus trabalhos em conjunto com as entidades ou serviços aos quais possa interessar a execução dos trabalhos nas vias públicas, de forma a minorar os inconvenientes que daí advenham para a população.-----
2. Sempre que seja necessário executar trabalhos nas vias públicas, a Concessionária informa previamente a Concedente, com um prazo mínimo de 30 (trinta) dias, e deve cumprir a legislação em vigor relativa à sinalização das obras a realizar, especificando, designadamente, o trabalho que está a ser executado, a sua data de início e finalização e o horário de condicionamento das obras a efetuar.-----
3. A Concessionária deve repor no estado em que se encontravam, de acordo com as normas técnicas emanadas das diversas entidades competentes e sem direito a qualquer indemnização, os pavimentos e quaisquer outras instalações e estruturas afetadas pela realização das obras que efetuar.-----
4. Para o exercício das suas obrigações decorrentes do contrato de concessão, a Concessionária tem o direito de utilizar as vias públicas sob domínio municipal e privadas, incluindo o respetivo subsolo e pode recorrer ao regime legal da expropriação, nos termos do Código das Expropriações.-----

CAPÍTULO VI

DESENVOLVIMENTO DA CONCESSÃO

Cláusula 23.^a

Consignação

A consignação foi efetuada no dia 25 de Setembro de 2007, mediante auto, lavrado em duplicado e assinado pelas partes.-----

Cláusula 24.^a

Período de Transição

Após a consignação, decorreu o “período de transição” que teve por objetivo permitir à Concessionária o desenvolvimento de todas as ações de implementação de estrutura de pessoal e de meios técnicos destinadas a assegurar o funcionamento dos sistemas. -----

Cláusula 25.^a

Período de Funcionamento

1. Findo o período de transição iniciou-se, em 25 de Janeiro de 2008 o “período de funcionamento”, que termina na data em que o contrato se extinguir, e durante o qual a Concessionária deve dar cumprimento integral às obrigações emergentes do contrato de concessão.-----
2. A Concedente é solidariamente responsável em termos civis e contraordenacionais, perante as autoridades ambientais, pelo cumprimento das normas de descarga nas ETAR que integram o sistema, pelo prazo de 120 dias a contar do início do “período de funcionamento”.-----

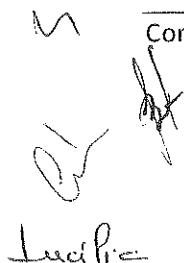
CAPÍTULO VII

GESTÃO E EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS

Cláusula 26.^a

Obrigações Gerais da Concessionária

No âmbito do Contrato, a Concessionária, com respeito pelos princípios gerais


Lucília

previstos no Art.º 5º do Decreto-Lei nº194/2009, de 20 de Agosto deverá promover a prestação dos Serviços e a realização dos trabalhos enunciados nas alíneas subsequentes, sem prejuízo de outros legalmente exigidos e não especificamente previstos: -----

- a. Assegurar a prestação dos Serviços de forma contínua e com a qualidade legalmente exigível; -----
- b. Operar os Equipamentos, as Infraestruturas e as Instalações que se integram nos Sistemas Concessionados de forma regular, contínua eficiente e com a qualidade que a legislação aplicável estabelece;-----
- c. Efetuar todos os trabalhos de manutenção, ampliação, beneficiação, conservação e renovação de todas as Infraestruturas, Equipamentos e Instalações, que lhe sejam postas a disposição pela Concedente ou por terceiros e integradas ou afetas aos sistemas concessionados, bem como a construção de infraestruturas, equipamentos e instalações e os correspondentes trabalhos de manutenção, ampliação e renovação, em cumprimento do plano de investimentos;-----
- d. Proceder à operação e manutenção do sistema de drenagem de águas pluviais;-----
- e. Criar e efetuar a manutenção duma base de dados digital, que incluirá, pelo menos, o cadastro dos Sistemas existentes no Município de Abrantes;-----
- f. Efetuar o controlo do funcionamento das Instalações e controlo das condições de descarga das águas residuais; -----
- g. No caso das lamas, proceder ao controlo das suas características em conformidade com os critérios de admissibilidade exigidos para as

soluções de valorização e/ou eliminação adotadas, bem como do meio recetor no caso da sua valorização agrícola;-----

- h. Proceder ao controlo das características dos outros resíduos gerados nas atividades de exploração, se aplicável; -----
- i. Manter em perfeito estado de funcionamento e utilização todos os bens dos sistemas, os quais deverão ser substituídos por outros de qualidade não inferior quando se deteriorarem; -----
- j. Adquirir, financiar, manter e renovar todos os meios necessários à prestação dos Serviços;-----
- k. Adquirir todos os materiais, instrumentos e serviços necessários à operação, manutenção e conservação dos Sistemas; -----
- l. Fornecer à Concedente, ou a quem esta indicar, as informações, dados e estatísticas referentes ao funcionamento dos Sistemas, mediante procedimentos e meios a serem sujeitos à aprovação da Concedente;-----
- m. Fornecer à Concedente, em duplicado, os projetos completos das obras constantes no plano de investimentos;-----
- n. Obter, com o apoio da Concedente, em todas as infraestruturas existentes ou a construir, o licenciamento junto das entidades oficiais nos termos legais vigentes; -----
- o. Relativamente ao sistema de cogeração da ETAR da Fonte Quente, receber águas ruças dos lagares a definir pela Concedente (prevê-se a receção de 1.000 m3 por ano); -----
- p. Emitir parecer não vinculativo, após proceder à apreciação técnica dos projetos particulares, nomeadamente, de infraestruturas de drenagem de águas residuais, de loteamentos e de edifícios em geral, aquando da

h
O
Lucia R

consulta pela Concedente, prévia à aprovação do pedido de licenciamento;-----

- q. Estabelecer uma relação global com os utilizadores no espírito de prestação de serviço público;-----
- r. Implementar procedimentos diversos que lhe permitam obter as certificações de qualidade, nomeadamente de um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, de Ambiente e de Segurança e Saúde no Trabalho;
- s. Manter atualizado o cadastro das fossas sépticas existentes no perímetro territorial da Concessão e suas características e informar a Concedente;--
- t. Manter atualizado o cadastro dos sistemas de condução das águas residuais urbanas do concelho de Abrantes e informar a Concedente;-----
- u. Fiscalizar a rejeição dos efluentes pelas indústrias.-----
- v. Elaborar e atualizar ao longo da Concessão um plano geral do sistema, desenvolvido a nível de estudo prévio, com o seguinte conteúdo mínimo: -
  - i) Caracterização e diagnóstico da situação, nomeadamente em termos de infraestruturas existentes, respetivo estado funcional e de conservação;-----
  - ii) Objetivos de curto, médio e longo prazo, ao longo do período da Concessão incluindo estimativas de procura; -----
  - iii) Obras e ações necessárias para atingir os objetivos, nomeadamente intervenções a realizar durante o período da Concessão nos sistemas existentes e obras de expansão; -----
  - iv) Cronograma físico de obras para o período da Concessão, detalhado ao nível de cada infraestrutura; -----
  - v) Plano de investimentos e respetivo cronograma de execução com o

- mesmo detalhe do cronograma físico das obras; -----
- vi) Procedimentos para a avaliação do cumprimento do plano.-----
- w. Submeter à aprovação da Concedente a inserção de águas residuais de outras origens na rede e/ou ETAR;-----
- x. Garantir níveis de serviço de padrão elevado, de acordo com as melhores práticas nacionais; -----
- y. Desenvolver o seu sítio na Internet nas condições legalmente previstas e mantê-lo atualizado durante a vigência do Contrato. -----

Cláusula 27.^a

Trabalhos com dispositivos de medição

1. Os medidores de caudal de águas residuais industriais, os dispositivos de medição dos parâmetros de poluição e os dispositivos de recolha de amostras, são fornecidos, instalados e mantidos pela Concessionária.-----
2. A Concessionária sempre que se julgue necessário, e em situações devidamente fundamentadas, procederá, nos ramais de ligação dos estabelecimentos do tipo industrial e comercial, a colheitas, medições de caudais e análises para a inspeção das condições de descarga das respetivas águas residuais industriais e, se não for possível de outra forma, no interior da propriedade, devendo ser obrigatoriamente concedido o acesso dos seus agentes aos locais de colheita e de medição de caudais.-----
3. Os medidores e dispositivos referidos no número 1, quando fixos, serão fornecidos, instalados e mantidos pela Concessionária, a expensas dos respetivos proprietários, mediante tarifas aprovadas pela Concedente e posteriormente submetidas a parecer da ERSAR. -----

Cláusula 28.^a

✓
R1
Lucia Pica

Qualidade

1. A Concessionária obriga-se a cumprir o plano analítico para as ETAR existentes e para as novas a construir, em conformidade com os parâmetros definidos na legislação em vigor. -----
2. A Concessionária obriga-se a dar conhecimento à Concedente dos resultados dos controlos analíticos efetuados, logo que os resultados lhe sejam facultados. -----
3. A Concessionária obriga-se a garantir o cumprimento das disposições legais e/ou contratuais em vigor, no que se refere aos critérios e normas relativas à qualidade dos efluentes descarregados no meio natural. -----
4. A Concessionária responde perante a Concedente pela preservação e melhoria do sistema de tratamento e rejeição dos efluentes, devendo apresentar programas de investimento e de investigação, anualmente aprovados pela Concedente, que, salvo disposição contratual em contrário, devem ocorrer até 31 de Outubro.-----
5. Caso as instalações de tratamento existentes ou previstas no plano de investimentos não correspondam às reais necessidades da exploração, nomeadamente como consequência de novas exigências de qualidade, a Concessionária obriga-se a executar todas as atividades de construção, de manutenção e de beneficiação de infraestruturas, a fim de se manterem os níveis de qualidade do serviço prestado, dando conhecimento, após verificado o facto no máximo de 2 dias, à Concedente. Neste caso a Concessionária deve informar a ERSAR dos desvios verificados e das suas razões. -----
6. A Concessionária obriga-se a cumprir as regras da arte e a respeitar todas as

Lucie Ric

h

disposições administrativas e técnicas da legislação em vigor, devendo os efluentes rejeitados nos meios recetores apresentar, constantemente, as características e níveis de qualidade exigidos por lei e, nos casos de força maior ou em circunstâncias que escapem ao controlo da Concessionária, respeitar o estipulado na legislação em vigor. -----

7. Para além do controlo de qualidade a realizar pela Concessionária, devem estar sempre disponíveis meios próprios para determinações locais de alguns parâmetros considerados necessários a um controlo analítico de maior frequência. -----
8. A Concedente, por si ou por outrem, poderá proceder a outras ações de verificação do controlo de qualidade que livremente entender. -----
9. A inserção de águas residuais de outras origens na rede e/ou ETAR pela Concedente fica sujeita a prévia autorização da Concessionária. -----
10. Durante todo o prazo da Concessão devem ser mantidos e garantidos outros requisitos de qualidade de acordo com a legislação aplicável e as emanações da entidade reguladora. -----

Cláusula 29.^a

Sistemas de controlo

1. A Concedente tem a faculdade de proceder ao controlo de qualidade das águas residuais rejeitadas com a frequência de amostragem que entender adequada. -----
2. A Concessionária obriga-se a acompanhar a recolha da amostra pela Concedente, bem como fazer o seu acompanhamento até ao laboratório acreditado, para validação da mesma. Caso este acompanhamento não seja efetuado a amostra considera-se validada. -----

W
Q1
Lucia Pia

3. A não conformidade das amostras analisadas no âmbito desta cláusula, por incumprimento das obrigações da Concessionária, poderá determinar a aplicação das sanções previstas no Anexo X.-----
4. Para além das sanções previstas no contrato, a Concessionária é responsável por todas as consequências previstas na regulamentação/legislação em vigor no que respeita à qualidade dos efluentes rejeitados no meio natural. -----
5. A Concedente deve dar conhecimento à Concessionária dos resultados do controlo analítico efetuado. -----
6. Sem prejuízo das ações de fiscalização e controlo efetuadas pela Concedente, a Concessionária deve prestar todo o apoio às entidades oficiais com competências atribuídas em matéria de controlo de qualidade e vigilância sanitária, nas ações de inspeção relativas à qualidade das águas em qualquer ponto do sistema.-----

Cláusula 30.^a

Interrupções de Serviço

1. Qualquer interrupção no funcionamento dos sistemas de tratamento de águas residuais que implique descargas diretas para o meio recetor, necessária a uma intervenção programada nos sistemas, deve ser feita após autorização da Concedente, em articulação com esta e de acordo com a legislação em vigor. -----
2. Nos casos referidos no número anterior, a Concessionária obriga-se a adotar todas as medidas necessárias para minimizar os inconvenientes e os impactos negativos nos meios recetores. -----
3. Em caso de avaria imprevisível ou qualquer acidente que obrigue à descarga

de águas residuais sem tratamento, a Concessionária obriga-se a adotar as providências no sentido de dar conhecimento imediato à Concedente e às indústrias produtoras de grandes caudais de forma a minimizar ou evitar descargas no período de reparação. -----

4. Em caso de avaria imprevisível, ou qualquer acidente como o mencionado no ponto anterior, a Concessionária obriga-se a mobilizar todos os meios adequados à reparação da avaria no menor período de tempo possível. -----
5. Cabe à Concedente avaliar o desempenho da Concessionária na eficiência com que retoma a situação após uma interrupção accidental do serviço, e das razões que a ocasionaram, para a considerar ou não justificada, nos termos e para os efeitos da cláusula 73ª do presente contrato. -----

Cláusula 31.ª

Manutenção do armazém e oficinas

A Concessionária obriga-se a manter, em instalações específicas, um armazém com os materiais, peças de reposição, ferramentas e materiais de consumo, necessários ao funcionamento normal dos sistemas e às reparações de rotina e acidentes de maior risco, em conformidade com o especificado na sua proposta técnica, com o objetivo de garantir as boas condições de prestação dos serviços, nomeadamente em termos de qualidade, quantidade, continuidade e uniformidade. -----

CAPÍTULO VIII

MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E RENOVAÇÃO

Cláusula 32.ª

Trabalhos de manutenção e reparação

1. Todos os trabalhos de manutenção/remodelação e reparação dos

W
Q1
Lucia

equipamentos, infraestruturas, instalações e quaisquer outros bens integrados ou afetados aos sistemas concessionados, incluindo os relativos ao sistema de águas pluviais, são da responsabilidade da Concessionária. ---

2. Todas as infraestruturas, instalações, equipamentos e acessórios necessários à boa execução da exploração serão mantidos em bom estado de funcionamento e reparados ou melhorados, se necessário, qualquer que seja a dimensão da reparação, pela Concessionária, que suportará os respetivos custos.-----

3. A Concessionária deve elaborar, executar e atualizar um programa de manutenção e conservação dos equipamentos, instalações e infraestruturas, indicando as tarefas a realizar, sua periodicidade e metodologia. -----

Cláusula 33.^a

Inobservância

A omissão culposa, por parte da Concessionária, das medidas adequadas à manutenção e reparação, referidas nas cláusulas anteriores, poderá dar lugar à aplicação das sanções previstas no presente contrato (Anexo X). -----

Cláusula 34.^a

Trabalhos de renovação

1. Todos os trabalhos de renovação relativos às infraestruturas, equipamentos e instalações, excluindo os relativos ao sistema de águas pluviais, são da responsabilidade da Concessionária. São da sua responsabilidade, nomeadamente: -----

a. Os trabalhos da renovação respeitantes às estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais, bem como em qualquer outro dispositivo intrinsecamente associado à exploração do sistema, ainda que

Lucia Pica

- não previsto na parte de renovação do plano de investimentos.-----
- b. Os trabalhos de renovação respeitantes aos equipamentos mecânicos, equipamentos elétricos, equipamentos eletromecânicos, acessórios hidráulicos das estações elevatórias e das estações de tratamento de águas residuais, bem como de qualquer outro dispositivo intrinsecamente associado à exploração do sistema. -----
2. Todos os trabalhos de renovação referidos no número anterior são planeados e programados pela Concessionária com base no seu conhecimento pormenorizado das condições de exploração das infraestruturas e das regras de arte aplicáveis. -----
3. Até 31 de Outubro de cada ano, a Concessionária apresenta à concedente o plano relativo aos trabalhos de renovação a executar no ano seguinte. -----

CAPÍTULO IX

TRABALHOS ASSOCIADOS À CONSTRUÇÃO

Cláusula 35.^a

Responsabilidade

A Concessionária é responsável pelo projeto e construção das Obras, em conformidade com o estipulado no Contrato e na legislação aplicável. -----

Cláusula 36.^a

Plano de Investimentos

1. As obras a executar pela Concessionária devem obedecer ao plano de investimentos constante do Anexo IV ao presente contrato, o qual traduz os objetivos gerais da Concessão e a estratégia a prosseguir pela Concessionária durante o prazo global da Concessão. -----
2. O plano de investimentos contém as obras a realizar e a indicação da

W
R
Leal Pica

totalidade dos equipamentos, infraestruturas e instalações que serão executadas pela Concessionária, necessárias para alcançar a meta mínima de 93% da população do concelho servida com rede de drenagem e com sistemas de tratamento de águas residuais no prazo de 6 anos após a celebração do contrato de concessão, nela se incluindo a população efetivamente contabilizada onde realmente existe e se prevê nos lugares abrangidos pelos estudos de estimativa de população de fls. 103 e seguintes do plano de investimentos constante da "proposta técnica", bem como eventuais intervenções nos sistemas e equipamentos existentes se necessário para garantir o seu bom funcionamento. No final do referido período de 6 anos após a celebração do contrato, a concessionária deverá manter o mínimo de 90% da população do concelho servida com rede de drenagem e sistemas de tratamento de águas residuais, conforme o ponto 4.1.2 do caderno de encargos. -----

3. O plano de investimentos anexo ao presente contrato pode ser ajustado mediante proposta da Concessionária.
4. Uma vez que as plantas apresentadas ao concurso são estudos prévios que carecem de desenvolvimento para atingirem os objetivos constantes do plano de investimentos, a rede e infraestruturas dos projetos de execução (previstos no ponto 4.4 do caderno de encargos e na Cláusula 40ª deste Contrato) serão implantadas, instaladas em complemento dos estudos prévios de forma a alcançar-se o objetivo de servir 93% da população efetivamente contabilizada, a partir do espaço do domínio público mais próximo. Estes projetos devem ser acompanhados da respetiva fundamentação, especificando os habitantes servidos, abrangidos pelos



Lucia

estudos de estimativa da evolução da população de fls. 103 e seguintes do plano de investimentos constante da "proposta técnica", referente à alínea a) do ponto 10.2 do programa de concurso. -----

5. Na falta de acordo quanto às alterações a introduzir, vigoram as disposições do plano de investimentos que constitui o anexo IV, sem prejuízo da Concedente poder impor modificações nos termos previstos nas cláusulas 12.ª e 63.ª deste contrato.-----

Cláusula 37.^a

Revisão do Plano de Investimentos

1. O Plano de Investimentos poderá ser revisto, mediante a proposta fundamentada de qualquer das Partes comunicada à outra com antecedência mínima de 6 (seis) meses. -----
2. As Partes acordarão nos termos da revisão do Plano de Investimentos no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da comunicação referida no número anterior.-----
3. Sem prejuízo do disposto no número 1 da presente cláusula, bem como da revisão do Plano de Investimentos, nos termos do presente Contrato, a calendarização anual das Obras constante do Plano de Investimentos poderá ser revista por acordo das Partes em qualquer altura. -----
4. Sem prejuízo do estipulado nas Cláusulas 12.ª e 63.ª do presente Contrato, na ausência de acordo quanto às alterações a introduzir no Plano de Investimentos na sequência de proposta fundamentada de qualquer das Partes, permanecerá em vigor o Plano de Investimentos tal como se encontrar à data do pedido de revisão. -----

Cláusula 38.^a

✓
CL pt
Lucia Piz

Início e fim de obras

1. A Concessionária comunicará previamente à Concedente, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o início de cada uma das Obras. ----
2. A Concessionária comunicará à Concedente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a receção provisória, a conclusão de cada uma das Obras.-----

Cláusula 39.^a

Estudos e projetos

1. Compete à Concessionária promover por sua conta e inteira responsabilidade, de acordo com as disposições técnicas deste contrato e do disposto na legislação aplicável, nomeadamente no Decreto Regulamentar nº 23/95, de 23 de Agosto, o desenvolvimento e concretização dos estudos e projetos relativos às obras abrangidas na Concessão. -----
2. Esses estudos e projetos, designadamente de carácter técnico, ambiental e económico, devem desenvolver e concretizar os aspetos constantes dos programas-base e estudos prévios que integraram a proposta apresentada pela Concessionária e devem satisfazer as regras gerais relativas à qualidade, segurança, economia e comodidade. -----
3. A Câmara Municipal de Abrantes faculta à Concessionária todos os estudos de que disponha. Os dados referidos nesses estudos não constituem compromisso para a Concedente.-----
4. As normas a observar na elaboração dos projetos, que não sejam indicadas neste contrato, nem constem de disposições legais ou regulamentares em vigor ou das condições gerais e específicas de execução das obras apresentadas pela Concessionária, devem ser as que melhor se coadunem com a técnica de construção das obras abrangidas pela Concessão.-----



Lucília

Cláusula 40.^a

Projetos de Execução

1. O plano de investimentos da Concessionária será faseadamente concretizado em projetos de execução, que devem ser totalmente compatíveis com os objetivos e prioridades estabelecidos naquele. -----
2. A Concessionária deve submeter à apreciação da Concedente os projetos de execução relativos às obras previstas em cada ano, até 30 de Setembro. A Concedente deve pronunciar-se sobre os projetos de execução num prazo máximo de 30 dias para as obras a executar durante os primeiros 2 anos e de 60 dias para as obras previstas para os anos seguintes. -----
3. As alterações aos projetos de execução devem ser previamente comunicadas pela Concessionária à Concedente, juntando o respetivo projeto de alteração, excetuando-se aquelas que, pelas suas características, não afetam a solução adotada, devendo, no entanto, a Concessionária delas dar conhecimento à Concedente no prazo de 30 (trinta) dias após a alteração. -----
4. Cada projeto de execução deve definir os processos de construção, a natureza dos materiais e equipamentos a utilizar, descrevendo de forma detalhada e tão exaustiva quanto possível as diversas situações de trabalhos, materiais e equipamentos cuja utilização se torne possível ou mais conveniente durante a realização das obras e todos os procedimentos e normas a cumprir na execução das mesmas. -----
5. Cada projeto de execução deve conter, para além das peças escritas e desenhadas próprias do estudo, os seguintes elementos: -----
  - a. Volume-síntese de apresentação geral da obra a realizar, com a

h
C
Lucia

- designação, descrição e composição dos investimentos;-----
- b. O respetivo caderno de encargos, caso se destine a ser executada por terceiros; -----
- c. Mapa de medição de trabalhos; -----
- d. Orçamentos; -----
- e. Cronograma financeiro. -----
6. Os projetos de todas as obras compreendidas no âmbito da Concessão devem sujeitar-se às normas legais e regulamentares em vigor e ser submetidos às entidades para o efeito competentes, devendo ficar no local da obra um exemplar do projeto aprovado, em bom estado de conservação e ao dispor da entidade fiscalizadora, sendo da responsabilidade da Concessionária obter as necessárias aprovações ou licenciamentos.-----

Cláusula 41.^a

Execução das Obras

1. A Concessionária não pode dar início à execução das obras sem previamente ter apresentado à Concedente os projetos de execução, respetivos cadernos de encargos e normas técnicas de construção, dando-lhe também conhecimento prévio da data prevista para o seu início.-----
2. Todas as obras de construção, ampliação, beneficiação, conservação e manutenção previstas no plano de investimentos, terão que ser concluídas até ao prazo de 6 anos após o início do período de funcionamento da concessão.-----
3. Todas as obras serão realizadas com emprego de materiais de boa qualidade e a devida perfeição, segundo as regras de arte, em harmonia com as disposições legais e regulamentares em vigor e as características

h
Ct
Lucilva

habituais em obras do tipo das que constituem o objeto do presente contrato de concessão. A Concessionária deverá respeitar, em especial: -----

- a. A legislação em vigor relativa à divulgação e sinalização das obras, nomeadamente o disposto no Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 1 de Outubro; -----
- b. Regulamentos e Posturas Municipais em vigor à data da intervenção. -----
- c. A legislação em vigor aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho; -----
- d. Os direitos dos utentes das vias públicas e da população em geral. -----

Cláusula 42.^a

Fiscalização dos Trabalhos

1. A Concessionária é responsável pelo acompanhamento e fiscalização da boa execução das obras, devendo impor a existência de um livro de obra no respetivo estaleiro. -----
2. A Concessionária não pode em caso algum, alegar deficiências de conceção ou de construção, bem como quaisquer atrasos ou falta de receção das obras acima referidas, para se escusar ao cumprimento de qualquer das suas obrigações contratuais. -----
3. A Concedente pode acompanhar e fiscalizar todas as obras realizadas pela Concessionária, tendo livre acesso ao respetivo estaleiro e livro de obras, podendo emitir pareceres e recomendações. -----
4. Em todos os contratos que celebre com terceiros para a realização de obras, a Concessionária obriga-se a inserir uma cláusula que permita à Concedente, ou a quem esta indicar, acompanhar e fiscalizar a execução de todas as obras, nos termos referidos no número anterior. -----

W
C1
Lucia

CAPÍTULO X

RELAÇÃO COM OS UTILIZADORES

Cláusula 43.^a

Regulamento dos Serviços

1. O Regulamento dos Serviços, a aprovar pela Concedente sob proposta da Concessionária estabelecerá as regras da prestação de serviço aos utilizadores, bem como os direitos e deveres da Concessionária e dos utilizadores, com respeito com o presente contrato e com a legislação aplicável.-----
2. A entidade Concedente poderá incluir as regras relativas aos serviços objeto do presente contrato em regulamento geral a emitir nos termos da legislação aplicável.-----
3. O Regulamento de Serviço ficará sujeito a parecer prévio da ERSAR. -----
4. O regulamento será divulgado a todos os interessados, mediante publicação na II Série do Diário da República, afixação em local visível nos serviços de atendimento da Concessionária e a sua disponibilização no sítio da Internet da Concessionária. Adicionalmente, deverá ser feita referência à sua publicação e aos respetivos meios de consulta nas faturas a emitir no mês imediatamente seguinte ao da publicação.-----

Cláusula 44.^a

Alteração do regulamento

1. O Regulamento dos Serviços poderá ser alterado mediante solicitação de qualquer uma das Partes, devidamente fundamentada, sempre que estas o entendam conveniente. -----
2. A alteração das disposições do Regulamento dos Serviços será feita por



Lucília

acordo entre as Partes, após obtenção de parecer da ERSAR. -----

Cláusula 45.^a

Atendimento ao público

1. A Concessionária terá aberto ao público os postos de atendimento necessários, tendo em conta as necessidades da população a servir no perímetro territorial dos Serviços concessionados. -----
2. O horário de funcionamento dos postos de atendimento ao público coincidirá, pelo menos, com o horário de funcionamento das repartições públicas, podendo ser utilizados para apresentar reclamações e efetuar pagamentos.--
3. A Concessionária estabelecerá um sítio na Internet e terá um contacto de correio eletrónico, constituindo esta uma das modalidades de contacto e de atendimento dos utilizadores. -----

Cláusula 46.^a

Emergências

1. A Concessionária terá a funcionar 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias do ano, um serviço de "Piquete" de alerta e emergência, facilmente contactável pelo utilizador, destinado a dar resposta rápida e eficaz a problemas que eventualmente surjam e sejam denunciados pelos utilizadores afetados. -----
2. A existência e funcionamento deste serviço de "Piquete" é da inteira responsabilidade da Concessionária, não podendo os seus custos ser debitados ao utilizador pelo recurso que deles faça, salvo em caso de comprovado uso abusivo ou extemporâneo. -----

Cláusula 47.^a

Faturação e cobrança

W
R
Lucília

1. A cobrança das tarifas relativas aos serviços prestados pela Concessionária é efetuada pela entidade gestora do sistema de abastecimento público de água tutelada pelo Município de Abrantes, sendo deduzido o valor de 0,5% do total de receitas efetivamente cobradas a título de encargos administrativos e de cobrança. No final de cada período de um ano de vigência do contrato de concessão, a forma de cobrança das tarifas poderá ser alterada mediante notificação por qualquer das partes com, pelo menos, 60 dias de antecedência relativamente ao termo do período em questão. -----
2. Até ao dia 10 de cada mês, de acordo com a calendarização das leituras e cobranças da entidade gestora do sistema de abastecimento público de água tutelada pelo Município de Abrantes, serão disponibilizados à Concessionária os volumes de água consumida por cada utilizador relativos ao mês anterior e que foram objeto de faturação. -----
3. A Concessionária, com base na informação referida no número anterior, emitirá e entregará à Concedente as faturas correspondentes.-----
4. A Concedente entregará à Concessionária até ao dia 15 de cada mês os valores que tenham sido efetivamente cobrados até ao final do mês anterior pela entidade gestora do sistema de abastecimento público de água tutelada pelo Município de Abrantes. -----
5. Compete à entidade responsável pela cobrança nos termos do nº 1 desta cláusula promover a Cobrança coerciva dos serviços que não sejam atempadamente pagos pelos utilizadores. -----
6. Os custos da limpeza das fossas, quando devidos nos termos do ANEXO V (2), são cobrados diretamente pela Concessionária aos utilizadores. -----

CAPÍTULO XI

FINANCIAMENTO DA CONCESSÃO

Cláusula 48.^a

Meios de financiamento

1. O financiamento de todas as atividades que integram a Concessão incumbe à Concessionária, sendo da sua responsabilidade.-----
2. Nos casos em que as obras, por iniciativa ou intermédio da Concedente, venham a merecer financiamento a fundo perdido, entre outros, de origem comunitária ou outra, o contrato de concessão deve ser revisto e serem aplicados os mecanismos de reequilíbrio da concessão, nomeadamente através da revisão das tarifas aplicáveis. -----

Cláusula 49.^a

Tarifas a cobrar pelos serviços prestados pela Concessionária

1. Serão fixadas, liquidadas e cobradas, relativamente aos serviços prestados pela Concessionária, as seguintes tarifas, sem prejuízo de alterações do presente regime decorrentes de alterações legislativas: -----
  - a. Tarifa fixa de Saneamento (disponibilidade do Serviço);
  - b. Tarifa variável (saneamento);
  - c. Tarifa por outros serviços, designadamente limpeza de fossas.
2. A fixação das tarifas devidas à Concessionária será aprovada pela Concedente e respeitará os princípios consagrados na legislação aplicável. --
3. A Concessionária não poderá cobrar quaisquer taxas ou tarifas diferentes das referidas no número 1, nem aplicá-las de forma diferente da estabelecida no presente Contrato, nem onerar por qualquer título ou forma o preço do Serviço respetivo, salvo prévia autorização da Concedente. -----
4. As águas residuais urbanas produzidas nos edifícios utilizados pela Câmara

✓
RL
Lucia

Municipal, contabilizadas por indexação à água consumida, serão tarifadas considerando o município como um utilizador não-doméstico.-----

Cláusula 50.^a

Tarifas de saneamento de águas residuais

1. As tarifas de saneamento respeitam os encargos relativos à condução, tratamento e destino final das águas residuais produzidas e incluem uma parcela fixa e variável.-----
2. A tarifa fixa de saneamento (de disponibilidade) destina-se a cobrir os custos de construção, conservação e manutenção da rede pública de drenagem de águas residuais e dos ramais domiciliários de Águas Residuais que permitem disponibilizar os Serviços aos utilizadores. -----
3. A parcela variável da tarifa de saneamento será determinada com base nos consumos de água, havidos ou estimados, dos utilizadores, ou através da leitura dos medidores de caudal de águas residuais, sempre que estes se encontrem instalados. -----
4. Os montantes das tarifas de saneamento encontram-se definidos no ANEXO V (1) ao presente Contrato e vigorarão até à revisão prevista no ANEXO VI do mesmo. -----

Cláusula 51.^a

Tarifas por outros serviços

1. Em complemento ao tarifário essencial, referido nas cláusulas anteriores, serão estipulados os valores que a Concessionária poderá cobrar, aos utilizadores, por prestação de outros serviços ou trabalhos, incluindo aqueles relativos à tarifa de limpeza de fossas.-----
2. Quando o utilizador solicitar a prestação do serviço respetivo, a

Concessionária pode cobrar o seu custo, sempre que o mesmo seja devido nos termos do ANEXO V (2).-----

Cláusula 52.^a

Revisão e alteração do tarifário

1. O tarifário será revisto anualmente por aplicação dos critérios de revisão definidos no ANEXO VI ao presente Contrato, sem prejuízo da legislação ou regulamentação aplicável. -----
2. Os critérios de revisão da tarifa descritos no ANEXO VI ao presente Contrato poderão ser revistos e alterados durante a vigência do Contrato, com o objetivo de os readaptar à estrutura de custos. -----
3. A solicitação para alteração dos critérios de revisão do tarifário poderá ser apresentada por qualquer das partes no Contrato, não podendo o processo de negociação daí decorrente implicar qualquer suspensão das obrigações contratuais em vigor. -----
4. Qualquer alteração ordinária ou extraordinária do tarifário, não poderá ser implementada sem a prévia autorização da Concedente e comunicação a ERSAR, sem prejuízo da obrigação que daí possa advir para a Concedente de repor o equilíbrio económico-financeiro do Contrato. -----
5. O tarifário será objeto de alteração, por acordo entre a Concedente e a Concessionária sempre que, por força de disposição legal, devam ser repercutidos novos custos no utilizador, e após parecer da ERSAR. -----

CAPÍTULO XII

RETRIBUIÇÃO DA CONCESSÃO

Cláusula 53.^a

Retribuição

A Concessionária não pagará à concedente qualquer retribuição pela Concessão, sem prejuízo de, em posterior revisão do Contrato, poder vir a ser estabelecida uma retribuição em conformidade com a legislação em vigor. -----

CAPÍTULO XIII

CONTRATO COM TERCEIROS

Cláusula 54.^a

Inoponibilidade

A Concessionária não poderá opor à Concedente quaisquer exceções ou meios de defesa que resultem das relações contratuais por si estabelecidas com terceiros. -----

Cláusula 55.^a

Subcontratação e outras obrigações a firmar

1. Para o desenvolvimento das atividades previstas no presente contrato, a Concessionária poderá subcontratar ou recorrer a tarefeiros, sem que tal facto origine qualquer diminuição da responsabilidade da Concessionária pelo cumprimento das suas obrigações. -----
2. Incumbe à Concessionária promover e desenvolver a correta Exploração dos Serviços, sendo sua a responsabilidade por quaisquer deficiências que ali se venham a verificar mesmo que recorra a subcontratados ou a tarefeiros. -----
3. Todos os contratos de execução continuada celebrados pela Concessionária com terceiros, com exceção dos relativos a eventuais contratos de financiamento, referentes ao objeto da Concessão, devem incluir uma cláusula reservando expressamente à Concedente a faculdade de se substituir à Concessionária, no caso de rescisão, resgate ou outro meio de extinção do contrato de concessão, nos mesmos termos e nas mesmas

condições contratualizadas com essas entidades terceiras. -----

CAPÍTULO XIV

FISCALIZAÇÃO

Cláusula 56.^a

Disposições gerais

1. A Concessionária fica sujeita às ações de fiscalização previstas no presente contrato. -----
2. As ações de fiscalização são exercidas pela Concedente ou por qualquer entidade devidamente credenciada por esta. -----
3. A Concedente pode emitir pareceres, recomendações, instruções e diretivas que a Concessionária deve observar e respeitar. -----
4. A Concessionária disponibiliza à Concedente todas as condições necessárias ao exercício da ação fiscalizadora e fornece todos os elementos que lhe sejam solicitados. Nomeadamente, a Concessionária deve: -----
  - a. Fornecer à Concedente, sempre que esta o solicite, todos os documentos e quaisquer outros elementos relativos às principais características e condições de funcionamento de todos os equipamentos, infraestruturas e instalações afetas à exploração do sistema concessionado;-----
  - b. Disponibilizar à Concedente, em local condigno no edifício sede da sociedade Concessionária, ou, caso este não reúna condições necessárias, nas suas imediações, um espaço de acesso restrito, com área útil não inferior a 20 m²; -----
  - c. Permitir à Concedente livre acesso a todas as instalações objeto da Concessão e a todos os locais de trabalho, zona de obras, estaleiros e livro de registo de obras;-----

W
R
Lucia

- d. Incluir nos contratos de empreitada que celebre com terceiros, uma cláusula que permita o acesso da Concedente às zonas de obras, estaleiros e livro de registo de obras;-----
- e. Prestar à Concedente todos os esclarecimentos e informações que esta solicitar;-----
- f. Facultar à Concedente todos os livros, registos, documentos e quaisquer outros elementos, incluindo dados estatísticos, relativos ao objeto da Concessão; -----
- g. Prestar à Concedente todos os esclarecimentos quanto aos trabalhos ou serviços subcontratados e à idoneidade técnica dos respetivos executantes; -----
- h. Estabelecer um sistema de acesso à informação em tempo real, por parte da Concedente, que lhe permita desencadear todas as ações de fiscalização, de atualização do cadastro, de conhecimento de ocorrências relevantes na exploração, de cumprimento do plano de investimentos, etc.

Cláusula 57.^a

Relatórios

1. Até ao dia 31 de Março de cada ano, a Concessionária apresenta à Concedente e à ERSAR, um relatório sobre a atividade desenvolvida no ano anterior, quer no que se refere à execução do plano de investimentos, quer no que se refere à exploração, manutenção, reparação, renovação, estado das Instalações e gestão do sistema concessionado, elaborado após visita de inspeção efetuada conjuntamente com os representantes da Concedente. ----
2. A Concessionária deve apresentar 4 relatórios por ano sobre a atividade desenvolvida em cada trimestre.-----



Lucia

3. Os relatórios previstos nos números anteriores devem dar, no mínimo, cumprimento às exigências previstas no Anexo XI.-----

Cláusula 58.^a

Atividade social

1. A Concessionária obriga-se a facultar à Concedente os elementos que permitem avaliar a sua performance, em termos de qualidade do serviço prestado e da garantia da sua continuidade.-----
2. A Concessionária faculta à Concedente livre acesso a todos os livros de atas, listas de presenças, livro de registo de ações, diário, razão, balanço e inventários, balancetes e quaisquer outros elementos ou documentos contabilísticos.-----
3. A Concessionária deve enviar anualmente à Concedente uma certidão atualizada da Conservatória do Registo Comercial bem como cópia das atas de todas as reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral. ----
4. A Concedente, sempre que o entenda, pode solicitar à Concessionária a realização de reuniões com os membros do Conselho de Administração, obrigando-se a Concessionária a permitir que um representante da Concedente assista às reuniões do Conselho Fiscal caso este exista.-----

Cláusula 59.^a

Ações de fiscalização específicas

1. A Concedente pode, sempre que o entender, verificar a veracidade e autenticidade das informações e elementos fornecidos pela Concessionária, podendo exigir desta a apresentação de qualquer documento ou a realização de qualquer diligência que, para tanto, seja necessária, segundo um critério de razoabilidade.-----

M
CL
Lucia

2. A Concedente pode efetuar ensaios, vistorias ou exames que permitam averiguar a veracidade das informações e elementos fornecidos, avaliar as condições de funcionamento e as características dos equipamentos, infraestruturas, instalações e de quaisquer outros bens integrados no sistema concessionado, relativos aos sistemas de águas residuais urbanas e águas pluviais. -----
3. A Concedente pode, também, realizar quaisquer ensaios, vistorias, exames ou outras ações de controlo e fiscalização relativa à qualidade dos efluentes rejeitados. -----
4. A Concedente pode, ainda, exercer quaisquer outras ações específicas de fiscalização do cumprimento das disposições legais e do presente contrato de concessão.-----
5. Os encargos com os ensaios, vistorias, exames ou quaisquer outras ações de controlo ou fiscalização correm por conta da Concedente. -----
6. A Concessionária fica sujeita ao poder de fiscalização e acompanhamento da Concessão pela ERSAR, de acordo com as disposições legais aplicáveis. ----

Cláusula 60.ª

Determinações

1. As instruções, pareceres, recomendações, diretivas e, em geral, todas as determinações da Concedente que venham a ser emitidas no âmbito dos seus poderes de fiscalização, são imediatamente aplicáveis. -----
2. A Concessionária apenas pode opor-se às determinações referidas no número anterior, nos casos, termos e condições previstas no presente contrato. -----
3. Quando a Concessionária, injustificadamente, não respeite as determinações

referidas no número 1 desta Cláusula, a Concedente pode proceder à correção da situação, diretamente ou através de terceiros, correndo os respetivos custos por conta da Concessionária, sem prejuízo das sanções que eventualmente lhe venham a ser aplicadas. -----

4. A Concedente pode recorrer à caução prestada nos termos do disposto na cláusula 65.ª deste contrato para pagamento dos custos referidos no número anterior. -----

5. A Concessionária, caso não concorde com a decisão da Concedente e com as determinações que lhe foram impostas, pode requerer a constituição da Comissão Paritária prevista na cláusula 76.ª deste contrato e, caso esta lhe dê razão, será reembolsada de todos os custos e, se necessário, reposta, às custas da Concedente, a situação inicial. -----

CAPÍTULO XV

CONDIÇÃO FINANCEIRA DA CONCESSÃO

Cláusula 61.^a

Caso Base

O Case base do modelo financeiro da concessão é o que se junta ao presente contrato como Anexo VIII, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 40, número 1, alínea c) do Decreto-lei 194/2009 de 20 Agosto. -----

Cláusula 62.^a

Assunção de riscos

A Concessionária assume a responsabilidade por todos os riscos inerentes à Concessão, exceto se o contrário resultar do presente Contrato ou da legislação aplicável, designadamente nos casos previstos no artigo 35º do Decreto-lei

W
C
Lucília

194/2009 de 20 Agosto. -----

Cláusula 63.^a

Reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato

1. O presente contrato pode ser revisto com vista a promover a reposição do seu equilíbrio económico-financeiro, nos casos previstos na lei ou quando se verificar algumas das seguintes ocorrências: -----
  - a. Ampliação ou redução do âmbito do serviço concessionado;-----
  - b. Se a Concessionária tiver de suportar encargos referentes a fatores que não poderiam ter sido previstos à data do estabelecimento do contrato, por determinação do Concedente ou por alteração significativa das normas ou da legislação em vigor que conduza à exigência de alteração do serviço ou dos procedimentos; -----
  - c. Se se verificar qualquer outra modificação unilateral imposta pela Concedente das condições de desenvolvimento das atividades integradas na Concessão; -----
  - d. Se se verificar variação superior a 20% face ao incremento de 0,3%, estipulado no processo de concurso, do volume base de água faturada em 2004, aferindo-se anualmente a variação. -----
2. A reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão é requerida pela Concessionária, no caso referido na alínea b) ou por qualquer uma das partes nos restantes casos, mediante comunicação escrita nesse sentido a solicitar o início das negociações, identificando o ou os eventos que considera terem ocorrido. Qualquer uma das partes deverá juntar todos os elementos suscetíveis de comprovar a pretensão e as razões invocadas, com indicação devidamente justificada sobre se esse ou esses eventos e/ou os



Lucília

efeitos desse ou desses eventos são ou não continuados no tempo e respetiva quantificação.-----

3. Sempre que haja lugar à reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão, tal reposição poderá ter lugar através de qualquer uma das seguintes modalidades, aplicando-se, de entre elas, a que, para cada caso for escolhida por acordo entre as partes ou, na falta de acordo, através de mecanismos de resolução de litígios previsto no contrato: -----
  - a. Alteração do tarifário; -----
  - b. Atribuição de compensação financeira direta pela Concedente; -----
  - c. Ampliação ou redução do objeto do contrato; -----
  - d. Alteração do prazo da Concessão; -----
  - e. Qualquer combinação de algumas das modalidades anteriores; -----
  - f. Qualquer outra modalidade que venha a ser acordada pelas partes no respeito pela lei aplicável e pelo contrato.-----
4. No caso de ampliação das obras previstas no plano de investimento, ou de modificação unilateral do contrato de concessão pela concedente, a reposição do equilíbrio financeiro será efetuada, se não houver outro acordo, através da atribuição de compensação financeira direta pela Concedente.-----
5. Qualquer uma das modalidades de reposição do equilíbrio económico-financeiro deve ser submetida a parecer da ERSAR. -----
6. Caso as partes não cheguem a acordo sobre a reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da notificação da parte que pretende a reposição do equilíbrio económico-financeiro, qualquer das partes pode solicitar a intervenção da ERSAR e a realização dos procedimentos subsequentes, nos termos da

u
ALP
Luci Ric

cláusula 76.ª deste contrato, sem prejuízo de se proceder à imediata implementação da reposição na parte que tiver obtido o acordo das partes.---

7. Em caso algum a Concessionária pode, durante a negociação conducente à reposição do equilíbrio económico-financeiro do contrato, paralisar, interromper ou suspender o cumprimento das suas obrigações.-----

CAPÍTULO XVI

GARANTIAS DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

Cláusula 64.^a

Seguros

1. Com a celebração do presente contrato, a Concessionária apresenta as apólices de seguro, de acordo com a legislação em vigor, designadamente: --
  - a. Contra acidentes de trabalho e doenças profissionais relativas a todos os seus funcionários;-----
  - b. Relativas aos meios de transporte postos à disposição do seu pessoal e por estes utilizados bem como todo o pessoal nele transportado;-----
  - c. Responsabilidade civil relativa aos riscos próprios do exercício da sua atividade e pelo valor aceite e aprovado pela Concedente; -----
  - d. Apólice de seguro relativa à integridade de pessoas e bens por danos causados no exercício da sua atividade; -----
  - e. Contra qualquer tipo de acidente que cubra o valor dos equipamentos, infraestruturas, instalações e outros dispositivos intrinsecamente associados à exploração do sistema pelo seu valor real. -----
2. Os seguros referidos no número anterior vigoram desde o início do "período de funcionamento" até ao termo da Concessão, obrigando-se a





Luís Pereira

Concessionária a manter válidas e atualizadas as respectivas apólices e exibi-las sempre que a Concedente o exija. -----

3. A Concessionária obriga-se ainda a segurar, pelo seu valor, as instalações, equipamentos e infraestruturas, que sejam construídas em virtude do plano de investimentos ou que lhe sejam entregues para exploração, na sequência da receção de obras executadas por terceiros, devendo apresentar as respetivas apólices à Concedente sempre que tal lhe seja solicitado. -----
4. Os encargos referentes a todos os seguros, bem como qualquer dedução efetuada pela companhia seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, correm por conta da Concessionária. -----

CAPÍTULO XVII

CAUÇÃO DEFINITIVA

Cláusula 65.^a

Montante e forma

1. A Concessionária obriga-se a manter válida a favor da Concedente, durante a vigência do contrato de Concessão uma caução prestada mediante garantia bancária no sistema de pagamento à primeira solicitação, depósito-caução ou seguro-caução. -----
2. A caução garante o exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pela Concessionária em virtude da Concessão e será restituída em caso de resgate ou no fim do contrato de concessão. -----
3. Qualquer alteração da forma de prestação da caução pode ser autorizada pela Concedente, desde que não exista qualquer período de tempo entre o cancelamento da caução em vigor e a apresentação da nova. -----
4. A caução terá o valor de €1 028 091,00 (um milhão vinte e oito mil e noventa

h
C
Lucile

- e um euros), correspondente a 2% (dois por cento) do valor da concessão.---
5. Logo que se mostrem executadas as obras correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do Plano de Investimentos constante do Anexo IV ao presente contrato, o valor da caução será reduzido para €771 068,00 (setecentos e setenta e um mil e sessenta e oito euros), correspondente a 1,5% (um e meio por cento) do valor da concessão. -----
6. Quando as obras do Plano de Investimentos constante do Anexo IV ao presente contrato estiverem totalmente realizadas, o valor da caução será reduzido para €514 046,00 (quinhentos e catorze mil e quarenta e seis euros), correspondente a 1% (um por cento) do valor da concessão. -----
7. O valor da caução será anualmente atualizado com base na variação do IHPC (Índice Harmonizado de Preços no Consumidor, sem habitação, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística) verificada no ano anterior, com referência a 1 de Setembro. -----
8. Tendo sido prestada caução mediante garantia bancária, simultaneamente com a apresentação da nova caução de valor devidamente atualizado, a Concedente autorizará o cancelamento da antiga garantia. -----

Cláusula 66.^a

Reposição do valor da caução

A diminuição da caução, por força de levantamentos que dela sejam feitos, implica, para a Concessionária, a obrigação de proceder à reposição do seu valor inicial no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da utilização. ----

Cláusula 67.^a

Execução da caução

Previamente à execução da caução, a Concedente notifica a Concessionária

com uma antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis relativamente à data em que pretende executar a caução, informando a Concessionária da obrigação que considera violada e que dará lugar à execução da caução, concedendo-lhe um prazo não inferior a 5 (cinco) dias úteis para sanar o incumprimento. -----

CAPÍTULO XVIII

INCUMPRIMENTO E CUMPRIMENTO DEFEITUOSO DO CONTRATO

Cláusula 68.^a

Casos de Força Maior

1. Os danos causados às infraestruturas, instalações e equipamentos por caso de força maior são suportados pela Concedente, quando não correspondam a riscos que devam ser assumidos pela Concessionária nos termos do contrato. -----
2. Considera-se como caso de força maior uma ocorrência pela qual a Concessionária não seja responsável e para a qual não haja contribuído e bem assim como qualquer outro facto natural ou situação imprevisível ou inevitável cujos efeitos se produzam independentemente da vontade ou circunstâncias pessoais da Concessionária, tais como, nomeadamente mas não exclusivamente, atos de guerra ou subversão, epidemias, ciclones, tremores de terra, fogo, raios, inundações, greves gerais ou setoriais, e quaisquer outros eventos da mesma natureza que impeçam o cumprimento do contrato. -----

Cláusula 69.^a

Sanções

1. A Concedente tem o poder de aplicar sanções à Concessionária caso esta, sem justificação, não cumpra pontualmente as obrigações decorrentes da

h
Q1
Lucia Pica

legislação aplicável ou deste contrato, sem prejuízo das responsabilidades da Concessionária perante terceiros e da aplicação de outras sanções por outras entidades com competência para tal. -----

2. As sanções a aplicar à Concessionária, por incumprimento das obrigações estabelecidas, são as constantes do Anexo X. -----
3. As sanções referidas no número anterior não serão aplicadas em casos de força maior e situações excecionais como por exemplo: chuvas torrenciais, períodos de arranque de novas infraestruturas e período de transição previsto nos termos do contrato. -----
4. A aplicação das sanções previstas no presente contrato compete à Presidente da Câmara Municipal de Abrantes.
5. Na aplicação de sanções a Entidade Concedente atuará segundo um princípio de proporcionalidade, baseando-se em critérios de gravidade e reiteração e após audiência prévia da Comissão de Acompanhamento. -----

Cláusula 70.^a

Sequestro

1. Caso se dê ou esteja iminente a cessação ou a interrupção total ou parcial da exploração ou se verifiquem deficiências graves na respetiva organização e funcionamento suscetíveis de comprometer a regularidade da prestação do serviço por facto imputável à Concessionária ou se se verificar uma reincidência sistemática de infrações, a Concedente pode, mediante sequestro, assumir o exercício das atividades inerentes à Concessão, adotando todas e quaisquer medidas que repute necessárias para a normalização da situação, por um prazo máximo de 120 dias. -----
2. Existindo causa de sequestro nos termos do número anterior, a Concedente

informará a Entidade Reguladora e a Comissão de Acompanhamento e notificará a Concessionária para que, no prazo razoavelmente fixado por aquele, sejam cumpridas as obrigações contratuais e, consoante o caso, corrigidas ou reparadas as deficiências verificadas.-----

3. Caso a Concessionária no prazo que lhe for fixado pela Concedente na notificação referida no número anterior, não cumpra as obrigações contratuais ou não sane a situação suscetível de dar causa ao sequestro, a Concedente pode declarar imediatamente o exercício do direito constante do nº 1 desta cláusula. -----
4. Verificada a declaração prevista no número anterior, a Concessionária põe à disposição da Concedente, no mais curto período de tempo possível todos os elementos relacionados com a Concessão, sendo a Concessionária responsável por todas as consequências originadas por atraso que lhe seja imputável. -----
5. Serão suportados pela Concessionária todos os encargos e despesas, devidamente documentados e contabilizados, em que a Concedente incorra necessária e justificadamente no âmbito das atividades da Concessão, enquanto durar o período de sequestro, desde que tais encargos e despesas não tenham sido suportados pelas receitas do tarifário existente, referidas no número seguinte.-----
6. Para fazer face aos encargos e despesas necessários com a Concessão e o restabelecimento da normalidade durante o período de sequestro, a Concedente pode socorrer-se em primeiro lugar das receitas do tarifário existente, sem prejuízo das obrigações da Concessionária quanto ao esquema de prioridades de afetação dessas receitas à Concessão

u
A
Lucília

decorrentes e previstas nos contratos do financiamento e, caso as receitas sejam insuficientes, poderá recorrer à caução prestada pela Concessionária.

7. Logo que cessem os motivos que originaram o sequestro, e caso a Concessionária assegure poder reassumir a Concessão de acordo com o contrato, a Concedente notifica aquela para, no prazo razoavelmente fixado, retomar o exercício da Concessão. -----
8. A verificação, pela Concedente, da impossibilidade do restabelecimento do normal funcionamento dos serviços após o termo do prazo máximo referido no nº 1 desta cláusula, é fundamento para rescisão do contrato por decisão unilateral da Concedente, sem lugar a indemnização da Concessionária. -----

CAPÍTULO XIX

EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

Cláusula 71.^a

Caducidade

1. A Concessão extingue-se no termo do período de vigência estabelecido para o presente contrato, previsto na cláusula 13.ª. -----
2. No final da Concessão aplicar-se-á o disposto na cláusula 21.ª do presente contrato. -----
3. No final do Contrato, a Concedente entregará à Concessionária o montante das contas a receber deduzido das contas a pagar, de acordo com o balanço de fecho do último ano da concessão. -----

Cláusula 72.^a

Resgate

1. Decorrido um quinto do prazo da Concessão, a Concedente poderá, se o interesse público o justificar e ouvida previamente a ERSAR nos termos dos

h
at
LuciBé

artigos 11º, nº 6 e 57º do Decreto-Lei nº194/2009, de 20 de Agosto, resgatar a mesma, mediante aviso prévio à Concessionária com, pelo menos, um ano de antecedência.-----

2. Em caso de resgate aplica-se o estipulado na Cláusula 21ª, assumindo a Concedente os direitos e obrigações da Concessionária e a titularidade de todas as suas relações jurídicas, nomeadamente nos aspetos referentes aos contratos de construção, financiamentos e exploração.-----
3. No período de pré-aviso referido no nº 1 desta cláusula, as partes tomarão, concertadamente, as medidas adequadas à continuidade do serviço sem quebra de qualidade. -----
4. Em caso de resgate a Concessionária terá o direito, cumulativamente: -----
  - a. A uma indemnização de 5% do valor da faturação global dos serviços concessionados, registada durante o ano anterior aquele em que se verificar o aviso, multiplicado pelo número de anos que decorreriam entre a data do resgate e o termo do prazo da Concessão;-----
  - b. Ao valor contabilístico dos investimentos efetuados pela Concessionária no âmbito do contrato de concessão, se o resgate ocorrer em data anterior ao final do prazo de amortização dos mesmos, que a Concedente devolverá à Concessionária devidamente atualizados com base na taxa Euribor a três meses. -----
5. O pagamento devido pela Concedente e referente às obrigações decorrentes do resgate efetuar-se-á à data da sua efetiva entrada em vigor. -----

Na falta de pagamento na data referida, serão devidos, além do montante em falta, juros de mora à taxa Euribor a três meses à data em que era devido o pagamento não efetuado.-----

h
Al
Lucília

6. Em caso de resgate, a Concedente deverá assumir o pessoal em regime de cedência ao serviço da Concessionária afeto às atividades objeto do contrato de concessão.-----

Cláusula 73.^a

Rescisão por facto imputável à Concessionária

1. A rescisão por decisão unilateral da Concedente funda-se no incumprimento grave dos deveres legais e contratuais, ocorrendo designadamente por: -----
  - a. Não cumprimento das obrigações a que a Concessionária se encontra sujeita, pondo em causa ou prejudicando gravemente o objeto do contrato de concessão;-----
  - b. Falta de cumprimento grave e reiterado do plano de investimentos; -----
  - c. Falta sistemática e injustificada do cumprimento, das obrigações relativas à qualidade dos efluentes tratados. -----
  - d. Abandono da construção, conservação ou exploração da Concessão;-----
  - e. Declaração de falência da Concessionária, ou da acionista ou acionistas, cujo objeto social seja o referido no ponto 2.5. do programa de concurso, desde que não seja substituída por outra empresa que reúna as mesmas condições e previamente mereça aceitação pela Concedente. -----
  - f. Transmissão ou oneração da Concessão, no todo ou em parte; -----
  - g. Transmissão ou oneração das ações representativas do capital social da Concessão sem cumprimento dos procedimentos estipulados no presente contrato de concessão;-----
  - h. Em caso de sequestro, verificação da impossibilidade do restabelecimento do normal funcionamento dos serviços, nos termos da Cláusula 70.ª deste contrato, ou se posteriormente à normalização da

situação, a Concessionária, reincidir nas causas que originaram o referido sequestro; -----

- i. Falta de cumprimento das decisões ou sentenças proferidas pelas entidades competentes para tal no tocante ao objeto da Concessão; -----
- j. Não cumprimento grave e reiterado das obrigações que originaram a aplicação das sanções previstas na Cláusula 69ª deste contrato; -----
- k. Falta de prestação ou reposição da caução nos termos e prazos previstos;-----
- l. Falta de cumprimento das disposições deste contrato de concessão ou das legalmente aplicáveis relativas aos contratos de seguro; -----
- m. Desobediência reiterada e injustificada às indicações, recomendações e determinações feitas pela Concedente nomeadamente no âmbito dos seus poderes de fiscalização;-----
- n. Falta de cumprimento das obrigações de manutenção, beneficiação, conservação, ampliação, renovação e operação dos bens, equipamentos, infraestruturas e instalações indispensáveis ao seu bom estado de funcionamento;-----
- o. Prestação de indicações ou informações falsas à Concedente;-----
- p. Prática de atividade fraudulenta que de algum modo lese o interesse público; -----
- q. A falta de cumprimento do "rácio" de 25% previsto na Cláusula 14ª deste contrato;-----
- r. A falta de pagamento de quaisquer impostos, taxas ou contribuições; -----
- s. O exercício de atividades diferentes das previstas no objeto social da Concessionária;-----

W
RL
Lucília

- t. A liquidação, dissolução, sujeição a qualquer medida judicial de recuperação de empresa ou a inabilitação judicial ou administrativa do exercício da atividade social;-----
  - u. Quando o montante das multas, no período de seis meses consecutivos, ultrapasse o correspondente a trinta por cento do valor em vigor do montante atualizado da caução;-----
  - v. A condenação por sentença transitada em julgado por qualquer delito que afete a sua honorabilidade profissional.-----
2. Caso se verifique algum dos fundamentos de rescisão acima referidos, a Concedente notifica a Concessionária para que esta reponha a normalidade da situação, cumprindo integralmente as suas obrigações e corrigindo ou reparando as consequências dos seus atos, nos termos e prazos a definir pela Concedente. -----
  3. Caso a Concessionária não retome o pontual cumprimento das suas obrigações ou não corrija ou repare as consequências do incumprimento havido, a Concessionária é notificada da intenção do seu exercício, dando-lhe um prazo não inferior a 30 (trinta) dias para contestar as razões apresentadas.-----
  4. Mantendo-se a decisão de rescisão, esta produz efeitos imediatos independentemente de qualquer outra formalidade.-----
  5. Se a rescisão for decidida pelo Concedente, nos termos deste artigo, a Concessionária responde pelos prejuízos da rescisão e suportará inteiramente as respetivas consequências naturais e legais daí advenientes. Logo que esteja fixada a responsabilidade da Concessionária, será o montante respetivo deduzido dos depósitos, garantias e quantias devidas,

pagando-se-lhe o saldo, se existir. -----

Se os depósitos, garantias e quantias devidas não chegarem para integral cobertura das responsabilidades do concessionário, poderá este ser executado nos bens e direitos que constituírem o seu património, sem prejuízo das sanções legais ou contratuais aplicáveis. -----

Cláusula 74.^a

Rescisão por fato imputável à Concedente

1. A Concessionária pode rescindir o contrato quando a entidade Concedente, sem cumprimento dos procedimentos estipulados no presente contrato, colida grave e sistematicamente com os interesses da Concessionária impedindo dessa forma a execução do contrato, em termos financeiros e tecnicamente equilibrados. -----
2. O processo de rescisão pela Concessionária seguirá o disposto na legislação aplicável, salvaguardando-se sempre a continuidade dos serviços e atividades inerentes à execução do contrato.-----

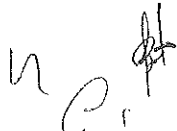
CAPITULO XX

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Cláusula 75.^a

Comissão de Acompanhamento

1. Será constituída uma Comissão de Acompanhamento, nos termos previstos na legislação em vigor, a qual integrará três elementos: -----
  - a) Um representante designado pela Concedente; -----
  - b) Um representante designado pela Concessionária; e -----
  - c) Um terceiro elemento cooptado pelos anteriores, que preside.-----
2. Compete à Comissão de Acompanhamento: -----


Lucília

- a) A emissão de parecer sobre a conformidade com o Contrato de Concessão dos projetos de execução de investimentos submetidos pela Concessionária à prévia aceitação da Concedente. -----
  - b) A emissão de relatório anual relativo ao cumprimento do Contrato de Concessão, a remeter igualmente à Concedente e à Entidade Reguladora, até ao final do 1.º trimestre do ano seguinte ao que diz respeito; -----
  - c) A emissão de parecer sobre a aplicabilidade das sanções contratuais previstas para situações de incumprimento e respetivo montante; -----
  - d) A emissão de parecer sobre a efetiva verificação de riscos que permanecem na responsabilidade da Concedente e quantificar as compensações devidas à Concessionária ou à Concedente, conforme o caso; -----
  - e) A auscultação de ambas as partes e a recolha dos respetivos contributos em sede de preparação de alterações do contrato de concessão; -----
  - f) A emissão de parecer sobre diferendos entre as partes, nomeadamente quanto à interpretação de cláusulas contratuais. -----
3. O prazo para a emissão dos pareceres indicados no número anterior é de 30 (trinta) dias úteis após a solicitação por uma das partes, com exceção do caso da alínea f) do número anterior, cujo prazo é de 20 (vinte) dias úteis. ----
4. Os pareceres da Comissão de Acompanhamento não são vinculativos, aplicando-se os instrumentos de resolução de conflitos previstos no Contrato sempre que os mesmos não sejam voluntariamente seguidos pelas partes.---
5. O montante anual necessário para suportar os encargos de funcionamento da Comissão de Acompanhamento será repartido pelas partes. Essa

repartição de encargos é feita de modo a que Concessionária suporte os custos associados ao seu representante e a Concedente os custos relacionados com o seu representante, sendo os custos do Presidente cooptado pelas partes nos termos do ponto 1 da presente cláusula suportados em partes iguais por ambas."-----

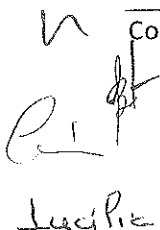
CAPITULO XXI

RESOLUÇÃO DE LITIGIOS

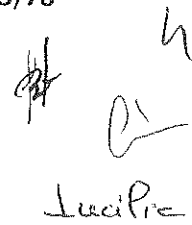
Cláusula 76.^a

Comissão Paritária

1. A constituição e o funcionamento da Comissão Paritária podem ser requeridos por qualquer uma das partes, sempre que exista qualquer questão, divergência ou conflito acerca da interpretação ou execução do Contrato, podendo ser requerida a intervenção da ERSAR.-----
2. A parte que pretenda requerer a constituição da Comissão Paritária notificará, por escrito, a outra parte da sua intenção, indicando o nome do árbitro por si escolhido e expondo os motivos porque julga assistir-lhe razão no litígio em causa.-----
3. No prazo de 10 (dez) dias, a outra parte contestará, por escrito, as razões apresentadas pela requerente e, no mesmo prazo, nomeará o segundo árbitro.-----
4. Caso não seja nomeado o segundo árbitro, a Comissão Paritária será constituída unicamente pelo primeiro árbitro.-----
5. No prazo de 10 (dez) dias, após o termo do prazo referido no número 3, os dois árbitros nomeados escolherão de comum acordo um terceiro árbitro, o qual presidirá ao funcionamento da Comissão Paritária.-----


Lucília

6. Caso os dois árbitros nomeados não cheguem a acordo no prazo acima referido, o terceiro árbitro será indicado pela ERSAR; no caso de por qualquer razão essa indicação não ser feita no prazo de 20 (vinte) dias após a sua solicitação, o terceiro árbitro será sorteado de uma lista de, pelo menos, dois nomes, apresentados pelos dois primeiros árbitros. -----
7. A Comissão Paritária, após ter sido constituída, decidirá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, com base na notificação referida no número 2 e na contestação referida no número 3. -----
8. A Comissão Paritária, sem prejuízo do prazo acima referido, poderá apreciar quaisquer outros elementos e proceder às diligências que entender serem úteis ou convenientes para a boa resolução do litígio. -----
9. A decisão da Comissão Paritária, caso não seja constituída unicamente pelo primeiro árbitro nomeado, será tomada por maioria de votos, admitindo-se o voto de vencido, com registo da respetiva declaração e prevalecendo, em caso de empate, o voto do presidente. A decisão será comunicada às partes por escrito. -----
10. Em qualquer caso, cada uma das partes suportará os honorários, caso os haja, do árbitro por si nomeado, sendo os honorários do terceiro árbitro repartido, em partes iguais, por ambas as Partes. -----
11. Qualquer uma das Partes pode recorrer ao foro competente indicado na cláusula seguinte deste Contrato, caso não concorde com a decisão da Comissão Paritária. -----
12. As Partes podem acordar que, em alternativa ou previamente ao recurso ao processo de resolução de litígios referidos nos números anteriores, eventuais divergências entre elas verificadas relativamente ao presente Contrato sejam


Lucifre

submetidas à mediação da ERSAR, sendo aplicável à decisão tomada por esta entidade o disposto no número precedente.-----

Cláusula 77.^a

Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre a Concedente e a Concessionária, sobre a interpretação e a execução deste Contrato, será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal do Círculo de Leiria. -----

CAPÍTULO XXII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 78.^a

Dever de confidencialidade

1. As Partes obrigam-se a manter e considerar como confidenciais, durante a vigência do Contrato, todos os dados, informações e registos a que tenham acesso em virtude do estabelecido no Contrato e que constituem conhecimento relativo à Exploração e próprio das Partes, salvo no que se mostrar necessário ao cumprimento de obrigações legais. -----
2. As Partes deverão assegurar que o seu pessoal guarde a confidência referida no número anterior e tomar todas as medidas necessárias ou úteis para tal. -----
3. As obrigações de confidencialidade previstas nesta cláusula não se aplicarão aos dados, informações e registos que: -----
  - a. Já sejam do domínio público quando da receção dos mesmos; -----
  - b. Passem, de acordo com a lei aplicável, a ser do domínio público após a sua receção. -----

h
CL
Lucile

At

4. As Partes, desde já, acordam que os dados, informações e registos referidos nesta cláusula poderão ser transmitidos a autoridades, assessores, instituições financeiras ou seguradoras, para a obtenção de autorizações, pareceres, financiamentos ou seguros necessários no âmbito da Concessão.
5. O dever de confidencialidade estabelecido nesta cláusula para a Concedente, enquanto entidade de direito público, e para a Concessionária, não prejudicará o cumprimento das obrigações de informação e/ou publicação a que as Partes estejam ou venham a estar sujeitas. -----

Cláusula 79.^a

Comunicações entre as Partes

1. As comunicações, autorizações e aprovações previstas no presente Contrato, salvo disposição específica em contrário, serão sempre efetuadas por escrito e remetidas: -----
  - a. Em mão, desde que comprovadas por protocolo; -----
  - b. Por telefax, desde que comprovado por "Recibo de transmissão ininterrupta"; -----
  - c. Por correio registado com aviso de receção; -----
  - d. Por correio eletrónico desde que certificado e dotado de aviso de receção.
2. Consideram-se para efeitos do presente Contrato, como domicílios das Partes, as seguintes moradas e postos de receção de fax: -----
  - a. Concedente: -----

Câmara Municipal de Abrantes -----

Morada: Praça Raimundo Soares, 2200-366 Abrantes -----

Fax: 241330186 -----
  - b. Concessionária: -----

h
LuciRe

Abrantáqua, Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de
Abrantes, SA-----

Morada: Urbanização dos Plátanos, Lote 2-D, Alferrarede, 2200-025
Abrantes.-----

Fax: 241331570 -----

3. As Partes poderão alterar os seus domicílios indicados, mediante comunicação prévia dirigida à outra Parte. -----
4. As comunicações previstas no Contrato consideram-se efetuadas:-----
  - a. No próprio dia em que forem transmitidas em mão, ou por telefax, se entregues ou recebidas até às 17 (dezassete) horas, ou no dia útil imediatamente seguinte, no caso de serem efetuadas após as 17 (dezassete) horas;-----
  - b. 3 (três) dias úteis depois de remetidas por correio registado com aviso de receção.-----

Cláusula 80.^a

Prazos

1. Os prazos fixados em dias ao longo do presente Contrato contar-se-ão em dias seguidos de calendário, nos termos do disposto no artigo 296.º do Código Civil, salvo se contiverem a indicação de dias úteis, caso em que apenas se contarão os dias em que os serviços da administração pública se encontrarem abertos ao público no município de Abrantes.-----
2. Os prazos fixados em meses ou anos serão sempre contados de forma continuada e terminarão às 17 (dezassete) horas do mesmo dia em que corresponda, dentro do último mês ou ano, a essa data, ou, não existindo tal dia no mês, no último dia desse mês. -----

h
el
Lucile

3. Na contagem dos prazos fixados em dias não se inclui o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr, terminando o prazo às 17 (dezassete) horas do último dia. -----
4. Os prazos procedimentais, a definir no Regulamento dos Serviços, serão contados nos termos do artigo 72.º do Código de Procedimento Administrativo. -----

Cláusula 81.ª

Vícios do Contrato

Se o Contrato ou qualquer dos seus Anexos vier a ser julgado nulo ou anulável, no todo ou em parte, ou impossível o seu cumprimento por disposição legal ou facto de terceiro, as Partes obrigam-se a praticar todos os atos e a celebrar todos os acordos que se mostrem necessários para atingir o mesmo resultado, sem a verificação dos vícios que tenham determinado a nulidade ou anulação da disposição viciada ou para tornarem possível o seu integral cumprimento. -----

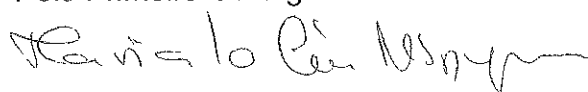
Cláusula 82ª

Disposições Finais

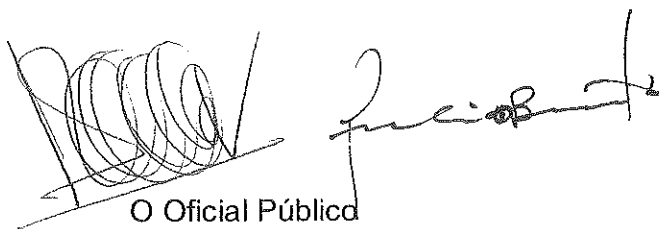
- 1- O presente contrato vai ser remetido à fiscalização do Tribunal de Contas nos termos dos artigos 46º e 48º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, na atual redação e Resolução nº 14/2011, de 16 de agosto. -----
- 2- O Segundo Outorgante fez prova por certidão, de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português em 3 de outubro de 2012 e relativamente a contribuições para a Segurança Social em 30 de novembro de 2012. -----
- 3- Foram apresentados os certificados de registo criminal dos administradores

datados de 31 de outubro de 2012, 25 de setembro de 2012 e 17 de dezembro de 2012, nada constando acerca dos mesmos.-----

Pelo Primeiro Outorgante



Pelo Segundo Outorgante


O Oficial Pública

Maria Lucília de Oliveira Pereira

40
ANEXO
45
24

CONTRATO DE SOCIEDADE

— No dia vinte e seis de Julho de dois mil e sete, no Cartório Notarial de Lisboa de Luiza Maria de Carvalho Vieira, sito nesta cidade, no Largo de Santos, número 9, primeiro andar direito, perante mim Notaria, compareceram como outorgantes: _____

PRIMEIRO

— **ROBERTO PEREZ MUÑOZ**, natural de Espanha, de nacionalidade espanhola, com domicílio na Calle Ulisses, n.º 18, Madrid, Espanha, NIF – 260624357, titular do B.I. n.º 04158634 – G emitido pelo Ministério do Interior de Espanha em 13/10/1997, que outorga na qualidade de procurador, em representação da sociedade "**AQUALIA GESTIÓN INTEGRAL DEL AGUA, S.A.**", com sede na Calle Federico Salmón, número 13, Madrid, Espanha, C.I.F número A – 26/019.992, registada na Conservatória do Registo Comercial de Madrid no tomo 8882 geral, 7740 da 3ª Secção do Livro das Sociedades, fólio 9, folha número M – 58878, tendo a alteração para a sua actual denominação sido inscrita no Registo Comercial de Madrid no tomo 17248, livro 0, fólio 130, 8ª Secção, folhas número M – 58878, 369ª inscrição, conforme fotocópia certificada de procuração que ARQUIVO, tendo a sociedade o NIPC – 980348137.

SEGUNDO

— **MIGUEL JURADO FERNÁNDEZ**, natural de Espanha, de nacionalidade espanhola, casado com Marta Riesgo Lucena sob o regime da separação de bens, residente na Calle Ulises, número 18, Madrid, Espanha, NIF – 260624101, titular do B.I. n.º 02527960 – F emitido pelo Ministério do Interior de Espanha em 20/7/2006. _____

h
Lucia

TERCEIRO

--- **ÁLVARO GUZMAN PAZOS RODRIGUEZ DE RIVERA**, solteiro, maior, natural de Espanha, de nacionalidade espanhola, residente na Calle Ulisses, número 18, Madrid, Espanha, NIF – 260705934, titular do B.I. n.º 51413275 – H emitido pelo Ministério do Interior de Espanha em 16/5/2006. _____

QUARTO

--- **JÚLIO DE JESUS BENTO**, natural de Abrantes (S. Vicente), concelho de Abrantes, casado com Maria Eduarda Ferreira Major Bento sob o regime da comunhão geral de bens, residente na Rua S. Bento Menni, n.º 2, 8º andar A, em Lisboa, NIF – 101824009, titular do B.I. n.º 2287601 datado de 9/2/2005 emitido em Lisboa pelos SIC. _____

QUINTO

--- **MANUEL DE SOUSA PEREIRA**, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, concelho de Ourém, residente na Rua António Andrade, n.º 10, em Lisboa, NIF – 119894718, titular do Passaporte n.º G123327 emitido em 9/8/2001 pelo Governo Civil de Castelo Branco, que conjuntamente com o quarto outorgante intervém na qualidade de administradores, em representação da sociedade anónima "**LENA AMBIENTE – GESTÃO DE RESÍDUOS, S.A.**", com sede no Casal Coelheira, no lugar e freguesia de Concavada, concelho de Abrantes, NIPC – 503956112, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Abrantes sob o número quinhentos e três milhões novecentos e cinquenta e seis mil cento e doze, com o capital social de dez milhões de euros, com poderes para este acto que verifiquei em face de fotocópias

h
Lucília

41
Cota

certificadas de certidão comercial e da acta número catorze, respeitante à reunião do Conselho de Administração de onze de Julho corrente, documentos que ARQUIVO.

--- Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos seus referidos bilhetes de identidade e passaporte.

--- **E DECLARARAM:**

--- Que, pela presente escritura fazem entre a representada do primeiro outorgante, segundo, terceiro e quarto outorgantes e representada dos quarto e quinto outorgantes, um contrato de sociedade anónima com a firma **"ABRANTAQUA – SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ABRANTES S.A"**, com sede no Parque Lena, freguesia de Alferrarede, concelho de Abrantes, com o capital social de **CINQUENTA MIL EUROS**, inteiramente subscrito e realizado em dinheiro e encontra-se dividido em dez mil acções do valor nominal de cinco euros cada, e que se fica a reger pelos artigos constantes do documento complementar anexo a esta escritura, elaborado nos termos do número 2 do artigo 64º. do Código do Notariado, cujo conteúdo, conhecem perfeitamente, pelo que dispensam a sua leitura neste acto, e que ARQUIVO.

--- Que o capital social de **CINQUENTA MIL EUROS** se encontra subscrito pela forma seguinte:

--- "Aqualia Gestión Integral Del Agua, S.A." – cinco mil novecentas e noventa e oito acções;

--- "Lena Ambiente – Gestão de Resíduos, S.A." – três mil novecentas e noventa e nove acções;

h
Lucile

--- Miguel Jurado Fernández – uma acção; _____

--- Álvaro Guzman Pazos Rodriguez de Rivera -- uma acção, e _____

--- Júlio de Jesus Bento – uma acção. _____

--- Até nova deliberação da Assembleia Geral, ficam nomeados os seguintes corpos sociais para o triénio de 2007 / 2008 / 2009, a saber: ____

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

--- Presidente – **Armando Paulino Martins da Silva**, NIF – 157837645, casado, com domicílio profissional no Casal da Charnequinha, lote 6 – A, Nossa Senhora da Piedade, Ourém; _____

--- Vogal – **Roberto Pérez Muñoz**, NIF – 260624357, casado, com domicílio na Calle Ulisses, n.º 18, Madrid, Espanha; _____

--- Vogal – **Miguel Jurado Fernández**, NIF – 260624101, casado, com domicílio na Calle Ulisses, n.º 18, Madrid, Espanha; _____

--- Vogal – **Jesus Rodríguez Sevilla**, NIF – 260624608, casado, com domicílio na Calle Donoso Cortés, n.º 6, Badajoz, Espanha, e _____

--- Vogal – **Júlio de Jesus Bento**, NIF – 101824009, casado, com domicílio na Rua S. Bento Menni, n.º 2, 8º andar A, em Lisboa. _____

CONSELHO FISCAL

--- Fiscal Único Efectivo – "KPMG & ASSOCIADOS – SROC, S.A.", sociedade de revisores oficiais de contas inscrita sob o n.º 189, NIPC – 502161078, com sede no Edifício Monumental, Avª Praia da Vitória, n.º 71 – A, 11º andar em Lisboa, representada por **João Paulo da Silva Pratas**, ROC n.º 965, NIF – 190572841, casado, com domicílio no Edifício Monumental, Avª Praia da Vitória, n.º 71 – A, 11º andar, em Lisboa, _____

h
CL

APPENDIX

3

10. *Chlorophyll a* (Chl *a*)

--- Fiscal Único Suplente – João Albino Cordeiro Augusto, ROC n.º 632.
NIF – 103527737, solteiro, maior, com domicílio no Edifício Monumental,
Avª Praia da Vitória, n.º 71 – A, 11º andar, em Lisboa. _____

--- Que, independentemente do registo definitivo deste acto, fica o Conselho de Administração autorizado a: _____

--- a)- movimentar a conta aberta em nome da sociedade no Banco Santander Totta, S.A., afim de fazer face às despesas com esta escritura, seu registo; _____

--- b)- aquisição de equipamento necessário aos serviços da sociedade e instalação da mesma;

— c)- proceder à outorga, com o Município de Abrantes, do "Contrato de Concessão do Serviço de Águas Residuais do Concelho de Abrantes", assumindo a sociedade, logo que definitivamente matriculada todas as despesas efectuadas pela administração nesse período.

-- PELOS OUTORGANTES FOI AINDA DITO: _____

— Nos termos do artigo 277º do Código das Sociedades Comerciais, declaram sob sua inteira responsabilidade que o capital social foi depositado à ordem da sociedade no Banco Santander Totta, S.A.”.

--- Adverti os outorgantes da obrigatoriedade de registo comercial no prazo de dois meses.

EXIBIRAM: _____

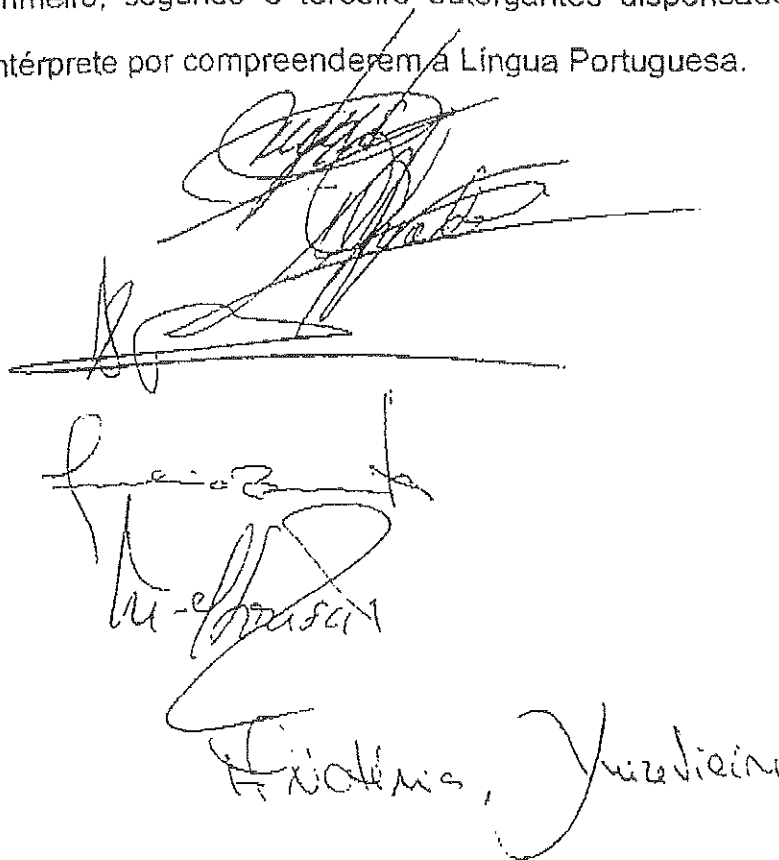
— a)- Certificado emitido pelo RNPC em 3/4/2007, lá renovado por mais três meses em 2/7/2007, comprovativo da admissibilidade da denominação, sede e objecto adoptados:_____

h
h
Lucifer

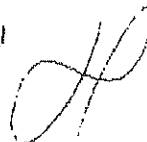
--- b)- Cartão provisório de pessoa colectiva n.º P 508112680, com o Código de Actividade 41000. _____

--- Foi cobrado o imposto devido pela verba 26.1 da TGIS. _____

--- Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo, em voz alta e na presença simultânea de todos, tendo os primeiro, segundo e terceiro outorgantes dispensado a intervenção de intérprete por compreenderem a Língua Portuguesa.



Estadística _____ n.º _____
Conta registada sob o n.º PM 3141





Luís

43
44

Documento complementar elaborado nos termos do número 2 do artigo 64º do Código do Notariado que instrui a escritura exarada em vinte e seis de Julho de dois mil e sete, a folhas 29 e seguintes do Livro Quarenta e Cinco das Notas do Cartório Notarial de Lisboa de Luiza Maria de Carvalho Vieira, sito no Largo de Santos, número 9, primeiro andar direito.

CAPÍTULO PRIMEIRO

(Firma, Sede e Objecto)

ARTIGO PRIMEIRO

A sociedade adopta a denominação de ABRANTAQUA - SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ABRANTES, S.A..

ARTIGO SEGUNDO

- Um - A sociedade tem a sua sede no Parque Lena, freguesia de Alferrarede, concelho de Abrantes.
- Dois - Pode a sociedade, por simples deliberação do Conselho de Administração, alterar o local da sede dentro do mesmo concelho, bem como criar ou extinguir sucursais, filiais, agências, delegações ou outras formas de representação social, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO TERCEIRO

- Um - A sociedade tem por objecto principal a Concessão do Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes.
- Dois - Incluem-se no objecto social da sociedade, nomeadamente, a construção, extensão, reparação, manutenção e melhoria das obras e equipamentos, bem como a realização de todos os actos necessários para a prossecução da actividade descrita no número anterior.
- 44
Lucia

CAPÍTULO SEGUNDO**(Capital Social, Acções)****ARTIGO QUARTO**

- Um -** O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de CINQUENTA MIL EUROS, dividido em dez mil acções no valor nominal de cinco euros cada uma.
- Dois -** As acções serão nominativas, podendo ser representadas por títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem, mil e múltiplos de mil acções
- Três -** Os títulos representativos das acções deverão ser assinados por dois Administradores, podendo as assinaturas ser apostas por chancela

ARTIGO QUINTO

Em quaisquer aumentos de capital terão preferência os accionistas que o forem à data da deliberação respectiva, salvo se a Assembleia Geral deliberar diferentemente para qualquer aumento de capital em concreto.

ARTIGO SEXTO

- Um -** A transmissão ou oneração de acções terá que ser previamente autorizada pela entidade Concedente do Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes e fica sujeita ao consentimento da sociedade.
- Dois -** Para obtenção do consentimento da sociedade relativamente à transmissão de acções, o accionista que pretender alienar as suas acções deve notificar a mesma indicando o pretenso comprador, o número de acções a transmitir, o preço e demais condições de venda.
- Três -** A sociedade deverá pronunciar-se no prazo máximo de quarenta e cinco dias contar da recepção do pedido de consentimento.
- Quatro -** Se a sociedade não se pronunciar dentro do prazo referido no número anterior, livre a transmissão das acções pelo accionista que tiver pedido o consentimen
- 

sem prejuízo do eventual exercício do direito de preferência por parte dos restantes accionistas, nos termos adiante estabelecidos.

Cinco - Caso a sociedade recuse o consentimento, deverá fazer adquirir as acções por outra pessoa, nas condições de preço e pagamento do negócio para que foi solicitado o consentimento; tratando-se de transmissão a título gratuito, ou provando a sociedade que naquele negócio houve simulação de preço, a aquisição far-se-á pelo valor real, determinado nos termos do artigo 105º, nº 2, do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO SÉTIMO

Um - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a transmissão de acções por um qualquer accionista fica sujeita ao exercício do direito de preferência pelos demais accionistas.

Dois - A administração da sociedade, no prazo máximo de cinco dias contados da prestação do consentimento para a transmissão de acções, ou do termo do prazo estabelecido no número três do artigo anterior, deverá comunicar por carta registada com aviso de recepção a todos os demais accionistas a projectada alienação.

Três - Os accionistas que pretendam exercer o direito de preferência deverão fazê-lo no prazo máximo de trinta dias, contados da recepção da comunicação da Administração referida no número anterior.

Quatro - Se mais de um accionista quiser usar do direito de preferência será este rateado na proporção das percentagens que cada preferente detiver no capital social.

Cinco - Se nenhum dos accionistas quiser usar do direito de preferência ou nada disser no prazo para o efeito previsto, é livre a alienação das acções, contanto que a transacção seja efectuada no prazo máximo de seis meses, contados do termo do prazo para o

44
21
L. C. S.
Lucia

exercício do direito de preferência.

CAPÍTULO TERCEIRO

(Administração e Fiscalização)

ARTIGO OITAVO

A Administração da sociedade será exercida por um Conselho de Administração composto por três a sete membros, eleitos pela Assembleia Geral por um período de três anos.

ARTIGO NONO

Para além das atribuições gerais designadas por lei e pelo presente contrato, compete ao Conselho de Administração:

- a) Gerir os negócios da sociedade e praticar os actos necessários à prossecução do seu objecto social;
- b) Representar a sociedade em juízo ou fora dele, activa e passivamente, podendo confessar, desistir, transigir ou comprometer-se em árbitros;
- c) Constituir mandatários para a prática de determinados actos ou categorias de actos.

ARTIGO DÉCIMO

O Conselho de Administração pode delegar a gestão corrente da sociedade ao Administrador Delegado, enumerando os actos que são da respectiva competência.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

A sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura de dois Administradores;
- b) Pela assinatura do Administrador Delegado, nas matérias que sejam da respectiva competência por deliberação do Conselho de Administração.
- c) Pela assinatura de um ou mais mandatários, nos precisos termos dos respectivos instrumentos de mandato.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Luci Pic

45
Cda
11

A responsabilidade dos Administradores será ou não caucionada, nos termos que forem deliberados pela Assembleia Geral que os eleger.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

A fiscalização da sociedade incumbe a um Fiscal Único e um Suplente, ambos revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas, a eleger pela Assembleia Geral por um período de três anos.

CAPÍTULO QUARTO

(Assembleia Geral)

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

A Assembleia Geral é dirigida por uma Mesa constituída por um Presidente e um Secretário, eleitos pela própria Assembleia por um período de três anos.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

Um - As sessões da Assembleia Geral serão convocadas nos termos e com a antecedência previstos na lei, sem prejuízo do disposto no artigo cinquenta e quatro do Código das Sociedades Comerciais.

Dois - A Assembleia Geral reunirá anualmente durante o primeiro trimestre do ano, para os efeitos do disposto no artigo trezentos e setenta e seis do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

Um - Têm direito a participar na Assembleia Geral todos os accionistas com direito a voto.

Dois - Os accionistas que forem pessoas colectivas devem comunicar por carta ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral o nome de quem os representa.

Três - A cada acção corresponde um voto na Assembleia Geral.

Quatro - Para efeitos de participação em Assembleia Geral, não serão tomadas em

Lucília

consideração as transferências de acções efectuadas nos oito dias que antecedem a realização da Assembleia Geral em primeira convocação.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

Um - A Assembleia Geral poderá funcionar em primeira convocação quando estejam presentes ou representados accionistas cujas acções correspondam a, pelo menos, setenta e cinco por cento do capital social.

Dois - Salvo norma legal imperativa ou cláusula deste contrato, as deliberações da Assembleia Geral deverão ser tomadas por maioria dos votos presentes.

CAPÍTULO QUINTO

(Distribuição de Resultados)

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

A Assembleia Geral decidirá o destino a dar aos resultados apurados em cada exercício.

CAPÍTULO SEXTO

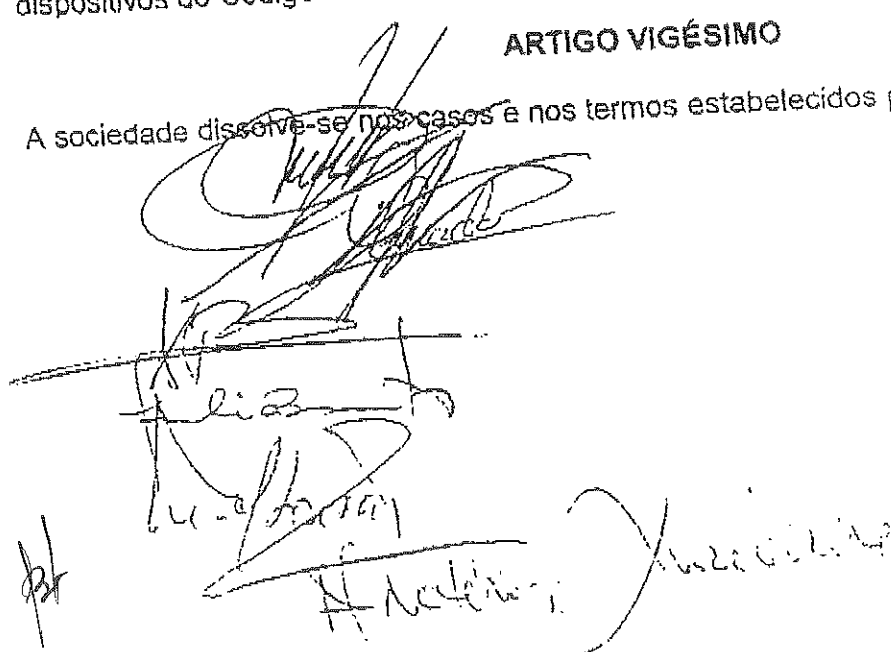
(Disposições Gerais)

ARTIGO DÉCIMO NONO

É lícito à Assembleia Geral deliberar sobre a derrogação de quaisquer preceitos meramente dispositivos do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO VIGÉSIMO

A sociedade dissolve-se nos casos e nos termos estabelecidos pela lei.

The block contains several handwritten signatures and stamps. At the top, there is a large, stylized signature. Below it, there are several smaller signatures and stamps, including one that appears to say 'Lena' and another that says 'Lena Ambiente S.A.'. There are also some illegible handwritten notes and initials.

Lucia

ANEXO II**DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA ACIONISTA DA CONCESSIONÁRIA**

1 - **AQUALIA GESTIÓN INTEGRAL DEL AGUA, S.A.**, sociedade de direito espanhol, com sede na Calle Federico Salmón nº 13, em Madrid, Espanha, com o número de identificação fiscal A-26019992, inscrita no Registo Comercial de Madrid, sob o Tomo 8882, Folio 1, Seção 3ª, Folha 83930, com o capital social de € 145.000.000,00 e Representação Permanente em Portugal, na Praça de Alvalade, nº 7 – 3º Dto., em Lisboa, com o nº 980385253 de identificação de pessoa coletiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, titular de 6000 ações, no valor total de € 30.000, correspondentes a 60% (sessenta por cento) do capital social;

2 - **LENA AMBIENTE - GESTÃO DE RESÍDUOS, S.A.**, sociedade de direito português, com sede na Rua Castilho, nº 59 – 6º Esq., em Lisboa, com o nº 503956112 de identificação de pessoa coletiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de € 250.000,00, titular de 4000 ações, no valor total de € 20.000, correspondentes a 40% (quarenta por cento) do capital social.

st h
Lucia

ANEXO III

Infraestruturas, instalações e equipamentos postos à disposição da Concessionária com a Consignação.

A – Infraestruturas objeto da Concessão

1 – Rede de Drenagem de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes		
2 - Estações de Tratamento de Águas Residuais:		
Instalação	Localização	Tratamento
ETAR de Alferrarede (Fonte Quente)	Fonte Quente, Abrantes	Lamas ativadas média carga
ETAR de Tramagal	Rua Dr. José J. Oliveira, Tramagal	Lamas ativadas com arejamento prolongado
ETAR de Rio de Moinhos	EN 3, Rio de Moinhos	Lamas ativadas com arejamento prolongado
ETAR do Pego	Coalhos	Lamas ativadas com arejamento prolongado
ETAR da Margem Sul (Rossio ao Sul do Tejo)	EN 118	Lamas ativadas com arejamento prolongado
ETAR do Carvalhal	EN 2, Carvalhal	Lagunagem
ETAR da Bemposta	Bemposta	Lagunagem
ETAR de Casais de Revelhos 1	Rua António Basílio Sertã, Casais de Revelhos	Fossa Séptica com leitos percoladores
ETAR de Casais de Revelhos 2	Rua da Lameirita, Casais de Revelhos	Fossa Séptica com leitos percoladores
ETAR de Casais de Revelhos 3	Rua da Aldeia, Casais de Revelhos	Fossa Séptica com leitos percoladores
ETAR de Crucifixo 1	Crucifixo	Fossa Séptica com leitos percoladores
ETAR de Crucifixo 2	Crucifixo	Fossa Séptica com trincheiras filtrantes
ETAR de Sentieiras (S.Vicente)	Sentieiras	Fossa Séptica com leitos percoladores
ETAR de Casa Branca	Casa Branca	Lamas ativadas com arejamento prolongado
ETAR de Arreciadas	Arreciadas	Gradagem e Tanque Imhoff
ETAR de Concavada	Concavada	Lamas ativadas com arejamento prolongado
ETAR de Souto 1	Souto	Fossa Séptica com leitos percoladores
ETAR de Souto 2	Souto	Fossa Séptica com filtros de areia
ETAR de Martinchel	Rua do Outeiro de Baixo, Martinchel	Lagunagem
ETAR de Paul	Paul	Lamas ativadas com arejamento prolongado
ETAR de S. Miguel do Rio Torto	S. Miguel do Rio Torto	Fossa Séptica com leitos percoladores
ETAR de Abrançalha de Baixo	Abrançalha de Baixo	Lamas ativadas com arejamento prolongado
ETAR de Abrançalha de Cima	Rua da Bomba, Abrançalha de Cima	Lamas ativadas com arejamento prolongado
ETAR dos Carochos		Bio-discos
3 - Estações Elevatórias:		
Instalação	Localização	
EE de Abrantes 1	Av. do Paiol, Abrantes	
EE de Abrantes 2	Rua da Barca, Abrantes	
EE de Casal da Preta (Abrantes)	Casal da Preta, Abrantes	
EE de Alferrarede Velha	Rua Conde de Alferrarede, Alferrarede	
EE de Rio de Moinhos	Estrada do Tejo	

EE de Tramagal 1	Rua da Estação, Tramagal
EE de Tramagal 3	Praceta do Caldeirão, Tramagal
EE de S. Miguel do Rio Torto 1	Rua do Padre, S. Miguel do Rio Torto
EE de S. Miguel do Rio Torto 2	Rua da Fonte, S. Miguel do Rio Torto
EE de Souto	Rua de S. António, Souto
EE de Bemposta 1	Rua Travessa da Fonte, Bemposta
EE de Bemposta 2	Rua da Estação, Bemposta
EE de Carvalhal 1	Rua da Eira, Carvalhal
EE de Carvalhal 2	Travessa Serafina, Carvalhal
EE de Martinchel	Rua de S. Domingos, Martinchel
EE de Pego 1	Rua do Casal, Pego
EE de Pego 2	Rua do Cemitério, Pego
EE de Pego 3	Rua Vale do Feto, Pego
EE de Abrançalha de Cima	Rua Principal, Abrançalha de Cima
EE de Margem Sul	Casal dos Frades, S.M. Rio Torto

B – Equipamentos património da Câmara Municipal de Abrantes

Conjunto Trator + Cisterna limpa fossas (cap.6m³) Fendt + INASI

h pt

 Lucília

Cane

Abrantaqua

CRONOGRAMA PLANO DE INVESTIMENTOS
ABRANTAQUA
SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ABRANTES, S.A.

Carácter das infra-estruturas		Infra-estruturas	TOTAL	ano 1	ano 2	ano 3	ano 4	ano 5	ano 6
Investimentos de carácter obrigatório (De acordo com o Anexo técnico 2 do CE)	Implementação do tratamento terciário nas ETARs existentes	ETAR da Fonte Quente	342.773,38 €	9.295,00 €	268.905,87 €	66.572,51 €			
		ETAR do Pego	95.976,55 €	5.488,00 €	138,27 €	90.350,28 €			
		ETAR da Margem Sul	82.265,61 €	2.360,00 €	69.104,42 €	10.801,19 €			
		TOTAL	521.015,54 €	17.143,00 €	336.148,56 €	167.723,98 €			
	Remodelações em infra-estruturas existentes	Remodelação da EE da Margem Sul	56.534,43 €		3.167,53 €	53.366,90 €			
		Remodelação da EE1 do Tramagal	106.945,52 €		38.142,19 €	68.803,33 €			
		Remodelação da ETAR dos Carochos	1.766.952,97 €						1.766.952,97 €
		Remodelação da ETAR 1 do Souto	7.986,95 €						7.986,95 €
		Remodelação da ETAR 2 do Souto	931,81 €						931,81 €
		TOTAL	1.939.351,68 €		41.309,72 €	122.170,23 €			8.918,76 €
	Sistemas novos	Saneamento em Alvega	843.818,12 €		23.222,25 €	25.000,00 €	795.595,87 €		
		Saneamento em Mouriscas	2.216.569,33 €				1.108.284,67 €	1.108.284,67 €	
		Saneamento em Aldeia do Mato	388.579,50 €		15.284,87 €	272.184,13 €	101.110,50 €		
		Saneamento em S. Facundo	259.855,84 €	40.738,38 €	31.168,29 €	187.949,17 €			
		Saneamento em Fontes	330.680,31 €				145.323,00 €	185.357,31 €	
		Saneamento em Vale das Mós e Pessegueiro	802.538,55 €	84.912,95 €	174.048,48 €	543.577,12 €			
TOTAL		4.842.041,65 €	125.651,33 €	243.723,89 €	1.028.710,42 €	2.150.314,04 €	1.293.641,98 €		
TOTAL GERAL		7.302.408,87 €	142.794,33 €	621.182,17 €	1.318.604,82 €	2.150.314,04 €	1.302.560,74 €	1.766.952,97 €	
Investimentos de carácter facultativo (De acordo com o Anexo técnico 2 do CE)	Sistemas novos	Saneamento em Arelas	143.188,76 €				143.188,76 €		
		Saneamento em Monte Galego	188.209,54 €				188.209,54 €		
		Saneamento em Ventoso	73.415,07 €				73.415,07 €		
		Saneamento em Ribeira Fernando	146.620,15 €				146.620,15 €		
		Saneamento em Carreira do Mato	273.550,50 €	4.889,46 €	167.550,54 €	101.110,50 €			
		Saneamento em Portelas	63.674,32 €			63.674,32 €			
		Saneamento em Carril	112.664,95 €			49.512,50 €	63.152,45 €		
		Saneamento em Barrada	248.858,14 €			109.364,88 €	139.493,26 €		
TOTAL GERAL		1.250.179,43 €		4.889,46 €	167.550,54 €	875.093,71 €	202.645,72 €		
Novos Investimentos a Integrar na Concessão		Saneamento em Bicas	368.978,36 €					184.489,18 €	184.489,18 €
		Saneamentos em Coelhos, Fojos, Cabrito e Tubaral	461.888,00 €					230.944,00 €	230.944,00 €
		Barca do Pego	134.130,00 €					67.065,00 €	67.065,00 €
TOTAL GERAL		964.996,36 €					482.498,18 €	482.498,18 €	
Benefeitórias	Sistema de Abrantes	18.029,21 €	8.114,99 €	7.731,49 €	2.182,73 €				
	Sistema de Bemposta	7.301,41 €	3.537,41 €	2.880,04 €	883,96 €				
	Sistema de Carvalho	16.353,29 €	2.787,41 €	11.586,04 €	1.979,84 €				
	Sistema de Marlinchel	5.053,08 €	3.369,50 €	1.051,82 €	611,76 €				
	Sistema de Abrançanha de Baixo	6.035,47 €	2.497,92 €	2.806,86 €	730,69 €				
	Sistema de Abrançanha de Cima	6.962,64 €	3.753,85 €	2.357,06 €	841,73 €				
	Sistema de Pauli	4.038,74 €	2.632,27 €	917,51 €	488,98 €				
	Sistema de Arreiciadas	5.915,67 €	980,00 €	4.219,48 €	716,19 €				
	Sistema de Concavada	2.042,00 €	2.042,00 €						
	Sistema de Crucilho	2.595,76 €		2.281,50 €	314,26 €				
	Sistema de Casais Revelhos	7.787,28 €	1.416,58 €	5.427,92 €	942,78 €				
	Sistema de Sentieiras	2.595,76 €		2.281,50 €	314,26 €				
	Sistema do Souto	11.144,46 €		9.796,24 €	1.349,22 €				
	Sistema de Margem Sul	79.842,90 €		70.176,60 €	9.668,30 €				
	Sistema de Tramagal	13.653,70 €	2.560,97 €	9.439,72 €	1.653,01 €				
	Sistema do Pego	115.525,94 €	3.614,75 €	98.024,87 €	13.986,32 €				
	Sistema de S. Miguel do Rio Torto	13.042,69 €	3.959,18 €	7.504,48 €	1.579,03 €				
	Sistema de Rio de Moinhos	14.602,61 €	800,00 €	12.034,90 €	1.767,91 €				
	Sistema de Casa Branca	917,17 €	808,13 €		111,04 €				
	TOTAL GERAL		333.429,98 €	42.792,96 €	250.517,03 €	40.119,99 €			
TOTAL GERAL FINAL			9.851.014,64 €	185.587,29 €	876.588,66 €	1.526.275,15 €	3.025.407,75 €	1.987.704,64 €	2.249.451,15 €
Total Investimentos/ano									
RÚBRICAS			TOTAL	ano 1	ano 2	ano 3	ano 4	ano 5	ano 6
Estudos e projectos			295.530,44 €	5.567,62 €	26.297,66 €	45.788,25 €	90.762,23 €	59.631,14 €	67.483,53 €
Investimentos de substituição (Benefeitórias)			333.429,98 €	42.792,96 €	250.517,03 €	40.119,99 €			
Investimentos	Construção	5.710.550,80 €	85.676,60 €	376.642,98 €	691.693,10 €	1.815.244,65 €	1.192.622,78 €	1.349.670,69 €	
	Equipamento	3.412.993,28 €	49.694,24 €	215.365,11 €	533.411,06 €	1.089.146,79 €	716.573,67 €	809.802,41 €	
Aquisição de terrenos			98.510,15 €	1.855,87 €	8.765,89 €	15.262,75 €	30.254,08 €	19.877,05 €	22.494,51 €
TOTAL GERAL FINAL			9.851.014,64 €	185.587,29 €	876.588,66 €	1.526.275,15 €	3.025.407,75 €	1.987.704,64 €	2.249.451,15 €

h
 PL
 Lucifre

ANEXO V (1) - Tarifário 2012

Tarifas Variável (€/m3) por 30 dias de consumo

Consumos domésticos		
	1º Escalão (0 a 5 m3 / mês)	0,3625
	2º Escalão (6 a 15 m3 / mês)	0,4531
	3º Escalão (16 a 25 m3 / mês)	0,6797
	4º Escalão (mais de 25 m3 / mês)	0,8496
Tarifa Familiar 3 Filhos		
	1º Escalão (0 a 8 m3 / mês)	0,3625
	2º Escalão (9 a 18 m3 / mês)	0,4531
	3º Escalão (19 a 28 m3 / mês)	0,6797
	4º Escalão (mais de 28 m3 / mês)	0,8496
Tarifa Familiar 4 Filhos		
	1º Escalão (0 a 11 m3 / mês)	0,3625
	2º Escalão (12 a 21 m3 / mês)	0,4531
	3º Escalão (22 a 31 m3 / mês)	0,6797
	4º Escalão (mais de 31 m3 / mês)	0,8496
Tarifa Familiar >4 Filhos		
	1º Escalão (0 a 14 m3 / mês)	0,3625
	2º Escalão (15 a 24 m3 / mês)	0,4531
	3º Escalão (25 a 34 m3 / mês)	0,6797
	4º Escalão (mais de 34 m3 / mês)	0,8496
Tarifário Social		
	1º Escalão (0 a 15 m3 / mês)	0,3625
	2º Escalão (16 a 25 m3 / mês)	0,6797
	3º Escalão (mais de 25 m3 / mês)	0,8496

Consumos não domésticos	0,6797

Autarquias	0,6797

Tarifa Fixa		
	Domésticos até 25 mm	3,0853
	Domésticos até 25 mm - tarifa social	0,0
	Não Domésticos e Domésticos >25 mm	
	Até 20 mm	5,5664
	Superior a 20 mm até 30 mm	13,6758
	Superior a 30 mm até 50 mm	34,1894
	Superior a 50 mm até 100 mm	85,4733
	Superior a 100 mm até 300 mm	213,6833

Acresce IVA à taxa legal em vigor.

w
Cete
Luís Pires

ANEXO V (2)

Tarifário de Limpeza de Fossas Séticas

TARIFÁRIO – Utilizadores Domésticos	Limpeza de fossas séticas	
	Dias úteis entre as 08:00h e as 18:00h	Restantes situações, designadamente fins-de-semana e feriados
Utilizadores sem contrato de serviço.	€ 35 + € 3 por m3	€ 65 + € 3 por m3
Utilizadores com mais de 3 limpezas anuais e com fossas séticas em desconformidade com o Regulamento de Águas Residuais e Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE)	€ 35 + € 3 por m3	€ 65 + € 3 por m3
Acresce IVA à taxa legal em vigor.		

1. Os utilizadores sem contrato de serviço de recolha de águas residuais, associado ou não ao contrato de fornecimento de água, estão sujeitos ao pagamento do serviço de limpeza de fossas séticas.
2. No caso dos utilizadores com contrato de serviço de recolha de águas residuais, associado ou não ao contrato de fornecimento de água, que não disponham de rede de saneamento de águas residuais, caberá à entidade gestora assegurar, através de meios próprios e/ou de terceiros, a prestação do serviço de limpeza de fossas séticas, competindo ao utilizador assegurar a acessibilidade dos meios técnicos para a recolha.
3. Quaisquer fossas séticas que obriguem a mais de três limpezas anuais, por não se encontrarem devidamente dimensionadas, devem ser adaptadas às disposições construtivas, de utilização e dimensionamento previstas no artigo 38º do regulamento de águas residuais. As fossas séticas que não cumpram as normas construtivas serão alvo de tarifa de limpeza se forem apresentados mais do que os três pedidos de limpeza estipulados.
4. Relativamente às fossas séticas que não se destinem a servir habitações e em que as águas residuais contidas não correspondam ao código LER 200304 (Resíduos Urbanos e Equiparados - Lamas de Fossas Séticas) da Portaria n.º 209/2004, de 3 de Março, não caberá à entidade concessionária a sua recolha e envio a destino final adequado.

h
 e
 Lucie

ANEXO VI

PROCESSO DE REVISÃO DAS TARIFAS

1. As tarifas (as componentes referidas no nº 1 da Cláusula 50ª) são actualizadas anualmente com base na variação do IHPC (Índice Harmonizado de Preços no Consumidor, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística) verificada no ano anterior, com referência a 1 de Setembro.
2. A componente variável (aplicada com base no consumo de água) tem um incremento acrescido de 3% (três por cento) ao ano, sobre a actualização referida no número 1.
3. A tarifa de limpeza de fossas sépticas será revista nos termos do nº 1.
4. A proposta de revisão das tarifas, elaborada de acordo com as regras estabelecidas nos números anteriores, deverá ser submetida pela Concessionária à Concedente, para aprovação desta, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias face à data pretendida para a entrada em vigor, devendo a mesma proposta ser submetida com igual antecedência a parecer da ERSAR.
5. Caso a proposta de revisão de tarifas mencionada no número anterior não traduza a correta aplicação dos termos previstos neste anexo, a Concedente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da receção da comunicação, informará a Concessionária desse facto, indicando os valores das tarifas a aplicar.
6. Caso a Concessionária não esteja de acordo com os valores indicados pela Concedente nos termos do número anterior, deverá formular por escrito a sua reserva, indicando de forma fundamentada os valores que considera corretos, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da receção da comunicação da Concedente.

df M
R
Lucia



**BANCO
ESPIRITO SANTO**

À CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES

GARANTIA BANCÁRIA Nº 0131 8920 24 4060101104

O BANCO ESPÍRITO SANTO S.A. SUCURSAL EM ESPANHA com sede em Madrid Calle Velázquez 108-110, registado na Conservatória do Registo Comercial com o nº único de matrícula e de pessoa colectiva W0102800J, presta a favor da **CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES** garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de **EURO 462.640,80 (QUATROCENTOS E SESSENTA E DOIS MIL E SEISCENTOS E QUARENTA EUROS E OITENTA CÊNTIMOS)**, a pedido e no interesse da **AQUALIA GESTIÓN INTEGRAL DEL AGUA, S.A.**, com CIF A-26019992, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a sua participada **“ABRANTAQUA – Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A.”** assumirá no contrato que com a **CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES** vai outorgar e que tem por objecto a revisão do **“Contrato de Concessão do Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes”**, regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que a participada da AQUALIA GESTIÓN INTEGRAL DEL AGUA, S.A. assume com a celebração do respectivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações activas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária está sujeita à Norma URDG 758 da CCI/Paris (Revisão 2007-Publicação 2010).

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na Cláusula 65ª do “Contrato de Concessão do Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes” revisto.

Em Madrid, de 5 de dezembro de 2012.

BANCO ESPIRITO SANTO S.A. SUCURSAL EM ESPANHA
p.p.

Aquilegia



D. Eugenio Sierra Meseguer

Dª Gemma Linares Díaz

dh
Al
Lucific

CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES
ABRANTES

GARANTIA BANCÁRIA N00381289

O BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A., sociedade aberta, com sede em Lisboa, na Av. da Liberdade, 195, com o capital social integralmente realizado de Eur. 5.040.124.063,26, e matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 500 852 367, presta a favor da CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES, garantia bancária autónoma, à primeira solicitação, no valor de Eur. 308.427,20 (Trezentos e oito mil quatrocentos e vinte e sete euros e vinte cêntimos), a pedido e no interesse da LENA AMBIENTE – GESTÃO DE RESÍDUOS, S.A., NIPC 503 956 112, com sede em Santa Catarina da Serra correspondente ao depósito de garantia, destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a sua participada ABRANTAQUA – SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ABRANTES, S.A., assumirá no contrato que com a CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES vai outorgar e que tem por objecto a revisão do "Contrato de Concessão do Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes", regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto Lei 18/2008, de 29 de Janeiro).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que a participada ABRANTAQUA – SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ABRANTES, S.A., assume com a celebração do respectivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações activas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na Cláusula 65ª do "Contrato de Concessão do Serviço de Águas Residuais Urbana do Município de Abrantes" revisto.

Lisboa, 19 de Dezembro de 2012.

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.

Imposto do Selo no valor de
Eur. 1.850,56
Data. 19.12.2012

[Handwritten signature]
19834

[Handwritten signature]
1685

[Handwritten signature]
1685
[Handwritten signature]
Lucia

54
ANEXO VIII
05

CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES

Concurso Público para a Concessão do Serviço
de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes
Valores em euros (a preços constantes)

1. PLANO DE INVESTIMENTOS	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16
Taxa de Inflação	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Índice de Inflação	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
Investimento																
Despesas de constituição	25.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estudos e projectos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Construções e equipamentos																
Melhoras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Plano de Investimentos	185.587	876.589	1.526.275	3.025.408	1.987.705	2.249.451	0	0	0	0	120.000	0	0	0	0	120.000
Equipamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Meios técnicos (investimento inicial e renovação)																
Meios técnicos	4.020	0	0	0	0	4.020	0	0	0	0	4.020	0	0	0	0	4.020
Meios técnicos	9.500	0	0	0	0	0	0	0	9.500	0	0	0	0	0	0	0
Meios técnicos	187.809	0	0	0	0	0	0	0	0	0	187.809	0	0	0	0	0
Total do investimento em activo fixo	411.916	876.589	1.526.275	3.025.408	1.987.705	2.253.471	0	0	9.500	0	311.829	0	0	0	0	124.020
Necessidades de capital circulante (investimento em fundo de maneoio)	202.699	-15.051	5.515	7.837	58.446	519	21.598	2.906	2.917	3.168	587	5.883	3.387	3.493	3.602	2.682
Total do investimento	614.615	861.538	1.531.790	3.033.245	2.046.151	2.253.991	21.598	2.906	12.417	3.168	312.416	5.883	3.387	3.493	3.602	126.702
Total acumulado do investimento	510.866	1.464.341	4.293.755	6.810.637	8.721.656	10.244.391	10.214.962	10.225.547	10.245.609	10.257.604	10.506.170	10.513.555	10.527.196	10.451.299	10.465.447	10.614.783
Imposto s/Valor Acrescentado	73.514	166.552	289.992	574.827	377.664	428.160	0	0	1.805	0	59.248	0	0	0	0	23.564
Imposto s/Valor Acrescentado Acumulado	73.514	240.066	530.058	1.104.886	1.482.550	1.910.709	1.910.709	1.910.709	1.912.514	1.912.514	1.971.762	1.971.762	1.971.762	1.971.762	1.971.762	1.995.325
Nº de Clientes	22.238	22.304	22.371	22.438	22.506	22.573	22.641	22.709	22.777	22.845	22.914	22.982	23.051	23.121	23.190	23.259
Volume de águas residuais (m3)	2.228.310	2.234.995	2.241.700	2.248.425	2.255.170	2.261.936	2.268.722	2.275.528	2.282.354	2.289.201	2.296.069	2.302.957	2.309.866	2.316.796	2.323.746	2.330.717
2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16
Rendimentos de exploração																
Tarifa Fixa																
Saneamento de Águas Residuais	727.606	729.789	731.978	734.174	881.940	884.586	887.240	889.902	892.571	895.249	897.935	900.629	903.331	906.041	908.759	911.485
Tarifa Variável																
Saneamento de Águas Residuais	791.050	817.226	844.268	872.205	946.976	978.312	1.010.684	1.044.128	1.078.678	1.114.371	1.151.246	1.189.341	1.228.696	1.269.354	1.311.356	1.354.749
Construção de ramais																
Abastecimento de Água																
Saneamento de Águas Residuais																
Total rendimentos de exploração	1.518.656	1.547.015	1.576.246	1.606.379	1.828.917	1.862.898	1.897.924	1.934.029	1.971.249	2.009.621	2.049.181	2.089.969	2.132.027	2.175.394	2.220.115	2.266.234
Gastos de Exploração																
Pessoal	387.235	387.235	387.235	387.235	464.682	464.682	464.682	464.682	464.682	464.682	464.682	464.682	464.682	464.682	464.682	464.682
Energia eléctrica e outros combustíveis e Consumíveis	131.038	158.791	186.544	214.298	257.929	258.703	259.479	260.257	261.038	261.821	262.607	263.394	264.185	264.977	265.772	266.569
Manutenção e conservação das infra-estruturas	135.100	140.966	156.049	170.716	213.150	213.150	213.150	213.150	213.150	213.150	213.150	213.150	213.150	213.150	213.150	213.150
Controlo analítico de qualidade	59.525	59.525	59.525	59.525	71.430	71.430	71.430	71.430	71.430	71.430	71.430	71.430	71.430	71.430	71.430	71.430
Seguros	2.860	2.860	2.860	2.860	3.432	3.432	3.432	3.432	3.432	3.432	3.432	3.432	3.432	3.432	3.432	3.432
Rendas	46.000	46.000	46.000	46.000	55.200	55.200	55.200	55.200	55.200	55.200	55.200	55.200	55.200	55.200	55.200	55.200
Custos administrativos	115.857	116.707	117.584	118.488	143.304	144.457	145.646	146.872	148.135	149.438	150.782	152.168	153.598	155.072	156.592	158.161
Custo com tratamento de residuos	96.211	99.888	103.566	107.246	129.081	129.468	129.856	130.246	130.637	131.029	131.422	131.816	132.211	132.608	133.006	133.405
Retribuição a Concedente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Encargos de cobrança	30.373	30.940	31.525	32.128	11.141	11.359	11.584	11.815	12.054	12.301	12.554	12.816	13.087	13.365	13.653	13.949
Encargos com o funcionamento do ERSAR	8.786	8.812	8.838	8.865	8.891	8.918	8.945	8.972	8.999	9.026	9.053	9.080	9.107	9.134	9.162	9.189
Amortizações, reintegrações e provisões	224.901	224.901	224.901	224.901	301.351	386.329	386.329	386.329	386.329	386.329	386.329	386.329	386.329	386.329	386.329	386.329
Total de custos de exploração	1.237.886	1.276.625	1.324.628	1.372.261	1.659.592	1.747.128	1.749.733	1.752.385	1.755.086	1.757.837	1.760.641	1.763.498	1.766.410	1.769.380	1.772.408	1.775.496
Águas Pluviais																
Redução de Custos - Cobrança e Retribuição					25.318	42.508	43.349	44.216	45.110	46.031	46.982	47.962	48.973	50.016	51.091	52.200
Gastos de exploração					54.223	54.223	54.223	54.223	54.223	54.223	54.223	54.223	54.223	54.223	54.223	54.223
Resultados de exploração	280.771	270.390	251.618	234.118	169.325	115.770	148.191	181.645	216.163	251.783	288.540	326.471	365.616	406.015	447.708	490.738
Gastos financeiros	191.783	134.321	148.125	197.108	296.442	388.419	441.593	436.929	430.012	420.913	419.732	411.758	395.701	376.671	354.513	332.213
Rendimentos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados antes de impostos	88.987	136.069	103.493	37.009	-127.117	-272.649	-293.401	-255.285	-213.848	-169.130	-131.192	-85.286	-30.085	29.343	93.194	158.525
Impostos sobre o rendimento (IRC e derrama)	24.472	37.419	28.461	10.178	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados líquidos do exercício	64.516	98.650	75.032	26.832	-127.117	-272.649	-293.401	-255.285	-213.848	-169.130	-131.192	-85.286	-30.085	29.343	93.194	158.525

h
P
Lucia

CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES

Concurso Público para a Concessão do Serviço
de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes
Valores em euros (a preços constantes)

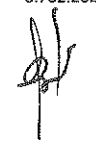
1. PLANO DE INVESTIMENTOS	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20	Ano 21	Ano 22	Ano 23	Ano 24	Ano 25	Ano 26	Ano 27	Ano 28	Ano 29	Ano 30	Ano 31
Taxa de Inflação	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Índice de Inflação	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
Investimento															
Despesas de constituição	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estudos e projectos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Construções e equipamentos															
Melhoras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Plano de Investimentos	0	0	0	0	120.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Equipamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Meios técnicos (investimento inicial e renovação)															
Meios técnicos	0	0	0	0	4.020	0	0	0	0	4.020	0	0	0	0	0
Meios técnicos	9.500	0	0	0	0	0	0	0	9.500	0	0	0	0	0	0
Meios técnicos	0	0	0	0	187.809	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do investimento em activo fixo	9.500	0	0	0	311.829	0	0	0	9.500	4.020	0	0	0	0	0
Necessidades de capital circulante (investimento em fundo de maneo)	-87.772	15.783	-17.693	-19.058	-20.631	-21.588	-21.097	-10.410	-10.719	-10.510	-10.838	-11.198	-11.534	-11.880	-61.044
Total do investimento	-78.272	15.783	-17.693	-19.058	291.198	-21.588	-21.097	-10.410	-1.219	-6.490	-10.838	-11.198	-11.534	-11.880	-61.044
Total acumulado do investimento	10.603.826	10.583.438	10.562.762	10.546.852	10.899.653	10.880.406	10.868.742	10.855.990	10.884.909	11.169.351	11.144.989	11.125.351	11.103.955	11.081.313	10.981.942
Imposto s/Valor Acrescentado	1.805	0	0	0	59.248	0	0	0	0	0	0	2.058.947	0	0	0
Imposto s/Valor Acrescentado Acumulado	1.997.130	1.997.130	1.997.130	1.997.130	2.056.378	2.056.378	2.056.378	2.056.378	2.056.378	2.056.378	2.056.378	4.115.325	4.115.325	4.115.325	4.115.325
Nº de Clientes	23.329	23.399	23.469	23.540	23.610	23.681	23.752	23.824	23.895	23.895	23.895	23.895	23.895	23.895	0
Volume de águas residuais (m3)	2.337.709	2.344.723	2.351.757	2.358.812	2.365.888	2.372.986	2.380.105	2.387.245	2.394.407	2.394.407	2.394.407	2.394.407	2.394.407	2.394.407	0
2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20	Ano 21	Ano 22	Ano 23	Ano 24	Ano 25	Ano 26	Ano 27	Ano 28	Ano 29	Ano 30	Ano 31
Rendimentos de exploração															
Tarifa Fixa															
Saneamento de Águas Residuais	914.219	916.962	919.713	922.472	925.239	928.015	930.799	933.592	936.392	936.392	936.392	936.392	936.392	936.392	0
Tarifa Variável															
Saneamento de Águas Residuais	1.399.578	1.445.890	1.493.734	1.543.162	1.594.225	1.646.978	1.701.477	1.757.779	1.815.943	1.870.422	1.926.534	1.984.330	2.043.860	2.105.176	0
Construção de ramais															
Abastecimento de Água															
Saneamento de Águas Residuais															
Total rendimentos de exploração	2.313.797	2.362.852	2.413.447	2.465.634	2.519.465	2.574.993	2.632.276	2.691.370	2.752.336	2.806.814	2.862.927	2.920.723	2.980.253	3.041.569	0
Gastos de Exploração															
Pessoal	464.682	464.682	464.682	464.682	464.682	464.682	464.682	464.682	464.682	464.682	464.682	464.682	464.682	464.682	0
Energia eléctrica e outros combustíveis e Consumíveis	267.369	268.171	268.976	269.783	270.592	271.404	272.218	273.035	273.854	273.854	273.854	273.854	273.854	273.854	0
Manutenção e conservação das infra-estruturas	213.150	213.150	213.150	213.150	213.150	213.150	213.150	213.150	213.150	213.150	213.150	213.150	213.150	213.150	0
Controlo analítico de qualidade	71.430	71.430	71.430	71.430	71.430	71.430	71.430	71.430	71.430	71.430	71.430	71.430	71.430	71.430	0
Seguros	3.432	3.432	3.432	3.432	3.432	3.432	3.432	3.432	3.432	3.432	3.432	3.432	3.432	3.432	0
Rendas	55.200	55.200	55.200	55.200	55.200	55.200	55.200	55.200	55.200	55.200	55.200	55.200	55.200	55.200	0
Custos administrativos	159.778	161.447	163.169	164.945	166.777	168.668	170.618	172.631	174.707	174.707	174.707	174.707	174.707	174.707	0
Custo com tratamento de resíduos	133.805	134.207	134.609	135.013	135.418	135.824	136.232	136.640	137.050	137.050	137.050	137.050	137.050	137.050	0
Retribuição a Concedente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Encargos de cobrança	14.255	14.570	14.896	15.231	15.578	15.935	16.303	16.684	17.076	17.076	17.076	17.076	17.076	17.076	0
Encargos com o funcionamento do ERSAR	9.217	9.245	9.272	9.300	9.328	9.356	9.384	9.412	9.440	9.440	9.440	9.440	9.440	9.440	0
Amortizações, reintegrações e provisões	386.329	386.329	386.329	386.329	386.329	386.329	386.329	386.329	386.725	386.725	386.725	386.725	386.725	386.725	0
Total de custos de exploração	1.778.647	1.781.863	1.785.144	1.788.495	1.791.916	1.795.409	1.798.978	1.802.625	1.806.747	1.806.747	1.806.747	1.806.747	1.806.747	1.806.747	0
Águas Pluviais															
Redução de Custos - Cobrança e Retribuição	53.345	54.525	55.743	56.999	58.295	59.632	61.011	62.435	63.904	66.874	67.435	68.013	68.609	69.222	
Gastos de exploração	54.223	54.223	54.223	54.223	54.223	54.223	54.223	54.223	54.223	54.223	54.223	54.223	54.223	54.223	
Resultados de exploração	535.150	580.989	628.303	677.139	727.549	779.584	833.298	888.745	945.589	1.000.067	1.056.180	1.113.976	1.173.506	1.234.822	0
Gastos financeiros	306.749	276.814	244.734	208.738	177.551	125.106	85.050	85.050	85.050	85.050	85.050	85.050	85.050	85.050	0
Rendimentos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados antes de impostos	228.401	304.175	383.569	468.401	549.998	654.478	748.248	803.695	860.539	915.017	971.130	1.028.926	1.088.456	1.149.772	0
Impostos sobre o rendimento (IRC e derrama)	92.558	80.807	102.577	125.841	148.212	176.875	202.589	217.763	233.319	248.300	263.731	279.625	295.996	312.858	0
Resultados líquidos do exercício	135.843	223.368	280.992	342.561	401.786	477.604	545.658	585.932	627.220	666.717	707.399	749.301	792.460	836.914	0

56
C

CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES

Concurso Público para a Concessão do Serviço
de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes
Valores em euros (a preços constantes)

3. BALANÇOS PREVISIONAIS	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16
ACTIVO																
Activo não corrente																
Activos fixos tangíveis	167.015	823.703	2.130.077	4.935.584	6.626.937	8.494.079	8.107.750	7.721.421	7.344.591	6.958.262	6.883.762	6.497.433	6.111.103	5.724.774	5.338.445	5.076.136
Propriedades de investimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos intangíveis	20.000	15.000	10.000	5.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Participações financeiras - outros métodos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Accionistas / sócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros activos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos por impostos diferidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activo corrente																
Inventários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos biológico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Clientes	199.324	203.046	206.882	210.837	240.045	244.505	249.103	253.841	258.726	263.763	268.955	274.308	279.828	285.520	291.390	297.443
Adiantamentos a fornecedores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estado e outros entes públicos	188.379	287.354	418.449	710.823	544.095	593.402	164.011	162.736	163.220	160.048	217.879	157.165	155.647	154.075	152.447	174.327
Accionistas / sócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras contas a receber	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diferimentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros activos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos não correntes detidos para venda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Caixa e depósitos bancários	0	589.052	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do Activo	574.718	1.918.155	2.765.408	5.862.244	7.411.078	9.331.987	8.520.864	8.137.998	7.766.538	7.382.072	7.370.596	6.928.906	6.546.578	6.164.369	5.782.282	5.547.906
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO																
Capital Próprio																
Capital realizado	156.542	337.789	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000
Ações (quotas) próprias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	100.634	508.439	984.847	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139
Prémios de emissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reservas legais	0	64.516	163.166	238.198	265.030	265.030	265.030	265.030	265.030	265.030	265.030	265.030	265.030	265.030	265.030	265.030
Outras reservas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados transitados	0	0	0	0	0	-135.016	-415.719	-717.333	-980.995	-1.203.389	-1.381.240	-1.521.334	-1.615.706	-1.655.070	-1.635.202	-1.551.687
Ajustamentos em activos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Excedentes de revalorização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras variações no capital próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado líquido do período	64.516	98.650	75.032	26.832	-127.117	-272.649	-293.401	-255.285	-213.848	-169.130	-131.192	-85.286	-30.085	29.343	93.194	158.525
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do capital próprio	321.692	1.009.394	1.723.046	2.147.169	2.020.052	1.739.504	1.438.049	1.174.551	952.326	774.650	634.737	540.550	501.378	521.443	605.161	754.006
Passivo																
Passivo não corrente																
Provisões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamentos obtidos	68.022	606.009	610.194	2.994.415	4.874.231	7.022.595	6.959.477	6.839.715	6.688.198	6.482.887	6.549.067	6.262.993	5.919.415	5.516.711	5.050.469	4.642.207
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos por impostos diferidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras contas a pagar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivo corrente																
Fornecedores	160.533	265.333	403.708	710.482	524.694	577.942	131.551	132.108	134.561	133.256	195.693	134.450	135.064	135.692	136.332	161.582
Adiantamentos de clientes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estado e outros entes públicos	24.472	37.419	28.461	10.178	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Accionistas / sócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras contas a pagar	0	0	0	0	-7.899	-8.054	-8.213	-8.377	-8.546	-8.721	-8.901	-9.087	-9.278	-9.476	-9.680	-9.890
Diferimentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos não correntes detidos para venda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do Passivo	253.026	908.761	1.042.363	3.715.075	5.391.026	7.592.483	7.082.815	6.963.447	6.814.212	6.607.422	6.735.859	6.388.356	6.045.201	5.642.927	5.177.121	4.793.899
Total do capital próprio e do passivo	574.718	1.918.155	2.765.408	5.862.244	7.411.078	9.331.987	8.520.864	8.137.998	7.766.538	7.382.072	7.370.596	6.928.906	6.546.578	6.164.369	5.782.282	5.547.906



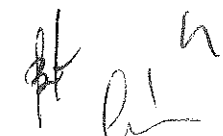
Lucie

57
25

CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES

Concurso Público para a Concessão do Serviço
de Aguas Residuais Urbanas do Município de Abrantes
Valores em euros (a preços constantes)

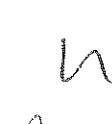
3. BALANÇOS PREVISIONAIS	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20	Ano 21	Ano 22	Ano 23	Ano 24	Ano 25	Ano 26	Ano 27	Ano 28	Ano 29	Ano 30	Ano 31
ACTIVO															
Activo não corrente															
Activos fixos tangíveis	4.699.306	4.312.977	3.926.648	3.540.319	3.465.818	3.079.489	2.693.160	2.306.831	1.929.605	1.546.900	1.160.175	773.450	386.725	0	0
Propriedades de investimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Participações financeiras - outros métodos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Accionistas / sócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros activos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos por impostos diferidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activo corrente															
Inventários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos biológico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Clientes	303.686	310.124	316.765	323.614	330.680	337.968	345.486	353.242	361.244	368.394	376.759	383.345	391.158	399.206	0
Adiantamentos a fornecedores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estado e outros entes públicos	150.825	147.215	145.347	143.415	200.662	139.345	137.203	134.987	134.499	130.734	127.164	124.275	121.298	118.232	0
Accionistas / sócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras contas a receber	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diferimentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros activos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos não correntes detidos para venda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Caixa e depósitos bancários	0	0	0	-289.451	-289.451	-1.320.238	-1.064.911	-967.878	-619.472	-186.761	251.485	691.310	1.132.728	1.575.787	812.024
Total do Activo	5.153.817	4.770.316	4.388.760	3.717.897	3.707.709	2.236.564	2.110.938	1.827.182	1.805.877	1.859.268	1.914.583	1.972.379	2.031.909	2.093.225	812.024
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO															
Capital Próprio															
Capital realizado	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000
Ações (quotas) próprias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.092.688	1.092.688	758.489	420.258	80.548	0	0	0	0	0	0	0
Prémios de emissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reservas legais	265.030	265.030	265.030	265.030	265.030	265.030	312.024	312.024	312.024	312.024	312.024	312.024	312.024	312.024	312.024
Outras reservas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados transitados	-1.403.052	-1.277.316	-1.064.278	-793.848	-462.086	-71.344	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ajustamentos em activos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Excedentes de revalorização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras variações no capital próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado líquido do período	135.843	223.368	280.992	342.561	401.786	477.604	545.658	585.932	627.220	666.717	707.399	749.301	792.460	836.914	0
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do capital próprio	879.959	1.093.221	1.363.882	1.406.431	1.797.418	1.929.778	1.777.941	1.478.504	1.439.244	1.478.741	1.519.423	1.561.325	1.604.484	1.648.938	812.024
Passivo															
Passivo não corrente															
Provisões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamentos obtidos	4.051.869	3.468.285	2.793.832	2.056.684	1.570.811	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos por impostos diferidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras contas a pagar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivo corrente															
Fornecedores	139.536	138.333	139.029	139.740	202.312	141.209	141.967	142.743	145.421	144.334	143.537	143.537	143.537	143.537	0
Adiantamentos de clientes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estado e outros entes públicos	92.558	80.807	102.577	125.841	148.212	176.875	202.589	217.763	233.319	248.300	263.731	279.625	295.996	312.858	0
Accionistas / sócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras contas a pagar	-10.107	-10.330	-10.561	-10.799	-11.044	-11.298	-11.559	-11.829	-12.107	-12.107	-12.107	-12.107	-12.107	-12.107	0
Diferimentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos não correntes detidos para venda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do Passivo	4.273.857	3.677.095	3.024.878	2.311.465	1.910.291	306.786	332.998	348.678	366.632	380.527	395.161	411.055	427.425	444.287	0
Total do capital próprio e do passivo	5.153.817	4.770.316	4.388.760	3.717.897	3.707.709	2.236.564	2.110.938	1.827.182	1.805.877	1.859.268	1.914.583	1.972.379	2.031.909	2.093.225	812.024


Lucia

CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES

Concurso Público para a Concessão do Serviço
de Aguas Residuais Urbanas do Município de Abrantes
Valores em euros (a preços constantes)

4. APLICAÇÃO DE RESULTADOS	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16
Resultado do exercício do ano anterior (para aplicação)	0	64.516	98.650	75.032	26.832	-127.117	-272.649	-293.401	-255.285	-213.848	-169.130	-131.192	-85.286	-30.085	29.343	93.194
Aplicação dos resultados em:																
Reserva legal	0	12.903	19.730	15.006	5.366	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Reservas																
Reservas livres	0	51.613	78.920	60.026	21.465	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados transitados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5. MAPAS DE FINANCIAMENTO	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16
FUNDOS PRÓPRIOS																
Capital social																
Saldo no início do período	0	156.542	337.789	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000
Aumentos (realização) no período	156.542	181.247	162.211	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortização (redução) no período	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo final do período	156.542	337.789	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000
Taxa de remuneração	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração paga no período	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestações Suplementares																
Saldo no início do período	0	100.634	508.439	984.847	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139
Aumentos (realização) no período	100.634	407.805	476.408	397.292	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortização (redução) no período	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo final do período	100.634	508.439	984.847	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139
Taxa de remuneração	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração paga no período	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EMPRÉSTIMOS																
Dividas a IC's de médio e longo prazo																
Saldo no início do período	0	68.022	606.009	610.194	2.994.415	4.874.231	7.022.595	6.959.477	6.839.715	6.688.198	6.482.887	6.549.067	6.262.993	5.919.415	5.516.711	5.050.469
Utilizações no período	68.022	537.987	4.186	2.384.221	1.879.816	2.148.364	0	0	0	0	66.180	0	0	0	0	0
Reembolsos no período	0	0	0	0	0	0	63.118	119.762	151.518	205.311	0	286.073	343.579	402.704	466.242	408.262
Saldo final do período	68.022	606.009	610.194	2.994.415	4.874.231	7.022.595	6.959.477	6.839.715	6.688.198	6.482.887	6.549.067	6.262.993	5.919.415	5.516.711	5.050.469	4.642.207
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros do período	1.735	17.188	31.013	91.918	200.650	303.369	356.543	351.879	344.962	335.863	332.315	326.708	310.651	291.621	269.463	247.163
Juros capitalizados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros pagos no período	1.735	17.188	31.013	91.918	200.650	303.369	356.543	351.879	344.962	335.863	332.315	326.708	310.651	291.621	269.463	247.163
Juros em dívida no final do período	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comissões bancárias (apertura e não disposição)	104.999	32.083	32.062	20.141	10.742	0	0	0	0	0	2.368	0	0	0	0	0

Luís

CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES

Concurso Público para a Concessão do Serviço
de Aguas Residuais Urbanas do Município de Abrantes
Valores em euros (a preços constantes)

6. MAPAS DE CASH FLOW	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16
Receitas operacionais	1.518.656	1.547.015	1.576.246	1.606.379	1.828.917	1.862.898	1.897.924	1.934.029	1.971.249	2.009.621	2.049.181	2.089.969	2.132.027	2.175.394	2.220.115	2.266.234
Despesas de operação	-877.885	-910.759	-943.678	-976.644	-1.145.091	-1.147.649	-1.150.254	-1.152.906	-1.155.607	-1.158.359	-1.161.162	-1.164.019	-1.166.931	-1.169.901	-1.172.929	-1.176.017
Despesas de conservação e manutenção	-135.100	-140.966	-156.049	-170.716	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150
Investimentos em activo fixo	-411.916	-876.589	-1.526.275	-3.025.408	-1.987.705	-2.253.471	0	0	-9.500	0	-311.829	0	0	0	0	-124.020
Necessidades de capital circulante	-14.320	114.026	125.579	284.536	-225.174	48.788	-450.988	-4.181	-2.433	-6.341	57.245	-66.597	-4.905	-5.065	-5.230	19.198
Fluxos de IVA	-188.379	-98.975	-131.094	-292.374	166.727	-49.307	429.391	1.275	-484	3.173	-57.831	60.714	1.518	1.572	1.627	-21.879
Impostos sobre o rendimento (IRC e Derrama)	-24.472	-37.419	-28.461	-10.178	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cash flow do Projecto (A)	-133.415	-403.666	-1.083.732	-2.584.404	-1.575.474	-1.751.891	512.923	565.068	590.076	634.944	362.454	706.918	748.559	788.851	830.434	750.365
Capital social	156.542	181.247	162.211	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos bancários de médio/longo prazo (MLP)	68.022	537.987	4.186	2.384.221	1.879.816	2.148.364	0	0	0	0	66.180	0	0	0	0	0
Empréstimos bancários de curto prazo (CP)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Proveitos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras origens de financiamento Prestações Suplementares	100.634	407.805	476.408	397.292	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Entradas de fluxos de financiamento (B)	325.198	1.127.039	642.804	2.781.512	1.879.816	2.148.364	0	0	0	0	66.180	0	0	0	0	0
Reembolsos de empréstimos bancários de MLP	0	0	0	0	0	0	63.118	119.762	151.518	205.311	0	286.073	343.579	402.704	466.242	408.262
Reembolsos de empréstimos bancários de CP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reembolsos de outros financiamentos Prestações Suplementares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros e comissões de empréstimos bancários MLP	106.733	49.271	63.075	112.058	211.392	303.369	356.543	351.879	344.962	335.863	334.682	326.708	310.651	291.621	269.463	247.163
Juros e comissões de empréstimos bancários CP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros e comissões de outros financiamentos Prestações Suplementares Cauções	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050
Saídas de fluxos de financiamento (C)	191.783	134.321	148.125	197.108	296.442	388.419	504.710	556.691	581.530	626.223	419.732	697.831	739.280	779.375	820.755	740.476
Cash Flow líquido de financiamento (D = B - C)	133.415	992.718	494.679	2.584.404	1.583.373	1.759.945	-504.710	-556.691	-581.530	-626.223	-353.553	-697.831	-739.280	-779.375	-820.755	-740.476
Dividendos pagos (E)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cash Flow líquido anual (A + D - E)	0	589.052	-589.052	0	7.899	8.054	8.213	8.377	8.546	8.721	8.901	9.087	9.278	9.476	9.680	9.890
Cash Flow líquido acumulado	0	589.052	0	0	7.899	15.953	24.165	32.542	41.089	49.810	58.711	67.798	77.076	86.552	96.231	106.121
Cash-flow accionista	-257.176	-589.052	-638.619	-397.292	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TIR de Accionista	5,8%															
Autonomia financeira	56,0%	52,6%	62,3%	36,6%	27,3%	18,6%	16,9%	14,4%	12,3%	10,5%	8,6%	7,8%	7,7%	8,5%	10,5%	13,6%
	41,6%															

 n
P
Lucia

60
CE

CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES

Concurso Público para a Concessão do Serviço
de Aguas Residuais Urbanas do Município de Abrantes
Valores em euros (a preços constantes)

4. APLICAÇÃO DE RESULTADOS	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20	Ano 21	Ano 22	Ano 23	Ano 24	Ano 25	Ano 26	Ano 27	Ano 28	Ano 29	Ano 30	Ano 31
Resultado do exercício do ano anterior (para aplicação)	158.525	135.843	223.368	280.992	342.561	401.786	477.604	545.658	585.932	627.220	666.717	707.399	749.301	792.460	836.914
Aplicação dos resultados em:															
Reserva legal	0	0	0	0	0	0	46.994	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Reservas															
Reservas livres	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados transitados	148.635	125.736	213.038	270.431	331.762	390.741	71.344	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos	0	0	0	0	0	0	347.967	534.099	574.103	615.113	654.610	695.292	737.194	780.353	824.807

5. MAPAS DE FINANCIAMENTO	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20	Ano 21	Ano 22	Ano 23	Ano 24	Ano 25	Ano 26	Ano 27	Ano 28	Ano 29	Ano 30	Ano 31

FUNDOS PRÓPRIOS

Capital social

Saldo no início do período	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000
Aumentos (realização) no período	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortização (redução) no período	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo final do período	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000
Taxa de remuneração	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração paga no período	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Prestações Suplementares

Saldo no início do período	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.092.688	1.092.688	758.489	420.258	80.548	0	0	0	0	0	0
Aumentos (realização) no período	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortização (redução) no período	0	0	0	289.451	0	334.199	338.231	339.711	80.548	0	0	0	0	0	0
Saldo final do período	1.382.139	1.382.139	1.382.139	1.092.688	1.092.688	758.489	420.258	80.548	0	0	0	0	0	0	0
Taxa de remuneração	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração paga no período	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

EMPRÉSTIMOS

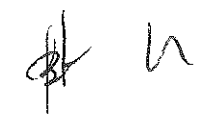
Dividas a IC's de médio e longo prazo															
Saldo no início do período	4.642.207	4.051.869	3.468.285	2.793.832	2.056.684	1.570.811	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Utilizações no período	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reembolsos no período	590.337	583.584	674.453	737.149	485.873	1.570.811	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo final do período	4.051.869	3.468.285	2.793.832	2.056.684	1.570.811	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros do período	221.699	191.764	159.684	123.688	92.501	40.056	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros capitalizados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros pagos no período	221.699	191.764	159.684	123.688	92.501	40.056	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros em dívida no final do período	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comissões bancárias (apertura e não disposição)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-85.050

h
CE
Lucia

CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES

Concurso Público para a Concessão do Serviço
de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes
Valores em euros (a preços constantes)

6. MAPAS DE CASH FLOW	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20	Ano 21	Ano 22	Ano 23	Ano 24	Ano 25	Ano 26	Ano 27	Ano 28	Ano 29	Ano 30	Ano 31
Receitas operacionais	2.313.797	2.362.852	2.413.447	2.465.634	2.519.465	2.574.993	2.632.276	2.691.370	2.752.336	2.806.814	2.862.927	2.920.723	2.980.253	3.041.569	0
Despesas de operação	-1.179.168	-1.182.384	-1.185.666	-1.189.016	-1.192.437	-1.195.931	-1.199.500	-1.203.146	-1.206.872	-1.206.872	-1.206.872	-1.206.872	-1.206.872	-1.206.872	0
Despesas de conservação e manutenção	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	0
Investimentos em activo fixo	-9.500	0	0	0	-311.829	0	0	0	-9.500	-4.020	0	0	0	0	0
Necessidades de capital circulante	64.270	-19.392	15.825	17.125	77.879	-39.730	18.955	8.194	10.231	6.744	7.269	8.308	8.557	8.814	-57.188
Fluxos de IVA	23.502	3.610	1.868	1.933	-57.247	61.317	2.142	2.216	488	3.765	3.569	2.890	2.976	3.066	118.232
Impostos sobre o rendimento (IRC e Derrama)	-92.558	-80.807	-102.577	-125.841	-148.212	-176.875	-202.589	-217.763	-233.319	-248.300	-263.731	-279.625	-295.996	-312.858	0
Cash flow do Projecto (A)	907.193	870.728	929.747	956.686	674.468	1.010.626	1.038.134	1.067.721	1.100.214	1.144.982	1.190.012	1.232.274	1.275.769	1.320.569	61.044
Capital social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos bancários de médio/longo prazo (MLP)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos bancários de curto prazo (CP)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Proveitos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras origens de financiamento Prestações Suplementares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Entradas de fluxos de financiamento (B)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reembolsos de empréstimos bancários de MLP	590.337	583.584	674.453	737.149	485.873	1.570.811	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reembolsos de empréstimos bancários de CP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reembolsos de outros financiamentos Prestações Suplementares	0	0	0	289.451	0	334.199	338.231	339.711	80.548	0	0	0	0	0	0
Juros e comissões de empréstimos bancários MLP	221.699	191.764	159.684	123.688	92.501	40.056	0	0	0	0	0	0	0	0	-85.050
Juros e comissões de empréstimos bancários CP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros e comissões de outros financiamentos Prestações Suplementares Cauções	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050
Saídas de fluxos de financiamento (C)	897.086	860.398	919.187	1.235.338	663.424	2.030.115	423.281	424.761	165.598	85.050	85.050	85.050	85.050	85.050	0
Cash Flow líquido de financiamento (D = B - C)	-897.086	-860.398	-919.187	-1.235.338	-663.424	-2.030.115	-423.281	-424.761	-165.598	-85.050	-85.050	-85.050	-85.050	-85.050	0
Dividendos pagos (E)	0	0	0	0	0	0	347.967	534.099	574.103	615.113	654.610	695.292	737.194	780.353	824.807
Cash Flow líquido anual (A + D - E)	10.107	10.330	10.561	-278.652	11.044	-1.019.489	266.886	108.861	360.513	444.818	450.352	451.932	453.525	455.166	-763.763
Cash Flow líquido acumulado	116.228	126.558	137.119	-141.534	-130.489	-1.149.978	-883.092	-774.231	-413.717	31.101	481.453	933.385	1.386.910	1.842.076	1.078.314
Cash-flow accionista	0	0	0	289.451	0	334.199	686.198	873.810	654.651	615.113	654.610	695.292	737.194	780.353	824.807
TIR de Accionista															
Autonomia financeira	17,1%	22,9%	31,1%	37,8%	48,5%	86,3%	84,2%	80,9%	79,7%	79,5%	79,4%	79,2%	79,0%	78,8%	



Lucia

62
ate

CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES

Concurso Público para a Concessão do Serviço
de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes
Valores em euros (a preços constantes)

6. MAPAS DE CASH FLOW	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20	Ano 21	Ano 22	Ano 23	Ano 24	Ano 25	Ano 26	Ano 27	Ano 28	Ano 29	Ano 30	Ano 31
Receitas operacionais	2.313.797	2.362.852	2.413.447	2.465.634	2.519.465	2.574.993	2.632.276	2.691.370	2.752.336	2.806.814	2.862.927	2.920.723	2.980.253	3.041.569	0
Despesas de operação	-1.179.168	-1.182.384	-1.185.666	-1.189.016	-1.192.437	-1.195.931	-1.199.500	-1.203.146	-1.206.872	-1.206.872	-1.206.872	-1.206.872	-1.206.872	-1.206.872	0
Despesas de conservação e manutenção	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	-213.150	0
Investimentos em activo fixo	-9.500	0	0	0	-311.829	0	0	0	-9.500	-4.020	0	0	0	0	0
Necessidades de capital circulante	64.270	-19.392	15.825	17.125	77.879	-39.730	18.955	8.194	10.231	6.744	7.269	8.308	8.557	8.814	-57.188
Fluxos de IVA	23.502	3.610	1.868	1.933	-57.247	61.317	2.142	2.216	488	3.765	3.569	2.890	2.976	3.066	118.232
Impostos sobre o rendimento (IRC e Derrama)	-92.558	-80.807	-102.577	-125.841	-148.212	-176.875	-202.589	-217.763	-233.319	-248.300	-263.731	-279.625	-295.996	-312.858	0
Cash flow do Projecto (A)	907.193	870.728	929.747	956.686	674.468	1.010.626	1.038.134	1.067.721	1.100.214	1.144.982	1.190.012	1.232.274	1.275.769	1.320.569	61.044
Capital social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos bancários de médio/longo prazo (MLP)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos bancários de curto prazo (CP)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Proveitos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras origens de financiamento Prestações Suplementares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Entradas de fluxos de financiamento (B)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reembolsos de empréstimos bancários de MLP	590.337	583.584	674.453	737.149	485.873	1.570.811	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reembolsos de empréstimos bancários de CP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reembolsos de outros financiamentos Prestações Suplementares	0	0	0	289.451	0	334.199	338.231	339.711	80.548	0	0	0	0	0	0
Juros e comissões de empréstimos bancários MLP	221.699	191.764	159.684	123.688	92.501	40.056	0	0	0	0	0	0	0	0	-85.050
Juros e comissões de empréstimos bancários CP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros e comissões de outros financiamentos Prestações Suplementares Cauções	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050	0 85.050
Saídas de fluxos de financiamento (C)	897.086	860.398	919.187	1.235.338	663.424	2.030.115	423.281	424.761	165.598	85.050	85.050	85.050	85.050	85.050	0
Cash Flow líquido de financiamento (D = B - C)	-897.086	-860.398	-919.187	-1.235.338	-663.424	-2.030.115	-423.281	-424.761	-165.598	-85.050	-85.050	-85.050	-85.050	-85.050	0
Dividendos pagos (E)	0	0	0	0	0	0	347.967	534.099	574.103	615.113	654.610	695.292	737.194	780.353	824.807
Cash Flow líquido anual (A + D - E)	10.107	10.330	10.561	-278.652	11.044	-1.019.489	266.886	108.861	360.513	444.818	450.352	451.932	453.525	455.166	-763.763
Cash Flow líquido acumulado	116.228	126.558	137.119	-141.534	-130.489	-1.149.978	-883.092	-774.231	-413.717	31.101	481.453	933.385	1.386.910	1.842.076	1.078.314
Cash-flow accionista	0	0	0	289.451	0	334.199	686.198	873.810	654.651	615.113	654.610	695.292	737.194	780.353	824.807
TIR de Accionista															
Autonomia financeira	17,1%	22,9%	31,1%	37,8%	48,5%	86,3%	84,2%	80,9%	79,7%	79,5%	79,4%	79,2%	79,0%	78,8%	

h
Lucia

ANEXO IX

ESTRUTURA DE PESSOAL

h
Q1
Lucia

1. ORGANIGRAMA

A seguir, apresenta-se o organigrama proposto para os serviços. Esta distribuição de pessoal permitirá garantir a prestação de serviço durante 24 horas todos os dias do ano, de forma a que em caso de emergência a resposta possa ser imediata.

Salientamos que a organização e atribuição dos recursos dependerá das necessidades do serviço, podendo recorrer-se à flexibilidade dos meios para em qualquer altura apoiar ou desenvolver trabalhos noutras áreas ou departamentos logo que possível.

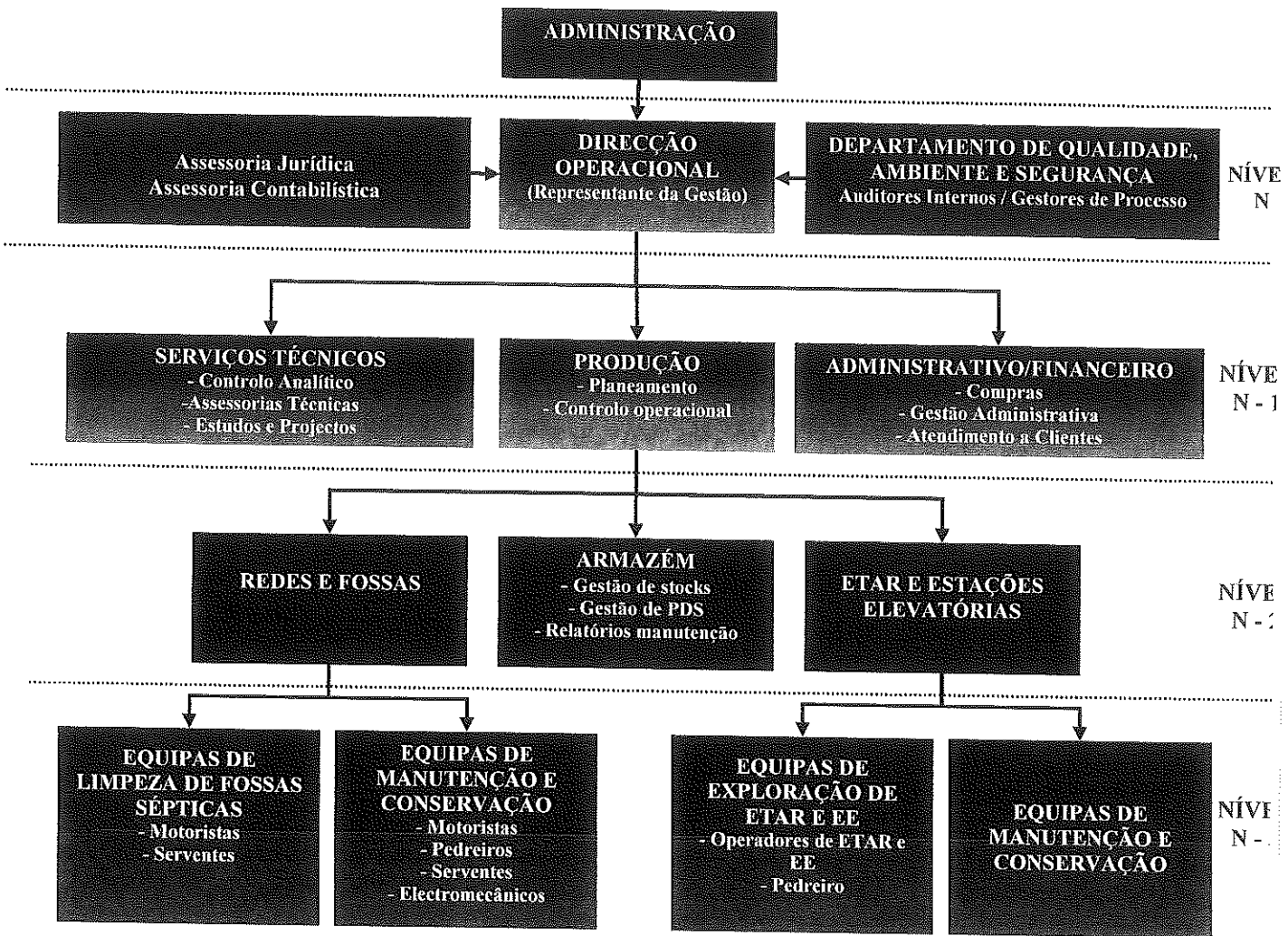
Em resumo, a utilização de todos os recursos disponíveis pretende alcançar e corresponder aos objectivos globais dos serviços. Assim, a comunicação e o relacionamento que se estabelece entre todos os níveis e departamentos da empresa permite atingir o objectivo final comum.

O agrupamento disponibilizará um número suficiente de elementos, para garantir o bom funcionamento das infra-estruturas, o cumprimento do regime de turnos, baixas, férias ou outros motivos que possam comprometer o funcionamento das instalações.

Esta empresa será estruturada de acordo com o seguinte Organigrama:



Lucília



[Handwritten signature]

Luís P.

2. DIMENSIONAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Considerando que o agrupamento deverá prestar determinados serviços durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano e tendo conhecimento do funcionamento das instalações, descrimina-se seguidamente a estrutura de pessoal a afectar à exploração do sistema, tendo em conta os seguintes pontos:

- O Agrupamento nomeará um Director Operacional, responsável pela Concessão, que possuirá o grau académico mínimo de Licenciado em qualquer das seguintes áreas: ambiente, sanitária, biotecnologia, civil, química, mecânica ou electromecânica e terá, pelo menos, 10 (dez) anos de experiência profissional, contada a partir da data de obtenção da licenciatura e, pelo menos, 5 (cinco) anos de experiência na área da exploração de sistema de tratamento e abastecimento de água ou tratamento de águas residuais. É função do Director Operacional dirigir as equipas afectas, representar o Agrupamento e ser o interlocutor com a Câmara Municipal de Abrantes em todos os aspectos relacionados com os serviços contidos no âmbito do presente Caderno de Encargos;
- O Director Operacional permanecerá nas instalações do agrupamento, só podendo ausentar-se se aí ficar um substituto previamente aceite pela Câmara Municipal de Abrantes devendo, aquele e este, integrar a equipa que, no local, está afecta à execução do contrato;
- O Director Operacional será afecto integralmente a esta prestação de serviços;
- A substituição do Director Operacional não ultrapassará 31 (trinta e um) dias seguidos ou 60 (sessenta) dias interpolados por ano, incluindo o período de férias;
- Dado que o âmbito desta Concessão inclui duas áreas fundamentais - operação e manutenção – o Agrupamento prevê, em complementaridade com o Director Operacional, um Técnico-adjunto, na sua dependência hierárquica, com formação técnico-profissional em qualquer das seguintes áreas: mecânica,


Lucia

electromecânica, ambiente, civil, sanitária, biotecnologia ou química. Este Técnico possuirá uma experiência mínima comprovada de 5 anos na área da exploração de sistemas de tratamento e abastecimento de água ou no tratamento de águas residuais ou em instalações industriais do sector químico;

- O currículo e a experiência dos dois técnicos serão complementares no que concerne às duas áreas chave de actuação, garantindo que um dos técnicos tenha a predominância de operação e o outro a de manutenção;
- Além das equipas de manutenção previstas, o agrupamento recorrerá ao *Outsourcing* recorrendo a empresas da região, sempre que se justifique;
- O responsável pelas áreas de qualidade, ambiente e segurança pertencerá aos quadros do agrupamento;
- A constituição da equipa técnica de pessoal do agrupamento integrará, pelo menos, os seguintes cargos e categorias profissionais:
  - Director Operacional
  - Chefe Operacional
  - Responsável pela Qualidade Ambiente e Segurança (RQAS)
  - Analista na dependência do RQAS
  - Mecânico / Electromecânico
  - Electricista
  - Técnico de Automação / Instrumentação
  - Operador
  - Servente
  - Administrativos

Admitindo-se que algumas destas categorias possam ser preenchidas com recurso à subcontratação.

h
Luci Pic

De acordo com o profundo conhecimento que este agrupamento possui do sistema a concessionar, o agrupamento terá as seguintes categorias profissionais e os quantitativos, em número, a seguir indicados:

Elemento	Quantitativos
Director Operacional	1
Chefe Operacional	1
Técnica Especializada e responsável pelo RQAS	1
Técnica Administrativa	1
Analista	1
Controlador	1
Encarregado Redes e Fossas	1
Electromecânicos	2
Operador Qualificado ETAR/EE	6
Motoristas	2
Serventes	2
Pedreiro	2
TOTAL	21

A equipa de operação e manutenção afecta foi dimensionada, de forma a serem suprimidas as folgas de pessoal, períodos de férias ou doença por curtos períodos.

Em caso de doença prolongada de algum elemento da equipa, o agrupamento subcontratará um novo elemento com aptidão para desempenho das funções em causa, substituindo o elemento ausente no período que vier a verificar.

A rotatividade de funções imposta permitirá a cada operador substituir um outro em situações inesperadas sem que isso cause perda de produtividade.

h dr
OL
Lucia Piz

O agrupamento, deslocará de imediato qualquer elemento a partir de um dos centros de produção sempre que se verificarem quaisquer destas situações:

- Ocorrências que ponham em causa a eficiência das instalações;
- Avarias graves de equipamento electromecânico;
- Ausência inesperada dos elementos da equipa;
- Acidentes.

Salienta-se ainda o facto que a empresa Leve Ambiente, SA possui sede no concelho de Abrantes, a poucos km da sede de concelho e numa zona central privilegiada, com fácil e rápido acesso a qualquer uma das ETAR e/ou das EE.

Relativamente ao Director Operacional e Chefe de Exploração, as suas folgas e férias serão coordenadas por forma a que pelo menos um destes esteja sempre afecto à Concessão.

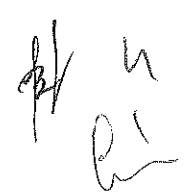
Tendo em conta as diferentes áreas de especialidade, o agrupamento considera primordial que sejam considerados dois sectores de actuação distintos.

- Sector de ETAR's e EE;
- Sector de Redes e Fossas.

2.1. Sector de ETAR's e EE

Este sector será constituído por 10 elementos, nomeadamente 6 operadores, 2 electromecânicos e 1 analista, todos eles na dependência directa do chefe do sector.

O cargo de Chefe de sector será desempenhado pelo Chefe Operacional.


Lucia

Quer os 6 operadores quer os 2 electromecânicos serão divididos em 4 equipas, sendo duas delas formadas por um operador e um electromecânico e as outras duas formadas por dois operadores. Uma destas equipas será de permanência nas instalações principais, nomeadamente Fonte Quente, e as outras três terão a seu cargo a visita e operação das restantes instalações.

Estas equipas serão rotativas, de modo a aumentar a polivalência dos operadores.

Uma destas equipas funcionará ainda em regime de piquete, permitindo ocorrer as situações de emergência sempre que se verificar necessário.

Relativamente à localização de cada ETAR/EE, serão criados circuitos de operação/inspecção tendo em conta a localização geográfica destas.

Deste modo:

- Equipa 1 – Etar Fonte Quente ..... 2 operadores
- Equipa 2 – Zona Norte do Concelho ..... 1 operador + 1 electromecânico
- Equipa 3 – Zona Sul do Concelho ..... 1 operador + 1 electromecânico
- Equipa 4 – Piquete ..... 2 operadores

O sector possuirá 4 viaturas, nomeadamente:

- 3 Viaturas tipo Peugeot Partner;
- 1 Viatura tipo Peugeot 206 XAD.

As viaturas Peugeot Partner serão utilizadas preferencialmente pela equipa 2, 3 e 4.

Cada uma das Peugeot Partner será equipada com todo o equipamento necessário para uma boa operação dos sistemas.

A viatura Peugeot 206 será utilizada preferencialmente pelo Chefe Operacional e pela equipa 1.


Lucília

A equipa de piquete deverá actuar imediatamente após ocorrência de qualquer anomalia do sistema, no prazo máximo 1 (uma) hora. Este será o valor máximo admitido em períodos de permanência reduzida, sendo que nos outros períodos o valor máximo será inferior.

O analista terá à sua disponibilidade uma viatura Peugeot Partner, de modo a poder efectuar a recolha de amostras, que permita cumprir o plano analítico.

2.2. Sector Redes e Fossas

Este sector será constituído por 7 elementos, nomeadamente 2 motoristas, dois serventes, dois pedreiros e pelo Chefe de Sector.

O cargo de Chefe de Sector será desempenhado pelo Encarregado de Redes e Fossas.

Neste sector serão criadas 3 equipas com diferentes especialidades/funções.

2.2.1. Equipa 1

Esta equipa será composta por uma viatura combinada. Afecto a este equipamento estarão um motorista e dois serventes). Esta terá as seguintes funções:

- Limpeza de fossas sépticas;
- Manutenção correctiva e preventiva das redes de drenagem;
- Apoio ao sector de ETAR's e EE's;
- Assegurar o regime de piquete (1 motorista e 1 auxiliar - período das 17 horas às 08 horas, feriados e fins-de-semana).

Esta equipa actuará imediatamente após ocorrência de qualquer anomalia do sistema, no prazo máximo 1 (uma) hora. Este valor será o valor máximo admitido em períodos de permanência reduzida, sendo que nos outros períodos o valor máximo será inferior.

pl h
C
Lucia

2.2.2. Equipa 2

Esta equipa será composta por um tractor com cisterna. Afecto a este equipamento estará um motorista. Este será apoiado por uma viatura de apoio, com um servente, nos trabalhos de limpeza de fossas. Esta equipa terá as seguintes funções:

- Tráfego de lamas das ETAR's (1 tractor com 1 motorista);
- Apoio em limpezas de fossas (1 motorista + 1 servente com viatura de apoio).

2.2.3. Equipa 3

Esta equipa será composta por uma viatura de caixa aberta. Afecto a este equipamento estará um motorista e dois pedreiros. Esta equipa desenvolverá serviços em ambos os sectores e os seus elementos estarão inseridos nas escalas de piquetes de intervenção.

Esta equipa actuará imediatamente após ocorrência de qualquer anomalia do sistema, no prazo máximo 1 (uma) hora. Este valor será o valor máximo admitido em períodos de permanência reduzida, sendo que nos outros períodos o valor máximo será inferior.

h

Lucia

ANEXO X

SANÇÕES

1

(Disposições gerais)

1. A Concedente tem o poder de aplicar sanções à Concessionária caso esta, sem justificação, não cumpra pontualmente as obrigações decorrentes da legislação aplicável ou deste contrato, sem prejuízo das responsabilidades da Concessionária perante terceiros e da aplicação de outras sanções por outras entidades com competência para tal.
2. As sanções referidas no número anterior não serão aplicadas em casos de força maior e situações excecionais como por exemplo: chuvas torrenciais, períodos de arranque de novas infraestruturas e período de transição previsto nos termos do contrato.
3. A avaliação para efeitos de aplicação de sanções será trimestral com base nos relatórios que a Concessionária deve apresentar nos termos da cláusula 58ª e ainda com base nas ações de controlo efetuadas pela Concedente, de fiscalização e ou análise de um plano de controlo analítico. A avaliação será efetuada após a receção dos boletins de resultados, cujas apreciações serão feitas aquando da sua verificação, respeitando o processo previsto no artigo seguinte.
4. Caso venham a ser aplicadas penalizações pela concedente as mesmas revestirão a forma de multas e pelo seu pagamento responderá a caução, ficando a Concessionária obrigada à sua reposição integral no prazo de 10 (dez) dias.
5. Além das sanções previstas na legislação em vigor, serão aplicadas sanções, conforme a gravidade da violação, nos seguintes casos:
  - a) Não cumprimento das obrigações legais e ou contratuais, relativas à qualidade dos efluentes finais rejeitados.
  - b) Desobediência a instruções e diretivas da Concedente, no âmbito dos seus poderes de fiscalização e aprovação.
  - c) Falta de cumprimento, atraso na execução ou execução defeituosa do plano de investimentos da Concessionária.
  - d) Falta de apresentação atempada dos projetos de execução, de relatórios ou de prestação de informações ou outros elementos solicitados pela Concedente.

fl h
Q1
Lucia Pic

(Aplicação de penalizações)

1. Para cada sistema, até 10% de incumprimentos verificados, referidos na alínea a) do ponto 5 do número 1, não se aplicam penalizações.
2. As penalizações a aplicar à Concessionária, por incumprimento da alínea a) do artigo anterior, são as indicadas nas fórmulas seguintes:

$$\% INC = NPNC / NTPEF$$

$$\% PNL = PS / PT \times \% INC$$

INC – Incumprimento

NPNC – Número de parâmetros não conformes, no efluente final, conforme previsto na legislação aplicável.

NTPEF - Número total de parâmetros analisados ao efluente final, no mês e na instalação em que se verificou a anomalia.

PNL – Penalização a aplicar ao volume de receitas da Concessionária provenientes das tarifas de saneamento, previstas no contrato de concessão, referentes ao mês em que se verificou a anomalia.

PS – População do sistema em causa.

PT – População total do concelho, com sistemas de saneamento.

3. As penalizações a aplicar em função dos parâmetros não analisados são verificadas de acordo com o cálculo do incumprimento e da tabela nº1:

$$\% INC = NPNA / NTPP$$

NPNA – Somatório do número de parâmetros não analisados

NTPP - Somatório do número total de parâmetros previstos analisar, no mês e na instalação em que se verificou a anomalia.

% INC	% PNL
0	0%
1% a 10%	5%
11% a 20%	15%
21% a 40%	30%
Maior que 40 %	50%

Tabela 1

4. As penalizações a aplicar à Concessionária por incumprimento das alíneas b), c) e d) do artigo anterior situam-se entre os limites de 5% e 50% a aplicar ao volume de receitas da Concessionária provenientes das tarifas de saneamento previstas no contrato de concessão, referentes ao mês onde se verificou a anomalia. A percentagem a aplicar será em função da gravidade do incumprimento e do peso do sistema em desconformidade por relação com a totalidade da Concessão tendo como base a população servida, dependendo exclusivamente de decisão da Concedente, de acordo com as tabelas seguintes:

h

 Lucília

69
AC

Peso do sistema (hab. Equiv.)	Gravidade da ocorrência			
	1	2	3	4
<300	5%	10%	15%	20%
300=Hab. Eq.<700	10%	15%	20%	25%
700=Hab. Eq.<2000	15%	20%	25%	30%
≥2000	20%	25%	40%	50%

Tabela 2

Gravidade de Ocorrência:

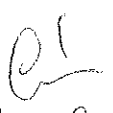
Verificação de incumprimento – gravidade 1
1ª Reincidência – gravidade 2
2ª Reincidência – gravidade 3
3ª Reincidência – gravidade 4

Tabela 3

Habitantes equivalentes servidos	Sistemas existentes
< 300	Crucifixo 2
	São Miguel do Rio Torto
	Paúl
	Abrançalha de Cima
	Souto 2
300=Habitantes Eq.<700	Casais de Revelhos
	Casa Branca
	Sentieiras
	Concavada
	Souto 1
	Abrançalha de Baixo
700=Habitantes Eq.<2000	Bemposta
	Carvalhal
	Crucifixo 1
	Martinchel
	Rio de Moinhos
≥2000	Abrantes
	Tramagal
	Pego
	Rossio ao Sul do Tejo
Nota: A rever sempre que se verifique evolução demográfica ou alteração dos sistemas, nomeadamente a inclusão de novos sistemas.	

Tabela 4




 Lucília

5. As penalizações correspondem a uma percentagem a aplicar ao volume de receitas da Concessionária provenientes das tarifas de saneamento previstas no contrato de concessão, referentes ao mês em que se verificou a anomalia.
6. A aplicação das penalizações previstas nesta cláusula compete ao Presidente da Câmara Municipal de Abrantes.

3

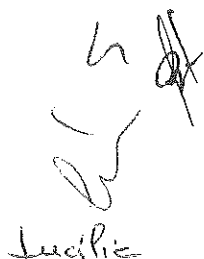
(Processo de aplicação de sanções)

1. Em caso de ocorrência de facto passível de aplicação de sanções, a Concedente, caracterizando devidamente o facto ocorrido, solicita por escrito à Concessionária, no prazo de 10 (Dez) dias contados a partir da ocorrência, a apresentação de justificação para tal ocorrência.
2. A Concessionária deve dar resposta por escrito no prazo de 10 (dez) dias úteis após a receção do pedido de justificação.
3. A Concedente aceita ou recusa a justificação apresentada pela Concessionária no prazo de 10 (dez) dias úteis, definindo então, caso haja recusa da aceitação da justificação, as sanções em que a Concessionária ocorrerá.
4. O disposto anteriormente não prejudica a possibilidade da Concessionária contestar a aplicação de quaisquer sanções, ou o respetivo montante pela via de resolução de litígios contratualmente prevista.

4

(Pagamento)

1. As multas, caso sejam aplicáveis, serão pagas no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data em que a Concessionária tiver sido notificada da sua aplicação, reservando-se a Concedente a faculdade de se fazer pagar pela Caução, se este prazo não for respeitado.
2. As sanções aplicadas pela Concedente à Concessionária por incumprimento das obrigações que lhe estão atribuídas por força do contrato de concessão são independentes das responsabilidades da Concessionária perante terceiros.



Lucília

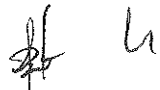
ANEXO XI

INFORMAÇÃO CONSTANTE DOS RELATÓRIOS A DISPONIBILIZAR PELA CONCESSIONÁRIA

Até ao dia 31 de Março de cada ano, a Concessionária apresenta à Concedente e à ERSAR, um relatório sobre a atividade desenvolvida no ano anterior, quer no que se refere à execução do plano de investimentos, quer no que se refere à exploração, manutenção, reparação, renovação, estado das instalações e gestão do sistema concessionado, elaborado após visita de inspeção efetuada conjuntamente com os representantes da Concedente. Este relatório anual deve dar, no mínimo, cumprimento às seguintes exigências:

a) Aspectos técnicos:

- Pessoal efetivo.
- Trabalhos de renovação e grandes reparações efetuadas ou a efetuar.
- Evolução da qualidade das águas residuais tratadas.
- Taxa de cobertura conforme o estabelecido no contrato de concessão.
- Número de clientes.
- Número de novos clientes.
- Execução e características de ramais executados.
- Consumos energéticos de EE e das ETAR.
- Consumos de reagentes e comparação com o ano anterior.
- Resultados de análises.
- Lamas produzidas.
- Número de recolhas de lamas de fossas séticas.
- Volumes de lamas provenientes de fossas séticas.
- Número de obstruções na rede.



Lucília

- Reabilitação de coletores (comprimentos e localizações).
- Reabilitação de ramais (unidades, comprimentos e localizações).
- Indicação de inundações.
- Colapsos estruturais.
- Respostas a reclamações.
- Desfasamento entre os caudais reais e os previstos no contrato de concessão.
- Alguns indicadores de desempenho para serviços de águas residuais (ocorrência de inundações; nível de resposta a reclamações escritas; nível de lamas com destino adequado; colapsos estruturais em coletores; obstruções em coletores; utilização das estações de tratamento).

b) Aspectos financeiros:

- Despesas efetuadas e sua evolução relativamente ao ano anterior.
- Receitas de exploração detalhadas em termos de proveniência e sua evolução relativamente ao ano anterior.
- Balanço global analítico da atividade de exploração e gestão.

A Concessionária deve apresentar quatro relatórios por ano sobre a atividade desenvolvida em cada trimestre onde constem, pelo menos:

- Volume de água tratada nas ETAR.
- Interrupções acidentais de funcionamento e suas causas.
- Resultados de controlo analítico efetuado, quer pela Concedente quer pela Concessionária, bem como interpretação desses resultados.
- Intervenção de entidades fiscalizadoras.
- Outros elementos relevantes.

O relatório relativo a cada trimestre deve ser entregue até ao último dia do mês seguinte ao seu termo.


Lucília

ANEXO XII

Níveis de Serviço

A avaliação de conformidade das águas residuais tratadas nas ETAR é definida pelas licenças de utilização dos recursos hídricos, emitidas pela Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P. (ARH do Tejo, I.P.), ou pelas condições previstas na legislação aplicável, no caso de existirem ETAR em funcionamento sem a respectiva licença de descarga.

Junta-se neste anexo as licenças de utilização dos recursos hídricos para descarga de águas residuais.

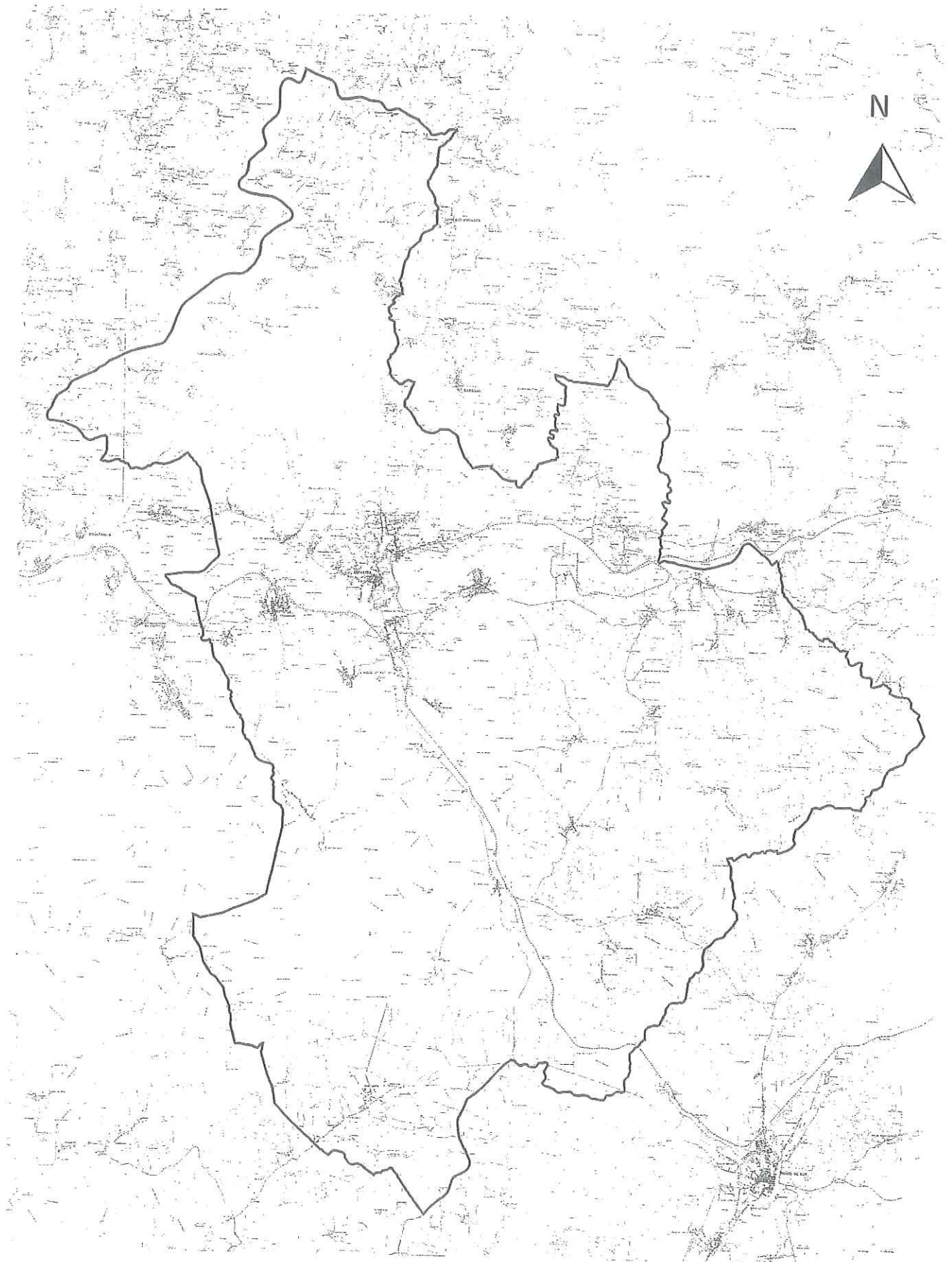
As licenças de descarga emitidas pela ARH do Tejo, I.P., definem critérios de auto-controlo e frequência de amostragem para o afluente bruto e efluente tratado, ou só para este último.

Existe um programa de controlo analítico, aprovado entre as partes, que contempla o previsto nas licenças de descarga para o afluente bruto e efluente tratado, sendo este alargado aos órgãos intermédios, para que seja produzido um controlo processual adequado à boa exploração das instalações.

Se, no âmbito da renovação das licenças de descarga, emitidas pela Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P. (ARH do Tejo, I.P.), que constam deste anexo, os programas de auto-controlo vierem a conter modificações, a concessionária deverá adaptar o plano de controlo analítico para cumprimento do estipulado nas licenças renovadas.

h
C
Jucília

Concelho de Abrantes



ANEXO XIV

Infraestruturas a executar pela Concessionária

Infraestruturas a executar pela Concessionária a fim de alcançar um mínimo de 93% da população servida com rede de saneamento, no prazo de 6 anos após a celebração do contrato, nela se incluindo a população efetivamente contabilizada onde realmente existe e se prevê nos lugares abrangidos pelos estudos de estimativa da evolução da população de fls. 103 e seguintes do plano de investimentos constante da "proposta técnica", referente à alínea a) do ponto 10.2 do programa de concurso.

As obras de carácter obrigatório encontram-se dispostas por ordem de prioridades de execução.

Tabela 1 – Conjunto de infraestruturas a realizar

Carácter obrigatório:	Outros sistemas a executar até perfazer, no mínimo, 93% da população do concelho:
Implementação do tratamento terciário nas ETAR de Abrantes, Pego e Margem Sul	Saneamento em Areias
Remodelação da EE da Margem Sul	Saneamento em Monte Galego
Remodelação da EE de Tramagal 1	Saneamento em Ventoso
Saneamento em Alvega	Saneamento em Ribeira Fernando
Saneamento em Mouriscas (Casal da Igreja, Camarrão, Engarnais)	Saneamento em Carreira do Mato
Saneamento em Aldeia do Mato	Saneamento em Portelas
Saneamento em S. Facundo	Saneamento em Carril e Sobral Basto
Saneamento em Fontes	Saneamento em Barrada
Saneamento em Vale das Mós e Pessegueiro	Saneamento em Bicas
Remodelação da ETAR dos Carochos	Saneamento em Tubaral
Remodelação da ETAR do Souto	Saneamento em Coalhos, Fojo e Cabrito
	Saneamento na Barca do Pego

h
L
L